



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**  
**SOCIAL**

**ANA AMÉLIA XAVIER DE CARVALHO**

**RONDA ESCOLAR PARA ALÉM-MUROS: PERCEPÇÕES,  
PRÁTICAS, POSSIBILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO**

Salvador  
2016

**ANA AMÉLIA XAVIER DE CARVALHO**

**RONDA ESCOLAR PARA ALÉM-MUROS: PERCEPÇÕES,  
PRÁTICAS, POSSIBILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Denise Ribeiro de Almeida

Salvador  
2016

Escola de Administração - UFBA

C331 Carvalho, Ana Amélia Xavier de.

Ronda Escolar para além-muros: percepções, práticas, possibilidades e ressignificação / Ana Amélia Xavier de Carvalho. – 2016.

117 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Denise Ribeiro de Almeida.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2016.

1. Segurança pública. 2. Escolas públicas – Policiamento comunitário - Salvador (BA). 3. Políticas públicas – Violência na escola – Prevenção. 4. Policiamento comunitário – Participação do cidadão – Salvador (BA). 5. Escolas públicas – Violência - Prevenção. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 363.2

**ANA AMÉLIA XAVIER DE CARVALHO**

**RONDA ESCOLAR PARA ALÉM-MUROS: PERCEPÇÕES,  
PRÁTICAS, POSSIBILIDADES E RESSIGNIFICAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Banca Examinadora**

Denise Ribeiro de Almeida — Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia,  
Bahia, Brasil.  
Universidade Federal da Bahia

Ana Rita Silva Sacramento \_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia,  
Bahia, Brasil.  
Faculdade Anísio Teixeira

Tânia Moura Benevides \_\_\_\_\_  
Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia,  
Bahia, Brasil.  
Universidade Federal da Bahia

Edval Carlos dos Santos Filho \_\_\_\_\_  
Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia,  
Bahia, Brasil.  
Polícia Militar do Estado da Bahia

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela oportunidade dos sabores e dissabores, necessários ao meu crescimento e evolução.

A família e amigos, nem sempre próximos, mas sempre comigo.

Aos orientadores, em especial a Professora Doutora Denise Ribeiro de Almeida. Grata pela oportunidade, acolhida e aprendizado.

Aos anônimos que colaboraram gentilmente com este trabalho, na esperança de dias melhores, ... que virão.

A todos minha eterna gratidão.

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de. **Ronda Escolar para Além-muros: percepções, práticas, possibilidades e ressignificação.** 117 f. il. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

## RESUMO

Neste estudo foram analisadas as percepções acerca da satisfação e da presença de demandas não atendidas no tocante ao serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades estaduais de ensino da cidade de Salvador – Bahia, na concepção de diferentes atores. À luz de reflexões acerca da evolução histórica dos modelos de policiamento no Brasil, do tradicional para o comunitário e dos percalços à implantação e efetividade das Políticas Públicas de Segurança, buscou-se analisar quais as contribuições da Ronda Escolar à redução da violência nas Unidades Escolares de Salvador na percepção de cada grupo de atores (gestores, professores, funcionários, estudantes e pais/responsáveis, e ainda os policiais militares). Para tanto, foram feitas entrevistas com gestores escolares e da PM, grupo focal com os professores e funcionários ao tempo em que foram aplicados questionários com alunos, pais/responsáveis e policiais. A Unidade de ensino pesquisada foi selecionada dentre as três que mais demandaram a presença da Ronda Escolar no ano de 2015. Os resultados das falas dos gestores, professores e funcionários foram apresentados sob a forma de Discursos do Sujeito Coletivo e dos demais atores, através de quadros e gráficos. Como principal achado da pesquisa, constatou-se a presença da hibridização dos dois modelos de policiamento tanto na atuação cotidiana da PM na ronda, quanto no desejo da comunidade, refletindo a contradição hoje vivenciada entre o desejo de maior repressão, em simultaneidade, ao de maior participação social. Ficou comprovada a necessidade de uma reestruturação operacional da Ronda Escolar com o incremento do efetivo ante a existência de demanda por maior frequência e permanência dos policiais nas unidades de ensino com vistas a torná-la mais efetiva. Ademais que, a Operação Ronda Escolar padece com os impasses inerentes à implementação das políticas públicas de segurança no país quanto à fragmentação; falta de articulação horizontal e setorial; descontinuidade das políticas governamentais; carência e despreparo da mão de obra envolvida; desconexão entre o planejamento, a execução e os resultados; e principalmente, a discreta participação social. Ainda se comprovou o comprometimento significativo quanto à qualidade do atendimento, ao potencial preventivo e aos preceitos de aproximação, parceria e ressignificação previstos no policiamento comunitário. A existência de barreiras ideológicas, a desinformação, a ausência de diagnósticos e de índices confiáveis e a falta de participação e envolvimento dos atores sociais com a questão da segurança no ambiente escolar estão entre as limitações a esse estudo. Sugere-se a realização de trabalhos futuros que abordem a participação social quanto a escuta qualificada e oportuna da comunidade escolar no estabelecimento das políticas públicas a ela direcionada, assim como o policiamento comunitário escolar realizado a partir das Bases Comunitárias de Segurança Pública uma vez que a atuação da Ronda Escolar constitui-se a ação pública mais constante e efetiva realizada na capital baiana, que de forma especializada e direcionada promove a proteção e a segurança para o desenvolvimento das atividades no espaço escolar.

**Palavras-chave:** Política de Segurança Pública. Policiamento Comunitário. Policiamento Comunitário Escolar. Ronda Escolar.

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de. **School Round for beyond of the walls: perceptions, practicces, possibilities and different meanings.** 117 f. il. 2016. Dissertation (Master) – Administration School, Federal University of Bahia, Salvador, 2016.

## ABSTRACT

This study analyzed the perceptions about satisfaction and the presence of unmet demands in relation to the service provided by the School round at the state educational units the city of Salvador - Bahia, in the perception of different actors. In light of reflections on the historical evolution of policing models in Brazil, from the traditional to the community and from the obstacles to the implementation and effectiveness of Public Security Policies, weresought identify the contributions of the School Round to the reduction of violence in school units ofthe above mentioned City in the perception of each group of actors (managers, teachers, employees, students and parents / guardians, as well as military police). For that, interviews were conducted with school principals and the Military police, a focus group with teachers and school staff, at the time, and questionnaires were applied with students, parents / guardians and police officers. The researched teaching unit was selected among the three ones that most demanded the presence of School Round in the year 2015. The results of the talks ofthe principal, teachers and employees were presented in the form of Discourses of the Collective Subject and the other actors, through tables and graphics. The main finding of the research was the presence of the hybridization of the two models of policing both in the daily performance of the Military Police in the ranging and in the desire of the community, reflecting the contradiction experienced today between the desire for greater repression, simultaneously greater social participation. The need for an operational restructuring of the School Round was evidenced, with an increase in the number of police officers in the educational units as well as the need to make them more effective. In addition, the operation of the school roundsuffers from the impasses inherent in the implementation of public security policies in the country regarding fragmentation; Lack of horizontal and sectoral articulation; Discontinuation of government policies; Lack of preparation of the workforce involved; Disconnection among planning, execution and results; And especially, the little social participation. Significant commitment to quality of care, preventive potential, and the precepts of approach, partnership and resignification foreseen in community policing have also been confirmed. The existence of ideological barriers, disinformation, the absence of reliable diagnoses and indexes, and the lack of participation and involvement of social actors with the issue of safety in the school environment are among the limitations of this study. It is suggested to carry out future work that addresses the social participation regarding the qualified and timely listening of the school community in the establishment of the public policies directed to it, as well as the community policing of the school based on the Community Bases of Public Security, since the School Round is the most constant and effective public action carried out in Salvador City, which in a specialized and directed way promotes protection and security for the development of activities in the school space.

**Keywords:** Public Security Policies. Policing Community. School Policing Community. School Round.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Ocorrências por tipo no ano de 2015.....	54
<b>Gráfico 2</b> – Percepção dos estudantes das atividades realizadas pela Ronda Escolar.....	77
<b>Gráfico 3</b> – Percepção dos estudantes das ocorrências mais comuns em sua escola.....	79
<b>Gráfico 4</b> – Sensação dos estudantes com a presença da Op. Ronda em sua escola.....	80
<b>Gráfico 5</b> – Percepção dos estudantes quanto ao atendimento prestado pela Ronda Escolar..	81
<b>Gráfico 6</b> – Sugestões na forma de atuação da Ronda Escolar.....	82
<b>Gráfico 7</b> – Opiniões dos pais/responsáveis sobre a participação da Op. RE nas aulas e projetos da escola.....	83
<b>Gráfico 8</b> – Sugestões dos pais/responsáveis para melhorias na atuação da Ronda Escolar...	84
<b>Gráfico 9</b> – Perfil dos Policiais Militares que atuam na Ronda Escolar.....	86
<b>Gráfico 10</b> – Escolaridade dos policiais que atuam na Ronda Escolar.....	87
<b>Gráfico 11</b> – Qualificação profissional dos policiais que atuam na Ronda Escolar.....	87
<b>Gráfico 12</b> – Atividades desenvolvidas durante o serviço da Op. RE.....	91
<b>Gráfico 13</b> – Principais ocorrências atendidas no serviço da Op. RE.....	92
<b>Gráfico 14</b> – Percepção da aceitação da Op.RE pelos atores da comunidade escolar.....	95
<b>Gráfico 15</b> – Percepção das contribuições da Op. RE na redução da violência escolar.....	96
<b>Gráfico 16</b> – Dificuldades que comprometem o serviço da Ronda Escolar.....	97

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Policiamento Tradicional <i>versus</i> Policiamento Comunitário.....	42
<b>Quadro 2</b> – Composição dos Comandos de Policiamento Regional da Capital.....	52
<b>Quadro 3</b> – Distribuição por área de atuação.....	53
<b>Quadro 4</b> – Produtividade da Op. Ronda Escolar nos anos de 2014 e 2015.....	54
<b>Quadro 5</b> – Síntese das Técnicas de Coleta de Informações.....	60
<b>Quadro 6</b> – Motivações para a violência escolar na opinião dos gestores escolares.....	64
<b>Quadro 7</b> – Considerações dos gestores escolares sobre o serviço da Op. RE.....	65
<b>Quadro 8</b> – Motivações dos gestores escolares para o acionamento da Op. RE.....	66
<b>Quadro 9</b> – Sugestões dos gestores escolares para a melhoria do serviço da Op. RE.....	67
<b>Quadro 10</b> – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos gestores..	68
<b>Quadro 11</b> – Motivações para a violência escolar na opinião dos professores.....	69
<b>Quadro 12</b> – Considerações dos professores sobre o serviço da Op. Ronda Escolar.....	70
<b>Quadro 13</b> – Motivações dos professores para o acionamento da Op. Ronda Escolar.....	70
<b>Quadro 14</b> – Sugestões dos professores para a melhoria do serviço da Op. RE.....	71
<b>Quadro 15</b> – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos professores.....	72
<b>Quadro 16</b> – Motivações para a violência escolar na opinião dos funcionários.....	73
<b>Quadro 17</b> – Considerações dos funcionários sobre o serviço da Op. Ronda Escolar.....	74
<b>Quadro 18</b> – Motivações dos funcionários para acionamento da Op. Ronda Escolar.....	74
<b>Quadro 19</b> – Sugestões dos funcionários para a melhoria do serviço da Op. RE.....	75
<b>Quadro 20</b> – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos funcionários.....	76
<b>Quadro 21</b> – Justificativas para atuar ou não no Policiamento Escolar no serviço ordinário.....	89
<b>Quadro 22</b> – Fatores que contribuem para a violência escolar – Percepção dos policiais da RE.....	94
<b>Quadro 23</b> – Sugestões dos policiais para melhorias do serviço da Ronda Escolar.....	99

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
BCS	Base Comunitária de Segurança Pública
BPM	Batalhão de Polícia Militar
CF	Constituição Federal
CG	Comando Geral
CPE	Comando de Policiamento Especializado
CPRC	Comando de Policiamento Regional da Capital
CPRMS	Comando de Policiamento Regional Metropolitano de Salvador
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
CVP	Crimes Violentos Contra o Patrimônio
DAI	Delegacia do Adolescente Infrator
DCS	Discurso do Sujeito Coletivo
DERCCA	Delegacia Especializada de Crimes contra a Criança e o Adolescente
EAD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ECH	Expressão Chave
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino Médio
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FNSP	Fundo Nacional de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Ideia Central
INFOSEG	Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
NEV/USP	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
ONG	Organização Não Governamental
OPM	Organização Policial Militar
Op. RE	Operação Ronda Escolar
PCE	Policiamento Comunitário Escolar
PLANESP	Plano Estadual de Segurança Pública
PMBA	Polícia Militar do Estado da Bahia

PNSP	Plano Nacional de Segurança Pública
PPV	Programa Pacto pela Vida
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RE	Ronda Escolar
RENAESP	Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública
RISP	Rede Integrada de Segurança Pública
SDS	Sistema de Defesa social
SEC	Secretaria da Educação
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SINESP	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública
SSP	Secretaria da Segurança Pública
SUS	Sistema Único e Saúde
SUSP	Sistema Único de Segurança Pública
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SEGURANÇA PÚBLICA</b> .....	20
2.1	POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	32
2.2	MODELOS DE POLICIAMENTO.....	40
<b>2.2.1</b>	<b>Policiamento Comunitário Escolar</b> .....	48
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	57
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	63
4.1	DA UNIDADE DE ENSINO PESQUISADA.....	63
4.2	A VISÃO DOS GESTORES.....	63
4.3	A VISÃO DOS PROFESSORES.....	69
4.4	A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS.....	73
4.5	A VISÃO DOS ESTUDANTES.....	77
4.6	A VISÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES.....	83
4.7	A VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA RONDA ESCOLAR.....	85
<b>4.7.1</b>	<b>Perfil dos policiais militares da Op. Ronda Escolar</b> .....	86
4.8	A VISÃO DO GESTOR PM – COMANDANTE GERAL DA PMBA.....	100
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	102
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
	<b>APÊNDICE A</b> – Roteiro da entrevista com os gestores escolares e do grupo focal com os professores e funcionários.....	110
	<b>APÊNDICE B</b> – Roteiro da entrevista com o Comandante Geral da PMBA.....	111
	<b>APÊNDICE C</b> – Modelo de questionário para os estudantes.....	112
	<b>APÊNDICE D</b> – Modelo de questionário para os pais dos estudantes.....	114
	<b>APÊNDICE E</b> – Modelo de questionário aplicado aos policiais militares integrantes da Operação Ronda Escolar.....	115

## 1 INTRODUÇÃO

A violência não é um fenômeno novo na história da humanidade, mas a heterogeneidade das manifestações e a frequência com que vem se apresentado no cotidiano tem gerado muitas incertezas e um amedrontamento coletivo, dado o grau do destemor dos autores, a imprevisibilidade da ocorrência e suas consequências. No Brasil de dimensões continentais e tantas peculiaridades de ordem econômica, política, histórica e sociocultural, o desafio de mitigá-la exige ações individuais e coletivas, políticas públicas e não só de segurança, integradas e continuadas, que possam alcançar e atender as demandas impostas pela incidência desse mal na vida da sociedade brasileira.

Por Políticas Públicas entende-se o instrumento ou conjunto de ação dos Governos (SOUZA, 2006), uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público (SECCHI, 2013) ou um “[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos” (RUA, 1998, p. 731), enquanto (DYE, 1972 apud SECCHI, 2013, p. 5-6) define como “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”. Mesmo sem um consenso quanto ao conceito, essas políticas podem ser elaboradas pelo Estado ou por instituições privadas, portanto, para além das políticas governamentais, desde que se refira a um “problema público”, coletivamente relevante, que efetivamente é o que a define (SECCHI, 2013). Uma vez identificado esse problema, são, então, desenhadas e formuladas, se desdobrando em planos, programas, projetos, entre outras ações a serem implementadas e submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

No Brasil, o crescimento dos indicadores de violência e criminalidade revela a gravidade desse problema público, para o qual as Políticas Públicas de Segurança Pública adotadas não têm alcançado os resultados esperados. Dados apresentados pelo *Mapa da Violência de 2015*, elaborado pelo pesquisador Júlio Jacobo Waiselfisz e editado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), instituição dedicada à promoção de estudos e pesquisas em Ciências Sociais, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, apontam que as armas de fogo mataram no ano de 2012 um total de 42.416 pessoas, dessas 22.694 eram jovens, o que representou 116 mortes a cada dia do ano. Dados alarmantes que justificam a onda de insegurança, medo e preocupação que reverbera na população, dada a larga incidência e

prevalência das mortes dos jovens entre 15 e 29 anos de idade, números superiores aos de vitimados por armas de fogo em guerras e conflitos armados, a exemplo da Guerra do Golfo ou as guerrilhas colombianas, vez tratar-se de um país sem guerra civil ou enfrentamentos políticos levados ao plano das armas.

O Estado brasileiro, a partir da “Constituição Cidadã” promulgada em 1988 e dos desdobramentos da Conferência Mundial de Direitos Humanos no ano de 2003, vem instituindo políticas voltadas ao controle da criminalidade e da violência, pautadas no respeito aos direitos humanos e na adoção de procedimentos tático-operacionais e político-sociais. Nesse contexto, houve a criação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) em 1995, reformulada em 1997, dando origem à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), voltada à articulação de ações de repressão e prevenção à criminalidade no país, pela integração de políticas de segurança, sociais e comunitárias. Além disso, foi instituído o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e criado o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para desenvolver e financiar essas políticas.

Contudo, não obtendo os resultados esperados, deu-se o processo de implantação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), em 2003, para atuar de forma articulada por meio de políticas preventivas, principalmente voltadas para a juventude, sem considerar, entretanto, o sistema prisional em seu contexto, fato que só foi retificado no ano de 2007 com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que buscou a articulação das políticas públicas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e considerando a multicausalidade da violência, enquanto estratégia de conjugação de intervenções de prevenção e repressão qualificada à criminalidade, orientadas pelo paradigma da “segurança cidadã”.

Dentro dessa nova concepção de segurança, a SENASP propôs a institucionalização da filosofia de policiamento comunitário como parte integrante do PRONASCI, tendo como base legal o Plano Plurianual 2004/2007 do Governo Federal, que na Diretriz n.º 5 estabeleceu a “Adoção do policiamento comunitário como política de segurança pública e descentralizada e integrada”, pautado na aproximação e o estabelecimento de parceria com a comunidade voltada à solução dos problemas de segurança (BORGES, 2013).

Por sua vez, o policiamento comunitário, segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1994), pode ser entendido enquanto filosofia e estratégia organizacional voltada ao estabelecimento de uma nova parceria entre a população e a polícia, baseada na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Na Bahia, a mais recente tentativa de minorar ações criminosas que afetam a comunidade consiste no Programa Pacto Pela Vida (PPV), instituído enquanto política pública de segurança, baseada na articulação da sociedade e integração com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União. Trata-se de um programa de Estado criado pela Lei n.º 12.357, de 26 de setembro de 2011, no âmbito do Sistema de Defesa Social, tendo por objetivo principal a promoção da paz social (BAHIA, 2011).

Observadas as ações e políticas para contenção e prevenção da violência e da criminalidade, percebe-se que a segurança pública deixou de ser um problema exclusivamente de polícia. A participação social, legitimada no Estado Democrático de Direito e na Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a segurança pública enquanto “dever do estado, direito e responsabilidade de todos”, tornou-se imprescindível para a promoção da paz social. Reforçando tal concepção, Oliveira (2008) sinaliza que nos últimos vinte anos o problema da violência deixou de ser uma “questão estritamente policial” e as discussões se tornaram mais abrangentes ao envolver outros atores e instâncias (públicas e privadas) para em uma atuação conjunta buscarem alternativas para conter esse fenômeno, trazendo preocupação às diferentes instâncias sociais, sobretudo aquelas de caráter socializador ante o acometimento da juventude e do seu papel na mediação de conflitos e redução das situações de violência.

Nesse contexto, a violência no meio escolar passa a integrar a agenda pública, cuja proteção dessas instituições pelo Poder Público representa a consolidação da democracia, isto porque a ocorrência desses fenômenos no interior das escolas tem fortalecido o estigma e a consequente exclusão de um grande número de jovens, sobretudo os de classe popular, salienta Oliveira (2008) ao referenciar Debarbieux (2002). Trata-se, portanto, de garantir acesso ao conhecimento, à interação social, ao potencial transformador da escola e consequentemente ao pleno exercício da cidadania.

Na Bahia, no ano de 2000, em consequência do agravamento dos atos de violência e das dificuldades das instituições educacionais em fazer frente a eles, e ainda do lidar com crianças e adolescentes em estreita observância do regramento jurídico especificado no Estatuto da Criança e Adolescente, a Polícia Militar da Bahia (PMBA) passou a executar rondas nas escolas da capital baiana, em atendimento às demandas por segurança naquele espaço e seu entorno, atividade conhecida por Ronda Escolar.

Em 2008, por meio do Decreto Estadual n.º 11.216, de 18 de setembro, é criado o Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas, fundamentando o Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2009, celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública (SSP/BA) e a Secretaria da Educação (SEC/BA), com interveniência da PMBA, balizado nos princípios da Proteção Integral ao jovem em formação, na estreita observância do Estatuto da Criança e do Adolescente e do respeito à dignidade da pessoa humana, conjugando os esforços para redução dos índices de violência preconizados pelo Programa de Governo Pacto pela Vida. Coube, então, à Polícia Militar a atuação na prevenção de crimes e atos infracionais nas escolas; a avaliação, diagnóstico e sugestões de aprimoramento ou adaptações nas instalações físicas e de melhoria das condições de segurança da comunidade escolar e seu entorno, além de ações educativas preventivas, entre elas a realização de palestras, visitas e peças teatrais.

No ano de 2015, conforme dados internos fornecidos pela Coordenação da Operação Ronda Escolar, foram registradas 240 ocorrências, envolvendo 558 pessoas, sendo que 95,42% ocorreram durante o dia e 67,02% dos envolvidos eram jovens na faixa etária dos 12 aos 17 anos. Quanto aos tipos das ocorrências atendidas, 25,83% foram ‘vias de fato’, 23,75% ‘ameaça’, 12,91% ‘furtos e roubos’; 7,5% agressões e tentativas; 7,08% lesão corporal; 5,42% desacato; 3,75% porte de arma branca e 3,75% uso de entorpecentes.

Por certo, as demandas foram maiores do que as registradas considerando as subnotificações ante a impossibilidade do comparecimento da guarnição da Ronda Escolar às unidades de ensino, decorrente da retração que a Operação vem sofrendo devido ao contingenciamento financeiro do Estado, o que levou à redução do efetivo empregado e, por consequência, da capacidade de atendimento; às orientações e mediações realizadas pela central de rádio da Operação Ronda Escolar em atendimento telefônico; além do gerenciamento das situações por parte dos gestores escolares na presença das famílias, a partir do maior comprometimento no

acompanhamento dos jovens e o ressarcimento dos possíveis danos, cujos registros não constam no levantamento estatístico da Coordenação da Ronda Escolar.

O cenário descrito aguçou examinar a efetividade da política pública de segurança desenvolvida na capital baiana pela Operação Ronda Escolar voltada à redução e ao controle da violência nas unidades de ensino, dentre as “ações policiais preventivas mediante a aproximação da comunidade” prescritas no Programa Pacto pela Vida quanto à percepção, a participação, o alcance e os possíveis ajustes sob a ótica dos seus destinatários.

Na perspectiva de mudanças ante a suscetibilidade e comprometimento das gerações (crianças e adolescentes) quanto à questão da violência escolar e as possibilidades da atuação mais integrada e efetiva de duas instituições de relevância social (escola e polícia militar), dentro das previsões do Programa Pacto Pela Vida quanto às demandas sociais, as estratégias de aproximação e envolvimento da comunidade, instigou questionar: Quais as contribuições da Ronda Escolar para a redução da violência nas Unidades Escolares de Salvador na percepção de diferentes atores?

Para tanto, foi estabelecido como objetivo geral deste estudo analisar as percepções acerca da satisfação, assim como a presença de demandas não atendidas na concepção de diferentes atores, no tocante ao serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades estaduais de ensino da cidade de Salvador – Bahia. Constam como objetivos específicos:

- a) Mapear as principais demandas das Unidades Escolares à Ronda;
- b) Identificar as percepções dos gestores escolares e da PMBA, professores, funcionários, estudantes e seus pais acerca do serviço prestado pela Ronda Escolar;
- c) Identificar as percepções dos policiais da Op. RE acerca do potencial preventivo do serviço para a segurança nas escolas;
- d) Analisar as similaridades e divergências nas percepções dos gestores, professores, funcionários, estudantes e seus pais e dos policiais militares sobre o serviço da Ronda Escolar e;
- e) Apresentar proposições voltadas à maior efetividade do serviço prestado pelo policiamento comunitário escolar.

Como aportes teóricos são aqui referenciados, acerca das Políticas Públicas, Rua (1998; 2012) e Secchi (2013), entre outros; na área da política da segurança pública e modelos de policiamento, tem-se Trojanowicz e Bucqueroux (1994), Balestreri (1994, 1998, 2003), Muniz (1997, 2001), Bondaruk e Souza (2004, 2007), Marcineiro (2009) e Carvalho e Silva (2011); acerca da violência escolar, foram utilizados Abramovay e Rua (2002), Waiselfisz (2015), entre outros.

A escolha do tema justifica-se pela consciência da importância de ações integradas de prevenção, repressão qualificada e de justiça criminal para minorar os graves riscos de todos ante o fenômeno da violência, em face da inegável multicausalidade e complexidade da questão, aliada a trajetória acadêmica e profissional dessa pesquisadora enquanto professora da rede estadual de ensino durante quatro anos, antes de ingressar na Academia da Polícia Militar, em 1996, e a partir de então compondo os quadros da Corporação. A isso, acrescenta-se a atuação por aproximadamente sete anos na atividade de policiamento escolar nesta capital. Dessa forma, as vivências, experiências profissionais e inquietações cotidianas ensejaram o desenvolvimento dessa dissertação de mestrado, intitulada *Ronda Escolar para além-muros: percepções, práticas, possibilidades e resignificação*.

Não obstante as justificativas supramencionadas, a perspectiva deste trabalho buscou esboçar a possibilidade de outros olhares acerca da questão da segurança pública enquanto “dever do estado, direito e responsabilidade de todos”, contemplada no dispositivo constitucional, a partir da ênfase ao caráter preventivo da atuação da Polícia Militar (PM) na prestação dos serviços de policiamento comunitário escolar, ora reconhecido na comunidade baiana como Ronda Escolar. Considera-se ainda, as possibilidades de ganhos coletivos através do trabalho integrado, colaborativo e comunitário a partir da escola mediante a atuação do policial militar, dentro da “dimensão pedagógica do agir policial, como pedagogo da cidadania”, citada por Balestreri (1998, p. 8), favorecendo a aproximação e a percepção mais amistosa da atividade policial pela comunidade, suscitando a resignificação dessa relação historicamente conturbada.

Trata-se de descortinar a possibilidade da participação mais efetiva dos policiais militares da Ronda Escolar, voluntários e afetos à questão educacional, em promover uma maior aproximação e interação, dentro do caráter preventivo e protetivo do Policiamento Comunitário Escolar, a partir do desenvolvimento de ações socioeducacionais integradas,

planejadas e alinhadas com determinado conteúdo pedagógico e/ou atividade proposta pelo professor, autorizadas pelos gestores escolares, no compartilhamento de conhecimentos mais específicos, temas que por vezes não são tratados, por falta de domínio dos professores, a exemplo da legislação para o trânsito, proteção das mulheres, dos idosos, direitos humanos e o próprio Estatuto da Criança e Adolescente, tão distorcidamente propagado, dentre outros relacionados à segurança pública, a formação do cidadão e a promoção da cultura para a paz, consistindo num incremento ao trabalho da escola e da Ronda Escolar.

Importante registrar que não se trata de militarizar a escola nem tampouco prescindir da presença nem do protagonismo do professor. É sim, da agregação das expertises desses atores na prevenção das violências no ambiente escolar favorecendo a sensibilização e o compartilhamento das alternativas da gestão de conflitos com os estudantes, para que tais conhecimentos e habilidades sejam interiorizadas, transpondo os muros da escola, alcançando situações do cotidiano em suas casas, famílias e demais relações sociais, despertando-os para o exercício consciente da cidadania, e propiciando aos envolvidos, novos olhares sobre as possibilidades e o papel da PM (policial enquanto ator e educador social à serviço da cidadania), bem como da importância da atuação cidadã de cada um para a segurança de todos e na construção de uma sociedade menos violenta e mais harmônica.

Desta forma, este estudo mostrou-se relevante no âmbito da segurança pública ao ofertar subsídios à melhoria da qualidade dos serviços e à (re)qualificação do cidadão policial militar a partir das impressões da comunidade escolar sobre o serviço da PM, ante o aumento da violência dando-lhe voz e participação quanto às formas para mitigá-la, suprimindo certa lacuna dialógica inclusive no âmbito da Corporação. Mostra-se importante ainda ao sinalizar alternativas para uma atuação efetivamente preventiva e voltada para o cidadão ao reconhecer a dimensão pedagógica do agir policial, favorecendo a parceria ensejada pelo Policiamento Comunitário, enquanto caminho promissor para aumentar a autoestima desse profissional e sua valorização pela sociedade, essenciais às melhorias na prestação de serviço.

Esse enfoque contribui para a comunidade acadêmica enquanto fonte de conhecimento ainda escasso, acerca do tipo da segurança prestada pelo policiamento - de proximidade, especializado, direcionado e orientado à resolução de problemas, subsidiando discussões e futuras pesquisas, possibilitando o aprimoramento do serviço preventivo a partir da

participação do cidadão no planejamento e na atuação mais qualificada da Ronda Escolar (RE).

A contribuição para sociedade se estabelece pelo favorecimento da aproximação da polícia com a comunidade escolar, ensejando a parceria com essa e as futuras gerações, a partir da Escola enquanto espaço de criação e transformação social, propício ao diálogo e ao aprendizado do exercício consciente da cidadania e dos direitos humanos, bem como à interação, à troca de conhecimentos e aos esclarecimentos necessários à implantação da cultura para a paz na sociedade.

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida dentro da abordagem qualitativa com cunho exploratório, tendo sido realizadas pesquisas de campo e documental, que consubstanciaram o estudo de caso. Foram utilizadas, como instrumentos na coleta de dados, entrevistas semiestruturadas com os gestores administrativos e pedagógicos e com o Comandante Geral da Polícia Militar da Bahia. Utilizou-se também grupo focal com professores e funcionários da escola, aplicando-se ainda questionários com os estudantes e seus pais ou responsáveis e com policiais militares da Op. RE. Foi selecionada, dentre as três unidades de ensino da rede estadual de Salvador que mais demandaram a Ronda Escolar no ano de 2015, àquela com maior número de chamados, conforme dados oficiais da Coordenação da Operação Ronda Escolar.

Para apresentação e análise dos dados coletados nas entrevistas e grupos focais utilizou-se a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) a qual permitiu a formação de painéis de respostas que refletem as representações sociais dos discursos dos vários sujeitos confluindo num pensamento coletivo sob forma de um discurso único. Os resultados colhidos nos questionários são apresentados através de gráficos e quadros com as respectivas análises a partir do referencial teórico adotado.

Esta pesquisa, além desta introdução, subdivide-se em quatro capítulos. O segundo, apresenta o referencial teórico de políticas públicas e de segurança pública, discutindo ainda os modelos de policiamento e o policiamento comunitário escolar no qual se encontra a Ronda Escolar. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada e sua fundamentação. No quarto capítulo são apresentados e analisados os resultados da pesquisa de campo, concluindo-se, no quinto capítulo, com as considerações finais, limitações e propostas para futuros trabalhos.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DE SEGURANÇA PÚBLICA**

As mudanças impostas pela conjuntura mundial e a dinamicidade da sociedade moderna têm levado as instituições a reverem seus papéis não isentando o Estado enquanto organização política e principal balizador da gestão pública e das relações com o mercado e a sociedade. Nesse contexto a participação social torna-se imprescindível para o estabelecimento das políticas públicas, de modo a atender de maneira efetiva as variadas e crescentes demandas por equidade e justiça social.

Diante do processo de democratização do país, depois de décadas sob o regime ditatorial é compreensível a discreta participação social entre tantos desafios. A complexidade das relações humanas, políticas e sociais, a extensão territorial, a diversidade e as discrepâncias econômico-financeiras dos nossos ‘tantos Brasis’, impõe grande esforço e organicidade, além do real interesse político em responder aos relevantes problemas da coletividade através de discussões e estímulo à prática participativa para a definição das estratégias de ação, concernente a efetividade das políticas públicas.

A problemática da violência e criminalidade no país tem forte impacto social comprometendo as atividades produtivas e relacionais da comunidade, avançando às instituições a exemplo da família, da escola e das próprias organizações responsáveis em contê-la. A segurança da sociedade passa a ser requisito à garantia dos direitos e cumprimento de deveres constituindo, portanto uma demanda social e requerendo estruturas estatais e a organização dos setores sociais para ser efetivada. A isso contribuem Carvalho e Silva (2011) ao se referirem à reestruturação do Estado e a necessidade de segurança como garantia de cidadania.

O sistema político, surgido na modernidade, e que predomina nos governos contemporâneos, demonstra que o papel das organizações políticas, primordialmente o do Estado, tem sido reestruturado para atender ao movimento dinâmico da sociedade. Demonstra, também, a consolidação do processo civilizacional, em curso neste século 21, que impõe a necessidade de segurança como garantia do exercício da cidadania (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 60).

Nesse intento, o papel do Estado é primordial para o controle social por tratar-se de um problema relevante, multicausal e complexo, que enseja um processo articulado e continuado de ações governamentais e sociais, mecanismos jurídicos e aparatos institucionais, ou seja,

políticas públicas integradas. Em linhas gerais, para Secchi (2013) uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público, entendido coletivamente como relevante e ao qual seja dado tratamento ou solução, admitindo-se ainda o protagonismo dos entes não governamentais no estabelecimento das políticas públicas. Porém, Rua (2012) pontua que as políticas públicas são resultantes da atividade política compreendendo as decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos, requerendo ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Observa-se, portanto, que os autores divergem quanto ao monopólio dos agentes governamentais enquanto protagonistas das políticas, asseverando Rua (2012) que:

Embora as políticas públicas possam incidir sobre a esfera privada (família, mercado, religião), elas não são privadas. Mesmo que entidades privadas participem de sua formulação ou compartilhem sua implementação, a possibilidade de o fazerem está amparada em decisões públicas, ou seja, decisões tomadas por agentes governamentais, com base no poder imperativo do Estado (RUA, 2012, p. 18).

Diante da falta de consenso quanto ao conceito de política pública Secchi (2013) aborda alguns “nós conceituais” quanto ao protagonismo do seu estabelecimento, por atores estatais ou não; a orientação à atividade (ação) ou à passividade (inação) frente ao problema; e quanto ao nível de operacionalização da diretriz, estratégico (estruturante) ou operacional. Contudo, assevera que “a essência conceitual de políticas públicas é o problema público” (SECCHI, 2013, p. 5).

Em relação ao protagonismo no estabelecimento da Política Pública, Secchi (2013) esclarece que a abordagem estadista ou estadocêntrica confere exclusividade aos atores estatais, permitindo a influência dos atores não estatais na elaboração e implementação, mas não na decisão e liderança do processo. Já a abordagem multicêntrica ou policêntrica admite o protagonismo e liderança pelas organizações privadas, não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, além dos atores estatais. Acerca da centralidade do Estado no estabelecimento das políticas públicas acrescenta que:

Não há dúvida que o Estado moderno se destaca em relação a outros atores no estabelecimento de políticas públicas. A centralidade atual do Estado no estabelecimento de políticas públicas é consequência de alguns fatores: 1) a elaboração de políticas públicas é uma das razões centrais do nascimento e da existência do Estado moderno; 2) O Estado detém o monopólio do uso da força legítima e isso lhe dá superioridade objetiva com relação a outros atores; 3) o Estado moderno controla grande parte dos recursos nacionais, e

por isso, consegue elaborar políticas robustas temporal e espacialmente (SECCHI, 2013, p. 4-5).

Apesar da centralidade do Estado no estabelecimento das políticas o ordenamento jurídico inaugurado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, ao estabelecer a segurança pública enquanto “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos” convoca e compartilha com a sociedade a responsabilidade pela segurança pública. Em face do agravamento da questão da violência e criminalidade, a perspectiva multicêntrica ou policêntrica se apresenta com maior aderência para responder às crescentes demandas por segurança, conferindo voz e protagonismo aos diferentes atores, favorecendo o potencial de resolutividade pela abertura às contribuições diferenciadas e a co-responsabilidade dos envolvidos. Contudo, apesar de Rua (2012) defender a perspectiva estadocêntrica, reconhece a falta de conexão entre a oferta e as demandas das políticas, dificultando a solução do problema gerando descrédito, desperdícios e frustração social. Geralmente reflexo da ausência de participação social dada à desatenção e/ou indiferença dos tomadores de decisão, que atuam a partir da oferta, raramente considerando as demandas.

Mesmo com a prioritária atuação do Estado no controle social é impreterível a participação dos atores não governamentais e principalmente da sociedade organizada na elaboração e implementação das políticas públicas de segurança para que respondam efetivamente aos clamores sociais. Nesse estudo percebeu-se que o envolvimento das famílias, dos próprios estudantes, professores e funcionários além da presença do estado representado pela escola e a Polícia Militar são indispensáveis à eficiência e continuidade das ações para mitigar a violência nas escolas, vez trata-se de um problema persistente ao longo do tempo, atingindo vários espaços e afligindo a população.

Nesse viés, faz-se oportuno diferenciar políticas governamentais, enquanto subgrupo mais importante das políticas públicas, de políticas de Estado. A política governamental refere-se as decisões e ações de um grupo político em mandato eletivo, enquanto a política de Estado é “aquela de longo prazo, voltada ao interesse geral da população e independente dos ciclos eleitorais” (SECCHI, 2013, p. 5). Logo, o combate da violência e criminalidade, pela sua complexidade requer a integração e continuidade de outras políticas que não só as de segurança pública, em que pese os interesses governamentais para a inserção de outros problemas relevantes relacionados à multicausalidade da violência, a exemplo da reforma

educacional, política de empregos ou de distribuição de renda na agenda formal, que compromete o êxito dos esforços empreendidos e a efetividade das políticas de segurança pública.

Os interesses governamentais reverberam, ainda no segundo nó conceitual abordado por Secchi (2013), quanto à ação ou inação frente ao problema ao argumentar que a omissão ou negligência governamental não deva ser considerada política pública, mas apenas falta de inserção do problema na agenda formal. Posicionamento que não se confunde com a inação derivada da própria política pública, vez que enquanto diretriz estabelece o conjunto de orientações para ação ou inação por parte dos elaboradores aos seus implementadores, e cujo êxito, determina o grau de eficácia da política. Contudo, para Dye (1972 apud SECCHI, 2013, p. 5-6), política pública é “tudo aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer”, no que coaduna Fernandes (2010, p. 43, apud SECCHI, 2013, p. 6) ao argumentar que “o Governo que não toma uma atitude pública sobre determinado problema também faz política”. Portanto, para os autores Dye e Fernandes (apud SECCHI, 2013) a omissão ou negligência governamental constituem a política pública. Nesse sentido, pressupõe-se a influência dos interesses políticos sobre a existência e efetividade de uma política pública.

No que se refere ao nível de operacionalização da diretriz enquanto critério para o reconhecimento ou não de uma política pública, Secchi (2013, p. 7) não considera um bom critério visto que as políticas municipais, regionais, estaduais e intraorganizacionais também respondem a problemas públicos. Sendo assim, as diretrizes que constituem as políticas públicas podem partir tanto do nível estratégico (estruturantes), quanto do intermediário ou do operacional, desde que os programas, planos, projetos, políticas locais ou regionais que as compõe estejam voltados às tentativas de enfrentamento de um problema público.

Nesse sentido, ações como a instituição de guardas municipais, a colocação de câmeras de vigilância em logradouros públicos, inclusive por instituições privadas, os cursos profissionalizantes oferecidos por Organizações Não Governamentais (ONGs) à comunidade, além dos projetos socioeducacionais voltados às crianças e adolescentes têm sido desenvolvidas por atores municipais e não estatais para amenizar a sensação de insegurança por parte da população, favorecendo o combate da violência e criminalidade alcançando aspectos sua da multicausalidade (BRASIL, 2015).

Independente do nível de operacionalização e desde que vinculado a um problema público, a política pública se materializa por meio de vários instrumentos, tomando forma de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação de ações de uma rede de atores, gasto público direto, contratos formais e informais com *stakeholders*, entre outros. Quanto aos tipos de políticas públicas geralmente são classificadas de acordo com os conteúdos, os atores, os estilos e as instituições dentro do processo (SECCHI, 2013).

Dentre as tipologias de conteúdo das políticas públicas, a tipologia de Lowi, segundo Secchi (2013), tem se destacado e atraído a atenção de acadêmicos e profissionais pela utilidade de sua classificação baseada no critério de “impacto esperado na sociedade”, pois favorece aos estudos comparativos em um setor ou em vários setores de políticas públicas. Apresenta quatro tipos de políticas: as regulatórias - estabelecem padrões de comportamentos, serviços ou produtos; as distributivas - benefícios concentrados a alguns grupos e custos difusos à coletividade; as redistributivas - benefícios concentrados a algumas categorias e custos concentrados a outras categorias; as constitutivas - definem competências, jurisdições, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas. Ressalte-se que cada um desses tipos pode agregar características de dois ou mais tipos, não possuindo fronteiras definidas.

Considerando que as políticas públicas ocorrem em ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder entre atores do Estado e da sociedade, entre agências intersetoriais, entre os poderes do Estado, entre o nível nacional e níveis subnacionais, entre comunidade política e burocracia, Rua (2012) destaca ainda, a importância do ciclo das políticas públicas como forma de lidar com essa complexidade, favorecendo o entendimento da dinâmica sistêmica e a reflexão do como e mediante quais instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas. A esse respeito acrescenta ainda que:

Na concepção do ciclo das políticas públicas, a política é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que agrupadas, formam o processo político. Essa visão conduz os estudiosos a examinar como as decisões são ou poderiam ter sido tomadas e permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e estratégias definidas para realização da política, e o comportamento dos diferentes atores envolvidos em cada etapa do processo de produção de políticas (RUA, 2012, p. 35).

No mesmo entendimento, Secchi (2013), ao abordar o ciclo das políticas públicas, diz tratar-se de um processo de elaboração, definido como um esquema de visualização e interpretação da vida de uma política pública, apresentado em fases sequenciais e interdependentes, mas que em geral não reflete sua dinamicidade, pois as fases podem se apresentar misturadas e/ou alternadas. Ao que Rua (2012) contribui ao afirmar que essas etapas não constituem um processo linear, por vezes contraditório sem um ponto de partida claramente definido e cujas etapas podem apresentar-se parcialmente sobrepostas e com as atividades de diferentes etapas ocorrerem de forma simultânea. Apesar das ponderações os autores validam a importância do ciclo das políticas públicas quanto ao favorecimento à organização das idéias pelos gestores simplificando a complexidade da política e auxiliando a criação de um referencial comparativo para os casos heterogêneos.

Assim, o ciclo de políticas públicas, conforme Secchi (2013) apresenta sete fases principais, onde na identificação do problema considera-se ‘problema’ a diferença entre o *status quo* e uma situação ideal possível. Pressupõe ainda a percepção de muitos atores relevantes (a coletividade); a definição ou delimitação do problema a partir dos elementos que o compõe e a síntese de sua essência. Nesse momento também são estabelecidos os norteadores para definição das causas, soluções, culpados, obstáculos e avaliações, consistindo numa etapa politicamente crucial na elaboração da política pública. Apesar de que qualquer definição do problema é parcial, podendo ser redefinido e adaptado nas fases sucessivas.

Segundo Secchi (2013) a fase formação da agenda refere-se ao conjunto de problemas ou temas relevantes, podendo ser um programa de governo, um estatuto partidário ou uma simples lista de assuntos. Pode ser uma agenda política, referindo-se aos problemas ou temas que a comunidade política entende como merecedor de intervenção pública; uma agenda formal ao elencar os problemas que o poder público decidiu enfrentar; ou ainda, uma agenda da mídia referente aos problemas que diversos meios de comunicação dedica especial atenção, chegando inclusive a condicionar as agendas política e formal, dado o poder da mídia sobre a opinião pública. Para Rua (2012, p. 64), trata-se do reconhecimento de uma situação como problema público ensejando discussões das autoridades dentro e fora do governo, “consistindo em uma lista de prioridades inicialmente estabelecidas, às quais os governos devem dedicar suas energias e atenções, e entre as quais os atores lutam arduamente para incluir questões de seu interesse”. Explicitando sua concepção acerca dos diferentes tipos de agenda:

[...] a “agenda sistêmica”, “agenda do Estado” ou “agenda da sociedade” para fazer referência à lista de questões que preocupam permanentemente diversos atores políticos e sociais, ou que dizem respeito à sociedade como um todo, não se restringindo a este ou aquele governo. Por exemplo, [...] a desigualdade social, a violência, a degradação ambiental e o desenvolvimento econômico e social compõem a agenda sistêmica. [...] Bastante distinta é a “agenda governamental”, pois reúne os problemas que um governo específico escolheu tratar. Sua composição dependerá da ideologia, dos projetos políticos e partidários, da mobilização social, das crises conjunturais e das oportunidades políticas. [...] Também diferente é a chamada “agenda de decisão”, que compreende a lista de problemas a serem objeto de deliberação no curto e médio prazo, pelo sistema político, ou seja: não só o governo, mas os poderes constituídos, inclusive o Judiciário. [...] não leva necessariamente à formulação de novas políticas públicas, podendo restringir-se a completar processos decisórios já iniciados ou a corrigir rumos de políticas já decididas, ou a dirimir questões em torno de políticas já em fase de implementação. (RUA, 2012, p. 64-65).

Após a inclusão do problema na agenda, na etapa da formulação de alternativas são envidados esforços na construção e combinação das soluções por meio de planos, programas, estratégias ou ações para o alcance dos resultados, considerando-se as consequências do problema, os custos e benefícios de cada alternativa. Contudo, as propostas expressam interesses diversos requerendo a combinação e aceitação pela maior parte dos atores envolvidos. O momento em que tais interesses são equacionados revelando as intenções, objetivos e métodos de enfrentamento do problema caracteriza a fase da tomada de decisão (SECCHI, 2013).

A tomada de decisão, conforme Rua (2012), não implica a aceitação da totalidade das decisões relativas a uma política pública, mas que se chegou a uma decisão central, ao núcleo da política em formulação. Acerca dos conflitos e a abrangência das decisões acrescenta que quanto menos conflituosa a política mais consenso agrega consequentemente mais abrangente se torna o núcleo ao reunir decisões sobre vários aspectos. Porém, quando os conflitos são demasiados e as questões complexas ou a decisão requer aprofundamento dos conhecimentos, o núcleo se torna menos abrangente cobrindo um número reduzido de aspectos, tendo suas decisões adiadas para o momento da implementação.

A implementação por sua vez, consiste na fase em que são produzidos os resultados concretos da política pública, onde “as regras, rotinas e processos são convertido de intenções em ações”. É o período em que ocorre a intervenção na realidade a partir das operações das rotinas estabelecidas às diversas organizações envolvidas. Momento em que a administração pública revestida de sua função precípua executa a política pública, utilizando-se dos

instrumentos escolhidos para tentar solucionar o problema, a exemplo da regulamentação, desregulamentação e legalização, aplicação da lei, impostos e taxas, subsídio e incentivo fiscal, prestação direta de serviço público, terceirização de serviço público, prestação pública ou privada de serviço de mercado, informação ao público, campanhas/mobilização, seguros governamentais, transferência de renda, discriminação seletiva positiva, prêmios e concursos, certificados e selos, entre outros. (SECCHI, 2013, p. 55-59).

Trata-se, portanto do conjunto das diversas decisões voltadas a identificar os problemas, objetivos, alternativas de solução e o arranjo institucional (estrutura) no decorrer do processo, para a execução de uma decisão básica previamente definida, consistindo numa “formulação em processo” ao dizer de Rua (2012). Pois independente da política o conhecimento dos objetivos e das normas apenas dão uma idéia geral às agências implementadoras, não informando quanto esforços, individuais ou por grupos, de natureza pública ou privada serão necessários para obter a cooperação e a adesão dos diversos atores afetados pela política. Envolve, portanto diversos aspectos do processo administrativo como a provisão de recursos, formação de equipes, elaboração de editais etc.

Constitui um processo complexo envolvendo novas decisões, simultâneas e subsequentes, necessárias a execução de medidas para efetivação da política. A implementação de uma política pública pode ocorrer seguindo o modelo *top down* (de cima para baixo), considerando a formulação e implementação enquanto etapas separadas e diferenciadas, por envolver diferentes atores, graus distintos de autoridade e de complexidade. Nesse modelo “os políticos formulam e decidem, e comandam os burocratas, que executam as suas decisões, implementando a política”, conforme Rua (2012, p. 126). Essa etapa é considerada, portanto mero esforço administrativo em prover os meios para alcançar os resultados esperados, sendo visualizado como estratégia da classe política, uma espécie de “lava as mãos” no dizer de Secchi (2013), em relação aos problemas advindos nessa fase, cuja culpa recai sobre os agentes, processo conhecido por *blame shifting* ou deslocamento da culpa.

O outro modelo de implementação é o *bottom-up* (de baixo para cima) – propõe que a política seja concebida a partir da base, das percepções das demandas e experiências na resolução dos problemas pelos atores dos escalões inferiores da administração, onde as práticas estabelecidas seriam institucionalizadas nos níveis superiores, segundo Rua (2012). Confere maior discricionariedade aos gestores e redes de atores para auto-organizar e modelar frente

aos problemas práticos da implementação, apesar da reconhecida limitação da decisão tecnológica desse modelo (SECCHI, 2013, p. 61).

O modelo interativo-iterativo considera não haver um fluxo único nem da formulação para a implementação (*top down*/de cima para baixo) nem desta direção à formulação (*bottom-up*/de baixo para cima) consistindo num complexo processo de idas e vindas entre as fases do ciclo, ensejando várias decisões e reformulações de acordo com as reações dos diversos atores, o curso das decisões e os impactos da implementação, conforme explicita Rua (2012). Esse modelo não foi contemplado por Secchi (2013) ao discorrer sobre o assunto.

Ainda sobre a fase da implementação, Secchi (2013) destaca a importância da análise desse processo ante a possibilidade de visualizar os obstáculos e falhas, pois nessa etapa muitas vezes as soluções adotadas são totalmente desvirtuadas, além de favorecer a detecção de erros anteriores a tomada de decisões relacionada ao problema, aos objetivos ou ao excesso de otimismo. Ao comentar a possibilidade do monitoramento durante a implementação, Rua (2012) diz consistir num conjunto de procedimentos voltados à apreciação dos processos adotados, dos resultados preliminares e intermediários, do comportamento do ambiente da política, enfim, do contexto inter e intraorganizacional dentro do qual ocorre a implementação para facilitar a alcance dos objetivos estabelecidos.

O conjunto dos procedimentos de julgamento dos resultados de políticas públicas segundo critérios (economicidade, produtividade, eficiência administrativa, eficiência econômica, equidade, eficácia e produtividade, entre outros), indicadores e padrões constitui a fase da avaliação do ciclo das políticas públicas, conforme Secchi (2013). Os exames objetivam conhecer melhor o estado da política e o nível de redução do problema que a gerou. Pode ser realizada antes da implementação, a avaliação *ex ante*, objetivando a investigação das possíveis soluções para o problema público, considerando as consequências e custos das alternativas, através de projeções, predições e conjecturas. Acrescenta Rua (2012) que consiste na apreciação do desenho do projeto, sob os aspectos da consistência lógica das soluções propostas, da suficiência das ações, estimativa prévia de eficiência e de impacto da intervenção.

Durante processo de implementação Secchi (2013) se refere ainda a avaliação *in itinere*, formativa ou monitoramento que ocorre durante o processo e favorece aos ajustes imediatos.

Contudo, Rua (2012) diferencia a avaliação do monitoramento sob alguns aspectos considerando a avaliação enquanto exame discreto de processos, produtos, qualidade, efeitos e impactos das ações realizadas, seu maior grau de aprofundamento, com a produção de relatórios mais complexos e densos, podendo ser usada ou não para subsidiar a tomada de decisões, tendo ou não como referência o desenho da intervenção.

Quanto ao monitoramento Rua (2012) considera enquanto exame contínuo de processos, produtos, resultados e impactos das ações realizadas, com o aprofundamento necessário à sua finalidade sem o comprometimento da celeridade e tempestividade, para subsidiar a condução das políticas mediante a produção de pequenos sumários de dados parciais, que sempre serão utilizados para os ajustes e tomada de decisões, imediatamente incorporadas ao processo de gestão, tendo como referência o desenho da política, programa ou projeto.

A autora diferencia ainda o monitoramento do acompanhamento que se limita às atividades de registro e documentação do processo de implementação, supervisão e fiscalização, a fim de assegurar o cumprimento do plano de ação sem questionar a pertinência ante o problema a ser solucionado. Desprovido, portanto, de natureza interativa e proativa, cujas informações tendem a ser parciais, limitadas ao registro e encaminhamento e nem sempre analisadas. Ao contrário do monitoramento, considerado ferramenta de gestão interativa e proativa, baseando-se sempre na análise dos dados e não somente ao seu registro (RUA, 2012).

A avaliação *ex post*, para Secchi (2013), é posterior à implementação. Conforme Rua (2012) faz referência ao momento em que é realizada a avaliação, ou seja, ao estágio da intervenção que é submetido à avaliação. Voltada ao processo de análise dos efeitos e do custo efetivo de cada alternativa implementada tendo por referência os valores efetivamente despendidos. Os impactos são mensurados por meio da comparação entre a situação inicial da população-alvo (*baseline*) e a sua situação ao final de um período determinado de tempo, ou ainda, com os impactos estimados na avaliação *ex-ante*, para verificar o grau de assertividade na seleção das alternativas de intervenção.

A sétima fase do ciclo das políticas públicas, segundo Secchi (2013), é a extinção da política que ocorre quando o problema que o originou é dado como resolvido, pela ineficácia dos instrumentos-programas, leis e ações que a ativaram ou quando mesmo um problema não

tenha sido dado por resolvido, perde progressivamente a relevância, saindo das agendas políticas e formais.

Apesar do ciclo favorecer o entendimento da complexidade e dinâmica da vida de uma política pública, por certo, alguns aspectos dificultam a solução do problema público comprometendo o êxito da política elaborada. Dentre eles, RUA (2012) destaca a fragmentação, a descontinuidade administrativa, a dispersão das ações entre as diferentes agências e de programas desarticulados no interior de cada uma delas. Além do que a maior parte das ações são propostas de correção de desvios e sequelas, sem nenhuma preocupação com a prevenção de problemas ou de investimento na formação de capital humano voltado ao futuro do país. Ainda acerca do comprometimento das políticas públicas durante a implementação acrescenta que:

Um dos aspectos que primeiro chamam a atenção nas políticas públicas brasileiras é a fragmentação. Por exemplo, uma política, como a de segurança pública, que envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, não tem um tratamento baseado na integração de esforços da educação, saúde, trabalho, assistência social, mas limita-se à repressão. [...] Outra característica recorrente é a descontinuidade administrativa, ou seja, a constante interrupção – formal ou informal – das políticas, com o seu frequente abandono e/ou substituição por estratégias até mesmo opostas àquelas inicialmente adotada (RUA, 2012, p. 118).

Argumenta RUA (2012) que há uma clara separação entre as fases da formulação/decisão e da implementação, como se fossem desvinculadas e toda complexidade do processo se concentrasse nas fases de formulação e decisão, tomando a implementação como dada e de baixa complexidade, acerca das quais as decisões já foram tomadas expressando a perspectiva linear, vertical e planificadora da política pública. Secchi (2013) acrescenta ainda quanto às possíveis causas dessa desconexão a falta de habilidade administrativo-organizacional, de legitimidade da decisão e a presença de interesses antagônicos. Em relação aos atores envolvidos, destaca-se às ingerências de ordem pessoal e subjetiva, a inobservância da missão institucional e das efetivas demandas na tomada de decisões como aspectos que podem comprometer o êxito da política pública, assim:

Ocorre que, como frequentemente inexistem concepções consolidadas de missão institucional, as agências envolvidas nas políticas públicas são forte e diretamente afetadas pelas preferências, convicções, pelos compromissos políticos e pelas idiosincrasias pessoais diversas dos seus escalões mais elevados. [...] Outro aspecto recorrente nas políticas públicas, especialmente

nas políticas sociais, é o de que as decisões e ações tendem a ser pensadas a partir da oferta e muito raramente são efetivamente consideradas as demandas (RUA, 2012, p. 119).

Percebe-se que muitos dos aspectos comprometedores da política pública têm raízes históricas, reflexos dos padrões de autoritarismo e centralização da nossa formação enquanto nação brasileira, e ainda, das heranças do passado autoritário recente, revelando a falta de conexão entre a oferta e a demanda das políticas, o que além de dificultar a solução do problema público acarreta desperdícios, descrédito, frustração social, desconfiança e óbice a participação dos atores sociais e lacunas no exercício da cidadania, entre outros transtornos de ordem social, econômica e política (RUA, 2012, p. 120).

Nesse sentido, ressalta Secchi (2013) que a questão da participação social é um dos temas mais recorrentes nas análises dos processos de elaboração, implementação e avaliação das políticas, sendo uma das formas mais evidentes de classificá-las em mais ou menos participativas, visto que pode ocorrer nos variados momentos do ciclo, de forma restrita ou ampliada, sendo as audiências públicas, os conselhos gestores setoriais e métodos de planejamento participativo, os mecanismos mais comuns de ampliação da participação cidadã.

Corroborando com essa concepção, Fung (2006 apud SECCHI, 2013) considera que a participação afeta diretamente a legitimidade, a justiça e a eficácia das políticas públicas. Quanto maior a participação, maior a agregação em quantidade e qualidade de informações disponíveis à tomada de decisões adequadas, maior a quantidade de recursos disponíveis e a heterogeneidade de esquemas cognitivos úteis para o tratamento de problemas complexos, além da consolidação do senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Contudo, Secchi e Plebani (2006) comentam que, apesar do valor da participação e sua ampla aceitação na maioria das democracias ocidentais, existem dificuldades para sua efetivação, quer pela escassez de tempo para a coordenação de todos os envolvidos, o custo da coordenação das ações e contribuições dos atores envolvidos, a dificuldade de resolução de conflitos e os custos de oportunidade.

Assim, observa-se a complexidade que envolve a efetividade das políticas públicas e, por conseguinte das políticas de segurança pública. Evidencia-se como imprescindível a atuação da sociedade junto ao estado, como garantia de participação e cidadania pelo

compartilhamento das responsabilidades para com a questão da segurança, na propositura e consecução das políticas integradas e continuadas que atendam as demandas sociais, ante ao fracasso das políticas tradicionais do controle da violência e criminalidade.

Para melhor compreensão dos aspectos que comprometem o êxito na solução do problema da violência e criminalidade, e mais especificamente das ações voltadas à questão da violência escolar na Bahia, segue-se abordando as políticas públicas de segurança pública e seus impactos na sociedade.

## 2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A complexidade em estabelecer uma política pública parece se acentuar ao tratar-se da questão da segurança. Não têm sido eficientes nem satisfatórios os instrumentos de enfrentamento da violência e da criminalidade que afetam de forma contundente e indiscriminada a sociedade brasileira.

Argumenta Adorno (1996) que no Brasil, mesmo após décadas de regime autoritário, a reconstrução da sociedade e do Estado democrático ainda não conseguiu conter o arbítrio das agências responsáveis pelo controle da ordem pública, visto que apesar dos padrões emergentes da criminalidade urbana violenta, não há significativas mudanças nas políticas de segurança e justiça criminal, formuladas e implementadas pelos governos atuais, daquelas de outrora.

Os resquícios do passado autoritário ainda geram resistências às mudanças em direção ao Estado Democrático de Direito, quer pela classe política, pelas agências de controle da ordem pública e agentes, quer pelos diversos segmentos da sociedade organizada. As ações empreendidas até então não representam avanços consistentes no controle da violência e criminalidade o que desestimula a participação social pelo descrédito e desconfiança acerca da prioridade à relevância do problema público e do interesse coletivo em detrimento dos interesses individuais, que em contrapartida não favorece o estabelecimento de políticas públicas eficazes à complexidade da questão da segurança pública (ADORNO, 1996; MUNIZ et al., 2007; CARVALHO e SILVA, 2011; BRASIL, 2015).

Assim, tem-se que:

[...] as ações de “controle da ordem pública” se tornaram mais complexas na “ordem democrática” e a reorganização do aparelho estatal não resultou na imediata participação social na construção da política de segurança pública, necessária ao país. Estado e sociedade devem exercer papéis cruciais na definição de estratégias políticas e de poder que legitimam o processo pelo qual se desenvolve a política pública. Neste embate, os interesses e as contradições, inerentes à dinâmica das relações entre governantes e governados, constituem o fundamento da construção política (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 61).

A política de segurança pública, enquanto processo sistêmico envolve significativa complexidade, requerendo grande articulação entre as diversas instâncias governamentais e os três poderes da República, além da aproximação de diversas instituições e sujeitos, em um conjunto de ações públicas e comunitárias que garantam a segurança do indivíduo e da coletividade.

Assim, Carvalho e Silva (2011) aduzem que, com a maior participação da sociedade organizada exigindo dos seus representantes políticos a aprovação de leis de maior interesse coletivo, a efetividade das ações públicas, estruturas institucionais eficientes, além do estabelecimento de ordenamentos jurídicos ajustados à realidade social e imprescindíveis ao funcionamento do sistema de justiça criminal (Poder Legislativo), o planejamento e a gestão adequada das ações voltadas à prevenção e repressão da criminalidade/violência e à execução penal (Poder Executivo), assim como a celeridade na tramitação processual e aplicação da legislação vigente (Poder Judiciário), será possível garantir políticas públicas articuladas, consistentes e duráveis a ponto de responder efetivamente às demandas por segurança e cidadania, para além dos respectivos mandatos eletivos. Contudo, argumentam acerca da realidade brasileira que:

[...] no Brasil, em regra as políticas de segurança pública têm servido apenas de paliativo a situações emergenciais, sendo deslocadas da realidade social, desprovidas de perenidade, consistência e articulação horizontal e setorial. [...] Sem a articulação entre polícias, prisões e judiciário, inclusive, sem o envolvimento da sociedade organizada, não existe eficácia e eficiência nas ações de controle da criminalidade e da violência e nas de promoção da pacificação social (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 62).

Porém, há de se considerar que, até a década de 1990, a provisão de segurança pública no Brasil era de responsabilidade quase que exclusiva dos estados e mais particularmente dos

órgãos policiais. Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988 e o novo momento político do país, a União e os municípios mantiveram pouco comprometimento na adoção de políticas voltadas à preservação da ordem pública, vez que o dispositivo constitucional, no seu artigo 144 atribuiu ao governo estadual o encargo pelas polícias militares e civis, o que num entendimento restrito de segurança pública, então caberia ao poder estadual a política de gestão policial, de execução penal e justiça criminal (BRASIL, 2015).

Com o crescimento dos índices de criminalidade e da sensação de insegurança no final da década de 1990, o tema da violência ganhou relevância para a população, ampliando a percepção dos poderes públicos no âmbito federal, estadual e municipal sobre a importância da questão da segurança, configurando a violência e criminalidade como um problema relevante que passou a afligir a sociedade que responsabiliza todos os entes federativos e não somente o governo estadual, impulsionando o governo federal e municipal, a participarem mais ativamente da gestão da segurança pública (BRASIL, 2015).

Esse contexto, conforme Cano (2006 apud BRASIL, 2015), significou também uma mudança de paradigma vez que revelou o fracasso das políticas tradicionais de controle do crime, com a taxa de homicídios do Brasil passando de 11,4 para 27,8 ocorrências por 100 mil habitantes entre os anos de 1980 e 2000, ensejando reformas e iniciativas inovadoras, sob a ótica dos princípios democráticos e dos direitos humanos, com o aperfeiçoamento dos órgãos do sistema de justiça criminal, a articulação de ações preventivas e repressivas à criminalidade, o investimento em tecnologia, o surgimento de novos atores e a participação social.

A maior participação do governo federal em questões de segurança pública no país começou a ganhar contornos mais claros a partir de 1995, com a criação da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (SEPLANSEG) vinculada ao Ministério da Justiça, constituindo a primeira tentativa de articulação entre os governos estaduais e federal, voltada às políticas estaduais de Segurança Pública. Em 1997, foi reformulada originando a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) competindo-lhe, entre outras atribuições, a responsabilidade na definição e implementação de uma política nacional de segurança e o acompanhamento das atividades dos atores institucionais envolvidos. Buscando estabelecer condições para cooperação, apoiou as iniciativas de qualificação profissional e fomento aos planos estaduais de segurança pública (BRASIL, 2015).

Em 2001, no dizer de Lopes (2009 apud CARVALHO; SILVA, 2011), foi criado o primeiro Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) considerado a primeira política nacional e democrática de segurança focada no estímulo à inovação tecnológica voltada ao aperfeiçoamento do sistema de segurança pública através da integração de políticas de segurança, sociais e ações comunitárias, intencionando a definição de uma nova segurança pública e, sobretudo, democracia.

O PNSP consistiu num marco teórico significativo para a política de segurança pública do país ao articular ações de prevenção e repressão à criminalidade, cujo apoio financeiro foi disponibilizado mediante recursos advindos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPS), criado no mesmo ano para esse fim. Compreendia 124 ações voltadas para diversas áreas, distribuídas em 15 compromissos, como o combate ao narcotráfico e ao crime organizado; o desarmamento; a capacitação profissional; e o reaparelhamento das polícias, a atualização da legislação sobre segurança pública; a redução da violência urbana e o aperfeiçoamento do sistema penitenciário, além de diversas ações na esfera das políticas sociais. Contudo, ainda segundo Carvalho e Silva (2011), sem recursos definidos, sem delineamento de metas e de processos de avaliação de eficiência, eficácia e efetividade, o PNSP não apresentou avanços práticos, fracassando em seus principais objetivos.

Por sua vez, Soares (2007 apud BRASIL, 2015) acrescenta que a ausência de diretrizes claras e sistematizadas acabou por favorecer o financiamento de intervenções tradicionais, orientadas por ações repressivas e militarizadas. Apesar disso, a possibilidade de uma reorientação estratégica com tratamento político-administrativo à questão da segurança pela primeira vez figurou como política prioritária de governo no período democrático.

Diante dos discretos avanços e a ausência de resultados significativos das políticas de segurança públicas empreendidas até então, frente à problemática e seu agravamento, no ano de 2003 foi instituído o “Projeto de Segurança para o Brasil” uma versão do PNSP, incorporando entre outras ações, a consolidação de mecanismos de controle externo das forças policiais, a tentativa de inserção do poder público municipal em ações de caráter preventivo e fomento às guardas municipais. Enfatizava-se, assim, uma postura proativa da SENASP na articulação e acompanhamento dos planos estaduais no sentido da construção de políticas assentadas nas diretrizes do Plano Nacional, inclusive como requisito para distribuição de recursos, mediante o atendimento dos critérios (BRASIL, 2015, p. 45).

Essa nova versão do PNSP inovou ao assumir a gestão de arranjos institucionais existentes fomentando a criação e normatização do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em 2003, com o objetivo de intensificar a articulação e cooperação entre os atores envolvidos na arena de política de Segurança Pública, inspirando-se na experiência do Sistema Único de Saúde (SUS). Contudo, o SUSP não avançou na estratégia de redefinição institucional e não resolveu um dos principais problemas da área, a inexistência de recursos orçamentários vinculados. A diminuição progressiva da liberação de recursos aos estados pelo Fundo Nacional também revelou certa desconexão entre o proposto e o executado (SAPORI, 2006, p. 112 apud BRASIL, 2015).

Porém, foram registrados avanços pela gestão da SENASP, a despeito da instituição e reformulação da Matriz Curricular Nacional voltada às atividades formativas dos profissionais no âmbito do SUSP – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares; a criação da Força Nacional de Segurança Pública; a modernização e expansão da rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização (Infoseg); a idealização do aplicativo Sinesp Cidadão - módulo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas; o apoio às Guardas Municipais mediante a elaboração e difusão da Matriz Curricular Nacional para sua formação; o aprimoramento da formação profissional através da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp); a criação da Doutrina Nacional de Polícia Comunitária em 2006; e a implantação da Rede Nacional de Educação a Distância-Rede EAD/Senasp (BRASIL, 2015, p. 45).

Percebe-se com a criação da Doutrina Nacional de Polícia Comunitária em 2006 o mais forte indicativo do modelo de policiamento e da atuação preventiva pretendida pelo governo para fazer frente à criminalidade e à violência. Passando a ser disseminada por meio do projeto de Polícia Comunitária, através de cursos de multiplicadores e promotores da filosofia de policiamento comunitário. O modelo de policiamento pode ser visto como o processo de instrumentalização da polícia pelo governo para o exercício da sua função social dentro dos limites da lei. Indicou ainda o caminho mais acessível, promissor e democrático para a participação social, ante os preceitos da aproximação da comunidade e o estabelecimento de parceria para atendimento das demandas sociais por segurança previstas no policiamento comunitário (BRASIL, 2015).

Contudo, diante da falta dos resultados esperados tanto do PNSP do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) quanto da política de segurança do primeiro governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) em 2007 foi apresentado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), como a nova aposta do governo federal na área da segurança pública. Desenvolvido pelo Ministério da Justiça voltado para o enfrentamento da criminalidade no país, buscou articular as políticas de segurança com ações sociais, priorizando a prevenção e procurando atingir as causas que levam à violência, em paralelo as estratégias de ordenamento social e segurança pública (BRASIL, 2015).

O Programa tem como principais eixos de atuação a valorização e qualificação dos profissionais de segurança pública; a readequação e modernização do sistema penitenciário; o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência. Nesse viés, são oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – Senasp vários cursos gratuito e na modalidade EAD, voltados para o aprimoramento e continuidade da educação profissional, a exemplo, dos Cursos de Policiamento Comunitário Escolar, Uso Diferenciado da Força e Mediação de Conflitos (BRASIL, 2015).

Conforme Carvalho e Silva (2011, p. 64), o PRONASCI lança uma forma e um olhar multidisciplinar à questão da segurança pública, tratando-se de uma mudança complexa de paradigma, vez que, efetiva a possibilidade de exercício da cidadania por parte da sociedade, ao ensejar o conceito de segurança cidadã, o qual, leva em consideração a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações, e por isso, defendendo a atuação das políticas públicas locais integradas, tanto no controle quanto na prevenção das violências.

Nessa direção, M. Freire (2009, p. 107) afirma que a Segurança Cidadã tem como foco o cidadão, e nesse sentido a violência é um grave risco ao gozo pleno de sua cidadania. Assim, uma política pública de Segurança Cidadã enseja políticas públicas multissetoriais e de forma integrada com foco na prevenção, dada a natureza multicausal da violência. Requer, portanto, não apenas a atuação das forças policiais mas também um importante espaço reservado para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc.

No Estado da Bahia, no ano de 2011, foi criado o Programa Pacto pela Vida (PPV) através da Lei n.º 12.357, de 26 de setembro de 2011, consistindo em um programa de Estado criado através da no âmbito do Sistema de Defesa Social (SDS) objetivando a promoção da paz

social. Trata-se de uma nova Política Pública de Segurança que busca concitar a sociedade como um todo para atuar em parcerias com os demais órgãos públicos, de forma integrada, no intuito de reduzir os índices de violência, em especial, à redução dos crimes contra a vida e contra o patrimônio (BAHIA, 2011).

Essa nova política pública de Segurança, o PPV, construída de forma pactuada com a sociedade, articulada e integrada com o Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os municípios e a União, liderada diretamente pelo Governador da Bahia congrega esforços de treze Secretarias de Estado com o objetivo principal de reduzir os índices de violência, enfatizando a diminuição dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) e dos Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVPs) (BAHIA, 2011).

O Programa prevê, no âmbito policial, ações integradas das unidades da Secretaria de Segurança Pública, das Polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica visando à redução dos CVLIs e CVPs. No âmbito social, o Pacto prevê ações de prevenção social executadas por diversas Secretarias de Estado, voltadas para a população vulnerável das áreas identificadas como críticas em termos de criminalidade, de modo a reafirmar direito e dar acesso a serviços públicos indispensáveis. Além disso, são realizadas ações relacionadas à prevenção, tratamento e reinserção social de usuários de substâncias psicoativas (BAHIA, 2011).

Conforme a última fonte, este Programa apresenta como características principais um novo modelo de gestão, com a criação e articulação de instâncias como o Comitê de Governança, o Comitê Executivo, cinco Câmaras Setoriais – Segurança Pública, Prevenção Social, Articulação dos Poderes, Enfrentamento ao Crack e a de Administração Prisional; e o Núcleo de Gestão; uma nova distribuição territorial para fins de execução e monitoramento das ações, com a criação de Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) compostas por Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), no território do Estado da Bahia; direcionamento de recursos e esforços policiais e sociais para áreas consideradas prioritárias, adotando como parâmetros dos indicadores CVLI e CVP; ações policiais integradas com a intensificação da repressão qualificada e o uso da inteligência policial; ações policiais preventivas mediante a aproximação da polícia com a comunidade e a implantação de Bases Comunitárias de Segurança Pública (BCS).

A BCS enquanto instrumento de polícia comunitária volta-se à aproximação da polícia com comunidade objetivando aumentar a sensação de segurança através de ações sociais transversais. Na Bahia, emprega-se a filosofia de polícia comunitária aos moldes do Sistema Koban, modelo de origem da polícia japonesa, que preconiza a proatividade do policial comunitário, “exigindo-se dele muito mais do que o simples patrulhamento; o policial deve ser protagonista da cidadania, atuando como agente transformador da realidade que o cerca”, utilizando-se de diversas estratégias de atuação comunitária, privilegiando a integração e a ação preventiva, tais como: visitas comunitárias residenciais e comerciais; visitas a órgãos públicos e privados; vigilância; conhecimento da área de atuação da BCS; patrulha; assistência à vítima; atuação do efetivo em casos de grave perturbação da ordem pública; e, projetos diversos (SILVA, 2014, p. 43).

Acerca da atuação do policiamento comunitário, a proatividade e o protagonismo preconizados pelo Sistema Koban, Silva (2014) argumenta que, pelo estabelecimento de uma rede social de proteção envolvendo instituições como igrejas, escolas, clubes de serviço, organizações não governamentais, dentre outras, cria-se um compromisso de difusão do conhecimento e abertura para contribuições diferenciadas cujo potencial de resolutividade ou encaminhamento de situações que exijam soluções multidisciplinares resta favorecido, pelo compromisso coletivo que se estabelece entre as instituições. Nesse sentido, explicita-se o potencial preventivo e protetivo do policiamento comunitário junto às instituições de ensino no enfrentamento da violência escolar.

Observa-se, portanto que investimentos e propostas de inovação na área da segurança pública têm sido feitas no intuito de conter o aumento da criminalidade e restabelecer a sensação de segurança na sociedade. Contudo, os efeitos não têm sido sentidos e a efetividade de tais ações é questionada, demonstrando certo distanciamento entre o que foi proposto nos programas e projetos e o que foi efetivamente implementado. Acerca das políticas públicas voltadas à redução da violência nas escolas, apesar dos esforços e ações desenvolvidas, a adoção de medidas de segurança ostensiva não alterou significativamente a ocorrência de violência na instituição, conforme estudos realizados e o balanço preliminar de Spósito e Gonçalves (2002 apud OLIVEIRA, 2008, p. 35-36).

No estudo supracitado, seus autores registram dentre os principais impasses à execução e eficiência das políticas públicas voltadas à redução da violência nas escolas; a falta de

articulação entre as diversas instâncias da administração pública; a falta de continuidade das políticas governamentais; carência de mão de obra especializada; o despreparo dos docentes na lidar com jovens e suas questões, a exemplo, dos preconceitos e entendimentos distorcidos da legislação (no caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente); a tímida participação social na formulação das políticas; carência de diagnósticos confiáveis; ausência de avaliações sistêmicas consistentes das iniciativas públicas; o baixo envolvimento dos profissionais da educação; a questão da violência nas escolas tratada apenas como caso para a polícia resolver; as representações sociais dos jovens e da delinquência reforçando os estigmas raciais, econômicos e culturais sobre as camadas populares; o agravamento das condições de desigualdade social e falta de perspectivas para os jovens; os questionamentos em torno do lugar social da escola na sociedade contemporânea; e o tratamento dado pela mídia ao tema da violência nas escolas reforçando o estigma da violência relacionando-a apenas às camadas populares (OLIVEIRA, 2008, p. 35).

Na busca dos esclarecimentos sobre como a atividade de policiamento nas escolas é realizada na capital baiana, segue-se a caracterização acerca dos modelos de policiamento tradicional e comunitário, no qual se pode incluir a atuação da Operação Ronda Escolar.

## 2.2 MODELOS DE POLICIAMENTO

A Constituição Federal de 1988 institucionalizou o Estado Democrático de Direito no Brasil, impondo um novo arcabouço organizacional e administrativo para os órgãos incumbidos da segurança pública, privilegiando as liberdades como a regra, logo, ensejando que as políticas públicas e a instrumentalização da polícia pelo estado, estejam a serviço da comunidade, na estreita observância dos direitos individuais e coletivos e assegurando a paz social, não requerendo uma polícia exclusivamente de controle, mas predominantemente, uma polícia cidadã, uma polícia comunitária.

O modelo de policiamento tradicional tem como características a estrutura administrativa e operacional herdada do modelo militar, fundamentada nos princípios da hierarquia e da disciplina, com estruturação predominantemente verticalizada, rígida e centralizadora, com processos pouco flexíveis; as atuações são prioritariamente *reativas*, mediante o atendimento de chamadas, e *repressivas*, por meio de revistas de suspeitos e interrogatórios, voltadas para a identificação e prisão dos culpados, coibindo comportamentos desviantes e impondo a

ordem, de acordo com a lei, numa perspectiva fundamentalmente punitiva; o principal objetivo é o controle dos crimes; as relações com a comunidade são formais e afastadas, não havendo muita atenção às demandas de cunho social e atendimento ao cidadão não valorizando as relações interpessoais com a comunidade (BRASIL, 2007; BRASIL, 2013; CRUZ; BARBOSA, 2002; BONDARUK; SOUZA, 2004).

Conforme Muniz (2001), a militarização foi muito além da simples assimilação deste modelo, pois desde o Segundo Império é que as Policiais Militares foram empregadas como forças auxiliares do exército regular tanto nos esforços de guerra quanto nos conflitos internos, além das operações no controle de fronteiras da nação. Neste sentido, as polícias foram se transformando gradativamente em forças aquarteladas, deixando os serviços de proteção da sociedade e suas atividades propriamente policiais em segundo plano, e focando cada vez mais sua missão nas questões de defesa do estado.

Desta forma, o modelo de policiamento tradicional adotado pelas polícias militares brasileiras, balizado nas cartas constitucionais republicanas anteriores a 1988, que visava manter o controle social imposto de fora para dentro, sem levar em conta os anseios e pressões sociais, ainda deixa seus resquícios, considerando o período relativamente curto da Constituição Cidadã ante a complexidade das relações histórico-sociais e jurídicas que se ajustam nas últimas décadas ao novo momento democrático do país.

Diante das transformações políticas e sociais ocorridas no mundo, o que impôs novas realidades socioeconômicas e culturais, principalmente aos países emergentes, trazendo à tona uma nova sociedade e momento histórico, com fortes repercussões na esfera comportamental, as polícias também se defrontaram com a necessidade de uma nova atuação junto à sociedade. O modelo de Policiamento Comunitário surge nesse contexto, como alternativa de atuação, sendo estudado há alguns anos e ganhando espaço em muitos países, sendo atribuída aos americanos a sua criação, contudo, o modelo japonês foi criado logo após a Segunda Guerra Mundial, sendo considerado o mais antigo, mais bem implementado e estabelecido no mundo, alcançando 40% de todo o efetivo policial no Japão, conforme Skolnick e Bayley (2002).

No Brasil, o conceito de polícia comunitária surge nos meados dos anos 90 e, no estado da Bahia, em 1995, tendo como marco, o convênio celebrado entre a PMBA e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), objetivando um Programa de Modernização da Polícia Militar, o

que resultou entre outras ações, no Projeto Polícia Cidadã, voltado para a busca da qualidade dos serviços de segurança pública. Dentre as conceituações para o Policiamento Comunitário destaca-se a de Trojanowicz e Bucqueroux (1994, p. 4), ao afirmarem que:

Policiamento Comunitário é uma filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a polícia. Baseia-se na premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas contemporâneos tais como crime, drogas, medo do crime, desordens físicas e morais, e em geral a decadência do bairro, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na área.

Na tentativa de superar as deficiências do policiamento tradicional, o modelo de policiamento comunitário investe na qualificação de seus agentes, na ação preventiva e antecipação ao delito e, principalmente, na reaproximação entre os policiais e a comunidade, pois, mesmo nos ambientes de extrema vulnerabilidade e expressivo índice de criminalidade, a ação policial aos moldes do Policiamento Comunitário é possível e certamente necessário (NEV/USP, 2009).

Conforme Bondaruk e Souza (2004), é possível elencar-se algumas características que permitem diferenciar o modelo tradicional do modelo comunitário, tanto no que se refere ao processo de gestão, mas principalmente quanto à forma de relacionamento com a comunidade e estilo de atuação das instituições que compõem o sistema de segurança pública brasileiro. A fim de se sintetizar tais informações, optou-se por apresentar o Quadro 1 a seguir.

**Quadro 1** – Policiamento Tradicional *versus* Policiamento Comunitário

<b>POLICIAMENTO TRADICIONAL</b>	<b>POLICIAMENTO COMUNITÁRIO</b>
Policial trabalha em diferentes bairros e é um anônimo	Policial trabalha no mesmo bairro e é conhecido da comunidade
Baixa participação da comunidade – autoridade imposta	Média e alta participação da comunidade – Cooperação
Atuação reativa – intimidação	Atuação proativa – confiança
Responde às ocorrências	Antecipa-se aos problemas
Informações advindas de informantes	Informações advindas da comunidade
Foco na quantidade e generalização	Foco na qualidade e especificidade
Polícia define as demandas da comunidade	A comunidade define suas demandas

Fonte: Elaboração própria (2016), a partir de Bondaruk e Souza (2004, p. 54).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 marca o início de um novo cenário social e traz uma nova dimensão para a segurança pública, a sua democratização, consistindo talvez, no maior desafio às organizações policiais. Mas também sugere ao cidadão uma corresponsabilidade pela preservação da ordem pública, suscitando a participação popular na construção de uma sociedade mais segura e harmônica, a partir do exercício consciente da cidadania. Assim, como assevera Balestreri (2003, p. 49):

As forças de segurança pública no Brasil, muito mais do que mudanças (e elas estão paulatinamente sendo realizadas e consistem em encaminhamentos importantes), precisam de transformação, de construção de uma cultura nova, que resgate profundamente, significados e que esclareça aos seus operadores - e à sociedade - a missão singular que lhes foi democraticamente reservada. [...] Um passo bastante intuitivo e feliz nessa direção foi a eleição do modelo de polícia comunitária como o mais desejável para a polícia brasileira.

Trata-se de uma nova forma de “fazer a segurança pública” como resultado do processo de democratização das polícias, que nas sociedades democráticas exercem várias outras funções além de lidar com o crime. A constante atenção aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção) são exigências desse modelo permitindo assim aos cidadãos o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado (NEV/USP, 2009, p. 13).

Inegável, portanto, a necessidade de um novo ‘ser policial’ e ‘fazer polícia’ que parte da adoção de uma nova filosofia de trabalho que busca romper os antigos paradigmas do policiamento tradicional – reativo e focado nos chamados emergenciais – para um novo paradigma, cuja comunidade, polícia e demais segmentos da sociedade unem esforços na busca pela solução dos problemas de Segurança Pública. A isso contribui Marcineiro (2009) ao afirmar que o policiamento comunitário também chamado de policiamento de proximidade consiste em um primeiro estágio para se evoluir para a filosofia da polícia comunitária, na busca do engajamento de todos na construção de espaços de vida em sociedade mais tranquilos e pacíficos.

Contudo, a mudança perpassa por as resistências e dificuldades, conforme descrevem Muniz e outros (1997) em seus estudos acerca de um programa de policiamento comunitário no Rio de Janeiro ao afirmarem que:

Levando-se em conta as resistências e os obstáculos manifestos desde o início do programa, essa desativação representou a vitória de setores que se opõem a transformações na doutrina e nas formas tradicionais de atuação policial, que desejam preservar a auto-suficiência corporativa dos órgãos de segurança pública e desaprovam ou temem sua abertura ao diálogo com a sociedade civil, e que consideram inócuo o enfrentamento da desordem pública e exaltam as práticas puramente repressivas como verdadeiro, senão único, “trabalho de polícia” (MUNIZ et al., 1997, p.198).

As resistências por parte da comunidade ao programa de policiamento comunitário no Rio de Janeiro também foi explicitada por Muniz e outros (1997, p. 199) ao relatarem as dificuldades de acesso à população residente, consistindo em um fator de isolamento e grave limitação à eficácia e à legitimidade do projeto, resultando, entre outros problemas, na dificuldade de implementar estratégias preventivas de conflitos em espaços residenciais; pouca irradiação do trabalho educativo e informativo que visava ensinar técnicas de segurança, alertar para as situações maximizadoras de riscos, conscientizar a comunidade acerca dos limites legais e operacionais da atuação policial, reduzir medos genéricos e exagerados e assim por diante; poucas chances de multiplicação de projetos comunitários para reduzir certos tipos de distúrbios; baixa visibilidade dos efeitos do programa, fraca legitimação do seu alcance e, conseqüentemente, pouco respaldo social para enfrentar obstáculos ao seu funcionamento ou para fazer frente às pressões políticas contra a continuidade da experiência (MUNIZ et al., 1997, p. 199).

Observa-se, ainda de acordo com Muniz e outros (1997), a existência de resistências internas e externas à implantação do Policiamento Comunitário enquanto política pública de segurança, cujo afastamento e isolamento entre a polícia e comunidade acentuam as dificuldades, gerando novos obstáculos à implementação e comprometendo seus resultados. A percepção da polícia militar enquanto órgão meramente repressor desprovido de técnica e profissionalismo, além da imposição das políticas públicas sem a legitimidade da participação social compromete o potencial de resolutividade. Quanto ao Policiamento Comunitário Escolar voltado à prevenção e ao controle da violência, as resistências acentuam-se nas argumentações acerca da função da polícia e da qualificação dos policiais para atuação no ambiente escolar, na desconfiança e no medo decorrentes da atuação repressiva da polícia no imaginário popular, além dos possíveis traumas aos jovens, que são algumas das dificuldades encontradas.

Desse modo, “o policial é uma referência muito cedo internalizada entre os componentes da comunidade. A noção de medo da polícia, erroneamente transmitida na educação e às vezes na mídia, será revertida desde que, o policial se faça perceber por sua ação protetora e amiga.” (BRASIL, 2007, p. 37). Nesse sentido, acrescenta Balestreri (1998) quanto às dimensões do agir policial e a função da polícia enquanto instituição de serviço à cidadania que em uma de suas demandas mais básicas, a Segurança Pública, tem tudo para ser altamente respeitada e valorizada, precisando para tanto resgatar a consciência da importância de seu papel social e, por conseguinte, a autoestima.

Assegura Balestreri (1998, p. 13) que o caminho passa pela superação das sequelas ideológicas deixadas pelo período ditatorial, pois o processo de modernização democrática já está instaurado e o velho paradigma antagonista da Segurança Pública e dos Direitos Humanos precisa ser substituído por “Segurança Pública *com* Direitos Humanos”. Pois o policial, pela natural autoridade moral que porta, tem o potencial de ser o mais marcante promotor dos Direitos Humanos, revertendo o quadro de descrédito social e qualificando-se como um personagem central da democracia.

Nessa perspectiva, Balestreri (1998) ressalta as dimensões do agir policial destacando algumas premissas a serem observadas pelos agentes da segurança, as instituições e a própria sociedade para o desarmamento das “minas ideológicas” que atualmente impedem a (re)aproximação das forças policiais da comunidade, na tarefa de construção de uma nação que respire em médio prazo “cultura de cidadania”. Dentre as suas considerações, Balestreri (1998) assevera como dimensão primeira condição de cidadania do policial que é antes de tudo um cidadão, devendo na cidadania nutrir sua razão de ser irmanando-se a todos os membros da comunidade em direitos e deveres; sendo enquanto agente de Segurança Pública um cidadão qualificado que emblematisa o Estado em seu contato mais imediato com a população, podendo atuar como “porta voz” popular possuindo ainda, a singular permissão para o uso da força e das armas, no âmbito da lei, o que lhe conferi natural e destacada autoridade para a construção social ou para sua devastação. Cujos impactos sobre a vida de indivíduos e comunidades é sempre extremado e simbolicamente referencial para o bem ou para o mal-estar da sociedade.

Afirma ainda, a dimensão pedagógica no agir policial que “em outras profissões de suporte público, antecede as próprias especificidades de sua especialidade”, sendo, portanto, o

policial, à luz dos paradigmas educacionais contemporâneos mais abrangentes, que obrigam a repensar o agente educacional de forma mais incluyente, “um pleno e legítimo educador”. Dimensão essa inabdicável que reveste de profunda nobreza a função policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes, conforme Balestreri (1998, p. 8).

Adverte acerca da importância da autoestima pessoal e institucional que o reconhecimento dessa “dimensão pedagógica” é, seguramente, o caminho mais rápido e eficaz para a reconquista da abalada autoestima policial, essencial a construção dos vínculos de respeito e solidariedade, sendo fundamental que o cidadão policial sinta-se motivado e orgulhoso de sua profissão. Vez que a função policial esvaziada desse sentido, transforma seus agentes em meros cumpridores de ordens sem um significado pessoalmente assumido como ideário, resultando em uma autoimagem denegrida e em baixa autoestima. “Resgatar, pois, o pedagogo que há em cada policial, é permitir a ressignificação da importância social da polícia, com a consequente consciência da nobreza e da dignidade dessa missão”. Assim, a elevação dos padrões de autoestima pode ser o caminho mais seguro para uma boa prestação de serviços, sintetiza Balestreri (1998, p. 8).

Contudo, assevera que essa “dimensão pedagógica”, não se confunde com “dimensão demagógica”, não eximindo a polícia de zelar diligentemente, pela segurança pública, garantindo o rol mais básico dos direitos humanos, recebendo para isso a “unção para o uso da força, quando necessário” pelo estado e sociedade, cabendo, portanto as forças policiais a:

[...] função técnica de intervir preventivamente no cotidiano e repressivamente em momentos de crise, uma vez que democracia nenhuma se sustenta sem a contenção do crime, sempre fundado sobre uma moralidade mal constituída e hedonista, resultante de uma complexidade causal que vai do social ao psicológico. Assim como nas famílias é preciso, em “ocasiões extremas”, que o adulto sustente, sem vacilar, limites que possam balizar moralmente a conduta de crianças e jovens, também em nível macro é necessário que alguma instituição se encarregue da contenção da sociopatia. A polícia é, portanto, uma espécie de superego social indispensável em culturas urbanas, complexas e de interesses conflitantes, contenedora do óbvio caos a que estaríamos expostos na absurda hipótese de sua inexistência. Possivelmente por isso não se conheça nenhuma sociedade contemporânea que não tenha assentamento, entre outros, no poder da polícia. Zelar, pois, diligentemente, pela segurança pública, pelo direito do cidadão de ir e vir, de não ser molestado, de não ser saqueado, de ter respeitada sua integridade física e moral, é dever da polícia, um compromisso com o rol mais básico dos direitos humanos que devem ser

garantidos à imensa maioria de cidadãos honestos e trabalhadores (BALESTRERI, 1998, p. 8).

Ressalta-se que o uso legítimo da força não se confunde com truculência. “A fronteira entre a força e a violência é delimitada, no campo formal, pela lei, no campo racional pela necessidade técnica e, no campo moral, pelo antagonismo que deve reger a metodologia de policiais e criminosos” (BALESTRERI, 1998). Quanto à dimensão “testemunhal”, exemplar, pedagógica, que o policial carrega irrecusavelmente, configura como a mais marcante na vida da população do que a própria intervenção do educador por ofício, o professor. Vez que como regra, recorre-se à polícia em horas de fragilidade emocional, o que deixa o indivíduo ou a comunidade fortemente “abertos” ao impacto psicológico e moral da ação realizada, e por essa razão é que uma intervenção incorreta funda marcas traumática, assim como a ação do “bom policial” será sempre lembrada com satisfação e conforto, explicitando portanto, a maior força pedagógica da polícia, a grande chave para a redescoberta de seu valor e o resgate de sua auto-estima, valorizada socialmente e detentora de credibilidade junto a sociedade (BALESTRERI, 1998, p. 9-10).

Nesse contexto, suscita-se como possível e promissora estratégia de aproximação e ressignificação da relação PM e comunidade a atenção direcionada às escolas pela Op. RE quer em atendimentos às demandas por segurança quer em apoio socioeducacional ao aprendizado e à formação para cidadania, pela sua visibilidade social e presença contínua na sociedade. Ao que contribui Balestreri (1998, p. 13) ao recomendar:

As organizações não governamentais que ainda não descobriram a força e a importância do policial como agente de transformação, dever-se abrir, urgentemente, a isso, sob pena de aferradas a velhos paradigmas, perderem o concurso da ação impactante desse ator social.

Na Bahia, o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) é a experiência mais próxima da proposta de apoio socioeducacional pela Op. RE às escolas. Trata-se da versão brasileira do programa D.A.R.E. (*Drug Abuse Resistance Education*), implantado inicialmente nos Estados Unidos. É um programa com caráter social preventivo, posto em prática pela Polícia Militar, trabalhando em conjunto com os alunos do 5º e 7º anos do ensino fundamental, entre de 9 a 12 anos, oferecendo atividades educacionais em sala de aula, durante quatro meses objetivando prevenir o abuso de drogas e a violência, através do esforço cooperativo da trílogia Polícia Militar, escola e família. Cerca de duzentos e quarenta

e dois mil estudantes de mais de três mil escolas já participaram. Após quatro meses de curso as crianças recebem o certificado e prestam o compromisso de manterem-se afastados e longe das drogas e da violência (POLÍCIA MILITAR DA BAHIA, 2010).

Apresenta-se na sequência o Policiamento Comunitário Escolar (PCE) enquanto um desdobramento ou extensão do policiamento comunitário direcionado às unidades de ensino, seu entorno e público, ante o avanço da violência e da criminalidade, que por vezes invade, mas por outras, adentra pela porta da frente a instituição, tornando ainda mais complexa a questão da segurança no âmbito escolar.

### **2.2.1 Policiamento Comunitário Escolar**

Diante do aumento da violência no espaço escolar, surge, então, o Policiamento Comunitário Escolar (PCE), tendo por objetivo, através da parceria preventiva com a comunidade envolvida, prevenir a violência e a prática de ato infracional que possa ser cometido por ou contra crianças e/ou adolescentes, além de contribuir na melhoria da qualidade de vida da comunidade escolar pela integração dos seus membros e demais envolvidos com os propósitos da educação e segurança e seu aprimoramento. Trata-se de um policiamento orientado à resolução de problemas, na medida em que presta tratamento diferenciado para a questão da violência escolar, buscando uma resposta eficaz para a resolução de determinado problema ou crime, analisando as suas causas, a sua motivação, as vítimas, os autores e o objeto jurídico tutelado, a fim de que sejam garantidos os direitos individuais e coletivos e a integridade física dos envolvidos (BRASIL, 2012).

A violência urbana que vem acometendo significativamente a juventude brasileira, conforme Waiselfisz (2015), também adentra as instituições educativas comprometendo o desenvolvimento das suas atividades, envolvendo vítimas e autores partícipes da própria comunidade escolar, fugindo por vezes da condição de gerenciamento dentro do olhar pedagógico e socializador da escola, fragilizando o papel dos gestores e professores e colocando em risco toda a comunidade, requerendo, entre outras ações e políticas, maior proteção e segurança.

Os números da criminalidade assustam não só ao se pensar na ameaça à vida produtiva do país e seu desenvolvimento mas quanto ao custo social decorrente da degradação das várias

famílias brasileiras, vitimadas diariamente, as quais, ao dizer de Soares e Rúa (1996 apud ABRAMOVAY; RUA, 2002), se tornam vítimas secundárias ou indiretas, pois a violência não se encerra no ato em si nem nas consequências diretas nas vítimas imediatas. Suas repercussões imensuráveis alastram-se por diversas esferas das vidas de todos aqueles que foram por ela tangenciados. Assim levando ao comprometimento das futuras gerações na construção de um país mais equânime economicamente e socialmente justo.

Atos de depredação, agressões verbais e físicas, ameaças, arrombamentos, furtos e roubos, além da venda e consumo de droga, são algumas das situações vivenciadas em muitas escolas públicas baianas e de outras cidades brasileiras, que assustam e afastam muitos jovens da frequência às aulas. Dentre as variadas formas e motivações das violências praticadas na escola, Alves (2000) aponta a existência de professores muito rígidos ou muito permissivos, regras de convivência não explicitadas de forma clara, falta de habilidade para a negociação, preconceito e/ou discriminação (gênero, etnia, religião, classe social, etc.), tendência à homogeneização, envolvimento dos alunos com drogas, interferência dos meios de comunicação e o distanciamento entre a escola, a comunidade e as famílias dos alunos.

Complementando tal concepção, Abramovay e Rúa (2002, p. 105) sinalizam que a violência na escola é um fenômeno múltiplo e diverso, que assume determinados contornos em consequência de práticas inerentes aos estabelecimentos escolares e ao sistema de ensino, bem como, às relações sociais nas escolas. A esse respeito, salienta-se a agressividade enquanto fator que permeia o diálogo ao se tratar da violência, pois muitos atos que denotam maior agressividade por parte dos estudantes configurando como indisciplina são comumente confundidos e até progridem para atos de violência física, principalmente, quando não gerenciados em tempo e de modo hábil, vez que pode por tornar-se gradual e permissivamente destrutiva, resultando vários tipos de violência e autodestruição.

Destarte, os envolvidos no processo de socialização e proteção das crianças e adolescentes não podem ignorar a questão, inclusive ao buscar alternativas para minorar os atos de violência no ambiente escolar e na própria vivência em sociedade. A situação reveste as famílias e as instituições educacionais de impreterível e incisiva atuação no acompanhamento contínuo e orientações, nas relações interpessoais e no desenvolvimento saudável dos sujeitos. Requerendo, portanto um ambiente familiar e educacional saudável e seguro que propicie tal acompanhamento sendo indispensáveis ações e políticas públicas, e não só de segurança

pública voltadas para a preservação e proteção da família e da escola, como forma imprescindível para a prevenção à violência juvenil e urbana.

Na Bahia, as primeiras ações voltadas para a questão da violência no meio escolar remontam ao ano de 1997, quando o então 7º Batalhão de Polícia Militar – Barbalho, através do sistema de emprego operacional do Policiamento Ostensivo Integrado (POI), passou a desenvolver ações inovadoras voltadas para a segurança pública e atuação da polícia militar sob o regime democrático de direito e de aproximação da comunidade, empregando equipes de policiais em caráter experimental, com atuação essencialmente preventiva em determinado espaço territorial (subárea, setor ou subsetor) dos bairros sob sua responsabilidade, para o cumprimento de um cartão-programa, que elencava os locais para visitação, a exemplo dos pontos comerciais, escolas e outros estabelecimentos considerados pontos críticos, objetivando a integração com a comunidade e o atendimento das demandas locais por segurança (BORGES; BOAVENTURA, 2009 apud ROCHA, 2015).

Essa atuação inovadora por parte do então 7º Batalhão de Polícia Militar – Barbalho é considerada pioneira e percussora do policiamento comunitário na Bahia. Contudo, apesar de constar as escolas no roteiro das visitações mediante o cartão programa não havia a percepção quanto ao conceito de policiamento escolar, assim:

[...] a nível de PMBA, o policiamento ostensivo integrado é realizado dentro da sub-área, setor ou sub-setor, mediante cartão-programa considerando-se a escola como um dos pontos críticos, nos horários de chegada e saída dos alunos e no recreio, enquanto que em outras polícias militares, na sua maioria é efetuado o policiamento ostensivo especializado, chamado Policiamento Escolar com uma unidade especializada atuando especificamente em escolas da Região Metropolitana (CAMPOS, 1999a, p. 34).

No ano de 2000, em consequência do agravamento dos atos de violência e das dificuldades das instituições educacionais em fazer frente a eles, e ainda do lidar com crianç as e adolescentes em estreita observância do regramento jurídico especificados no Estatuto da Criança e do Adolescente, a Polícia Militar da Bahia passou a executar rondas nas escolas da capital baiana, atividade formalizada através da Diretriz Operacional n.º 001/2003 da  nt o Coordenação de Operações Polícias Militares, atualmente o Comando de Operações Polícias Militares (COPPM), no ano de 2003 (ANJOS; SOUZA, 2012).

Essa atuação policial junto às escolas em atendimento às demandas por segurança naquele espaço e seu entorno ficou conhecida por Ronda Escolar. Até o final do ano de 2005 era realizado pelas Unidades Operacionais da Polícia Militar nas instituições de ensino das suas respectivas áreas territoriais, contando com efetivo e viaturas próprias e realizada durante o serviço ordinário (rotineiro). Atualmente, a atividade consiste em uma operação policial, a Operação Ronda Escolar (Op. RE), tendo como características além do caráter temporário, a participação de policiais militares de diversas unidades operacionais e administrativas, lotados na capital e região metropolitana, que atuam em regime de serviço extraordinário, ou seja, o policial em seu horário de folga voluntaria-se para o serviço, mediante o recebimento de horas extras, para o atendimento das escolas estaduais do município de Salvador, além dos eventuais atendimentos às solicitações das unidades escolares municipais e particulares (ANJOS; SOUZA, 2012).

No ano de 2008, por meio do Decreto Estadual n.º 11.216, de 18 de setembro de 2008, foi criado o Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas, fundamentando o Convênio de Cooperação Técnica n.º 01/2009, celebrado entre SSP/BA e SEC/BA, com interveniência da PMBA, balizado nos princípios da Proteção Integral ao jovem em formação, na estreita observância do Estatuto da Criança e do Adolescente e do respeito à dignidade da pessoa humana, conjugando os esforços para redução dos índices de violência preconizados pelo Programa de Governo Pacto pela Vida. Coube então a Polícia Militar a atuação na prevenção de crimes e atos infracionais nas escolas; a avaliação, diagnóstico e sugestões de aprimoramento ou adaptações nas instalações físicas e de melhoria das condições de segurança da comunidade escolar e seu entorno, além de ações educativas preventivas entre elas, a realização de palestras, visitas, peças teatrais (BAHIA, 2008).

Segundo Anjos e Souza (2012, p. 79), no Brasil, apenas os estados de Alagoas, Goiás, Paraná e o Distrito Federal possuem unidades estruturadas e especializadas enquanto batalhão de policiamento escolar, o que, conforme os autores, garante a possibilidade de poder reunir em ambiente único, policiais especializados, defensores desta causa, favorecendo o aprimoramento pela agregação dos conhecimentos, e principalmente, para preservar o nome da Instituição e colaborar cada vez mais com o Estado e com a Sociedade.

Na Bahia, atualmente a Operação Ronda Escolar (Op. RE) compõe o Comando de Policiamento Especializado (CPE), dentro da estrutura orgânica da Polícia Militar. As

guarnições policiais após assumirem o serviço junto a Coordenação da Op. RE são distribuídas para o atendimento às Unidades Escolares das áreas de atuação das Organizações Policiais Militares que compõem os respectivos Comandos Regionais de Policiamento da Capital (CPRC), conforme Quadro 2 adiante.

**Quadro 2 – Composição dos Comandos de Policiamento Regional da Capital**

ORGÂNICO	OPMs- Áreas de atuação - Sede/bairro
Comando de Policiamento Regional da Capital Atlântico – CPRC/A	11ª CIPM/Barra; 12ª CIPM/Rio Vermelho; 13ª CIPM/Pituba; 15ª CIPM/Itapuã; 26ª CIPM/Brotas; 35ª CIPM/Iguatemi; 39ª CIPM/ Boca do Rio; 40ª CIPM/ Nordeste de Amaralina; 41ª CIPM/ Federação; 49ª CIPM/ São Cristovão; 58ª CIPM/Cosme de Farias; CIPT/A – Salvador
Comando de Policiamento Regional da Capital Baía de Todos os Santos – CPRC/B	18º BPM/ Centro Histórico de Salvador; 2ª CIPM/Barbalho; 9ª CIPM/Pirajá; 14ª CIPM/Lobato; 16ª CIPM/ Comércio; 17ª CIPM/Uruguai; 18ª CIPM/Periperi; 19ª CIPM/Paripe; 31ª CIPM/ Valéria; 37ª CIPM/ Liberdade; CIPT/B – Salvador
Comando de Policiamento Regional da Capital Central – CPRC/C	1ª CIPM/Pernambúes; 3ª CIPM/Cajazeiras; 23ª CIPM/Tancredo Neves; 47ª CIPM/ Pau da Lima; 48ª CIPM/Sussuarana; 50ª CIPM/Sete de Abril; 82ª CIPM/ Centro Administrativo da Bahia - CAB; CIPT/C – Salvador

Fonte: Polícia Militar da Bahia (2015).

Esses policiais são selecionados pela Coordenação da Operação Ronda Escolar, constando entre os requisitos para acesso e permanência possuir o curso de Policiamento Comunitário Escolar e/ou Concepções do Estatuto da Criança e o Adolescente, ambos fornecidos na modalidade EAD, gratuitos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), além de referência acerca do comportamento funcional por parte do seu comandante; possuir cursos e/ou afinidade com a atividade pedagógica, além de disponibilidade para comparecer as reuniões de ajustes e orientações acerca do serviço. Anjos e Souza (2012, p. 79) argumentam que a Ronda Escolar, no ponto de vista legal, não é uma Unidade, trata-se de uma atividade desenvolvida pela PM enquanto operação extraordinária, contando com o efetivo voluntário de outras OPM, no seu horário de folga, mediante o recebimento de horas extras, criada emergencialmente para atender uma demanda. Assim, defendem a institucionalização da Operação Ronda Escolar em Batalhão de Policiamento Escolar, de modo a favorecer a intensificação, a qualificação dos policiais e a melhoria da qualidade do serviço de proteção escolar, ora desenvolvido.

[...] posto que as atividades de Ronda Escolar possuem como missão garantir a segurança no ambiente escolar, através de um trabalho ostensivo, preventivo e socioeducativo, de uma união sistêmica que visando à redução e controle da violência, do uso e tráfico de drogas nas unidades de ensino ou no entorno, protegendo os estabelecimentos de ensino, a comunidade e a educação de qualidade que reúne sinônimos como responsabilidade, dedicação, respeito e amor humanitário, à família, professores, diretores, funcionários, de forma indistinta é que propomos a institucionalização da Operação Ronda Escolar em Batalhão de Policiamento Escolar, para que atue com policiais com qualificação técnica, com perfil à tarefa, aptidão (ter habilidades para saber lidar com criança e adolescente) e treinamento específico (qualificação através de curso de policiamento escolar) para agir nas mais diversas ocorrências (ANJOS; SOUZA, 2012, p. 35).

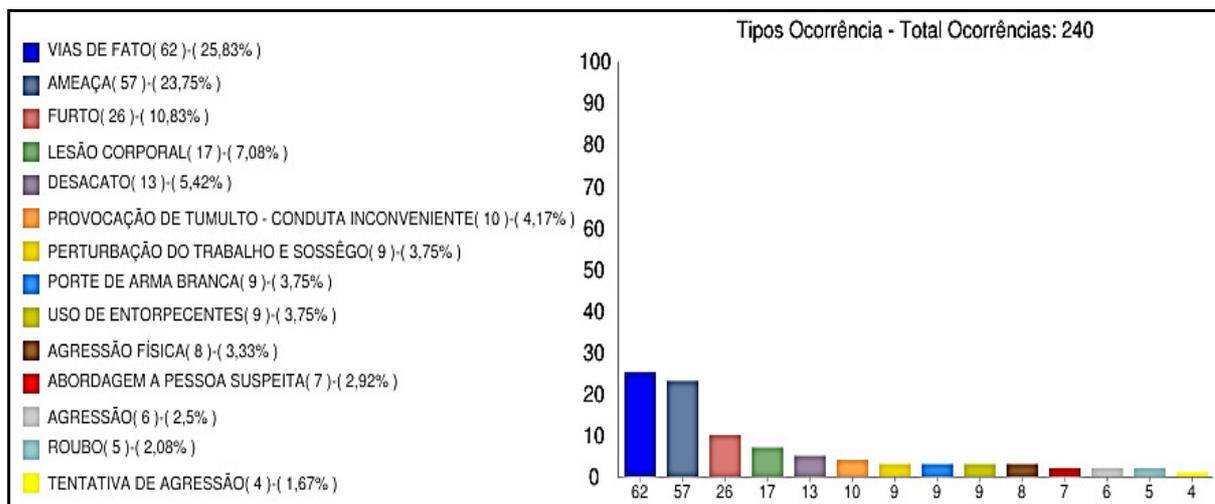
Assim, Anjos e Souza (2012, p. 79), ao proporem a criação de um Batalhão de Policiamento Escolar, com sede em Salvador, com a finalidade de atender às regiões de abrangência dos Comandos de Policiamento Regionais da Capital (CPRC) e o Comando de Policiamento Regional Metropolitano de Salvador (CPRMS), distribuídos conforme Quadro 3, permitem a visualização do quantitativo de escolas públicas existentes nos respectivos Comandos Regionais, conforme últimos dados oficiais disponíveis.

**Quadro 3 – Distribuição por área de atuação**

Companhia	Comando Regional	OPMs Área de atuação	Números de escolas		Total Geral
			Estaduais	Municipais	
1ª Cia	CPRC-A	11ª, 12ª, 13ª, 15ª, 26ª, 35ª, 39ª, 40ª, 41ª e 58ª CIPM.	65	134	199
2ª Cia	CPRC-BTS	18ª BPM, 2ª, 9ª, 14ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 31ª e 37ª CIPM.	105	162	267
3ª Cia	CPRC-C	1ª, 3ª, 23ª, 47ª, 48ª, 49ª, 50ª e 82ª CIPM.	102	121	223
4ª Cia	CPRMS	12ª BPM, 5ª, 10ª, 22ª, 32ª, 36ª, 52ª, 53ª, 59ª, e 81ª CIPM.	49	113	162
5ª Cia	Todos	Todas	-	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>321</b>	<b>530</b>	<b>851</b>

Fonte: Secretaria de Educação do Estado da Bahia (2012) e Secretaria Municipal de Educação (2012).

Contudo, independentemente da estrutura orgânica em que funcione, é inegável a importância do policiamento comunitário escolar realizado na Bahia e a valia do serviço prestado pela Op. RE ante as demandas, quer por orientações e apoio no gerenciamento dos conflitos, quer diante de situações nas quais os gestores escolares se sentem vulneráveis ou que fogem a sua competência funcional para agir ante os atos de violências no ambiente escolar. Dentre as principais ocorrências, destacam-se as ameaças, as vias de fato e os furtos, conforme Gráfico 1 a seguir.

**Gráfico 1 – Ocorrências por tipo no ano de 2015**

Fonte: Coordenação da Operação Ronda Escolar (2015).

Percebe-se que, apesar das dificuldades encontradas, a Op. RE tem se desdobrado no atendimento às escolas, sendo observado, conforme Quadro 4 adiante, um discreto aumento no número de abordagem a pessoas, contudo com a redução de 3.885 visitas e palestras às unidades de ensino no ano de 2015 em relação ao ano de 2014.

**Quadro 4 – Produtividade da Op. Ronda Escolar nos anos de 2014 e 2015**

AÇÕES/ANO	2014	2015
Abordagem a pessoas	5580	5656
Apreensão arma branca	17	11
Apreensão arma de fogo	7	6
Apreensão de menores	54	6
Cumprimento de OPOs (Ordem de Policiamento Ostensivo)	377	206
Conduções a Delegacia (DAI, DERCCA etc)	155	66
Palestras	24	18
Prisão em flagrante	3	0
Visitas	19978	16093

Fonte: Operação Ronda Escolar (2015).

Observa-se que no ano de 2015 houve a redução de 19,44% nas visitas realizadas em comparação ao ano de 2014, e de 25% no número de palestras realizadas, refletindo certa retração das atividades de caráter mais preventivo, quanto ao seu potencial de aproximação e orientações à comunidade escolar em relação ao ano anterior. Contudo, observa-se também a

redução no quantitativo de todas as ações desenvolvidas, o que pode não significar o maior controle dos atos de violência no ambiente escolar e entorno, e sim, a retração na capacidade de atendimento às demandas, dada a redução do efetivo empregado.

Ainda acerca do atendimento, apesar da predominância às unidades de ensino estaduais, a Ronda Escolar é acionada prioritariamente, enquanto Polícia Militar, para as ocorrências que envolva a comunidade escolar, quer da rede pública ou privada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), a cidade do Salvador apresenta 2.266 (dois mil, duzentos e sessenta e seis) escolas, entre públicas e particulares, sendo 905 (novecentos e cinco) da Pré-escola, 1.120 (hum mil cento e vinte) do Fundamental e 241 (duzentos e quarenta e hum) escolas do Ensino Médio (ANJOS; SOUZA, 2012, p. 35).

Contudo, apesar de grande parte da comunidade escolar requerer o policiamento para inibir os casos de violência na Unidade e seu entorno, Abramovay e Rua (2002) argumentam que não existe consenso acerca da vigilância policial nesse ambiente. Pois parte dos atores consideram que a presença da polícia, além de inútil, seria prejudicial, dado a desconfiança e o descrédito que permeia o imaginário popular, afora a desatenção no atendimento dos agentes de segurança. Acrescenta ainda as autoras que as opiniões variam muito conforme a imagem predominante dos profissionais da segurança pública junto à população, resultante das suas ações ou omissões, onde atos de corrupção, agressões gratuitas a jovens, participação em assassinato de inocentes entre outras que desmerecem o trabalho policial, além do despreparo para trabalhar junto às escolas, comprometendo assim a legitimidade da atuação.

A essa questão contribui Oliveira (2008) ao referenciar o estudo de Couto (2003) quanto às ambiguidades acerca da presença policial na escola, vez que a entrada da polícia na Unidade não obedece a regras e expectativas a partir das quais se pensa a sua ação. Ou seja, a polícia chega à escola com as representações e relações por ela construídas fora da escola. Contudo, ao fazerem parte do universo escolar os policiais passam a integrá-lo segundo uma lógica híbrida em que mesclam aspectos da sua atuação fora da escola e aspectos que são determinados pela lógica própria de funcionamento da instituição escolar.

Nesse contexto, considerando-se as prescrições de aproximação e parceria com a comunidade propostos no Programa Pacto pela Vida (PPV) para a Segurança Pública na Bahia aliadas a importância das Escolas enquanto espaço de transformação e promoção social, voltado à

formação dos sujeitos e à sua preparação para o exercício consciente da cidadania, torna-se estratégica a existência e a efetividade da Operação Ronda Escolar para a redução e controle da violência nas escolas. Contudo, sendo oportuna, a melhor análise da composição do seu efetivo (ordinário e/ou extraordinário) e sua qualificação dada a necessidade de incremento do capital humano e de recursos materiais, além do delineamento das atividades a serem desempenhadas mediante esclarecimentos e a participação da comunidade e seus indicadores de avaliação, para uma atuação mais próxima e efetivamente preventiva. Buscando assim assegurar a dignidade, o respeito à pessoa humana e a cidadania, em prol da redução da violência social e da promoção da educação para a paz junto às unidades escolares, através de um serviço direcionado de proteção escolar, de forma qualificada e técnica que leve em consideração o caráter educativo e a especificidade do público.

É com essa contextualização que prosseguimos o relato da pesquisa descrevendo o caminho metodológico percorrido, os instrumentos e técnicas utilizadas para a coleta dos dados e as análises dos resultados conforme o referencial teórico estabelecido.

### 3 METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa contemplou a abordagem qualitativa com cunho exploratório na busca de um maior conhecimento acerca da atuação da Operação Ronda Escolar a partir de uma visão geral da atividade na percepção dos diferentes atores envolvidos na questão. Segundo Gil (1999, p. 43) a pesquisa exploratória objetiva proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato, principalmente quando o tema escolhido é pouco explorado, dificultando a formulação de hipóteses específicas, possibilitando ainda formular problemas mais precisos ou criar hipóteses para estudos posteriores. Ou ainda, conforme Vergara (2005), quando há pouco conhecimento acumulado ou sistematizado sobre determinado assunto.

Para Minayo e outros (1994), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha, portanto com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um esforço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Assim a pesquisa qualitativa fundamenta-se na análise qualitativa, caracterizando-se em princípio, pela ausência de instrumental estatístico na análise de dados. Valendo-se, portanto dos dados descritivos das pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

Nesta pesquisa foi utilizado o estudo de caso para o fenômeno Ronda Escolar por ser considerada uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais, sendo aplicado com sucesso nos diversos campos do conhecimento. Por tratar-se de uma pesquisa de cunho exploratório, segundo Gil (2002), esta modalidade permite certa flexibilidade, já que o estudo de caso é frequentemente utilizado por proporcionar familiaridade com o problema e o aprofundamento do conhecimento das características de um dado fenômeno.

De acordo com Yin (2010), o estudo de caso é uma pesquisa empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, dentro de um contexto de vida real, especialmente quando os

limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Este estudo de caso caracteriza-se, portanto, por envolver processos sociais que se desenvolvem no âmbito de diferentes instituições a exemplo da Corporação Polícia Militar, a escola, a família, dentre outras organizações.

Conforme salienta Gil (2002, p. 54), o estudo de caso serve para diferentes propósitos da investigação científica: a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos; b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação e; c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Nesse sentido, considerou-se a metodologia mais adequada para atender à problemática estudada, mostrando-se capaz de responder às inquietações e propósitos desse estudo, vez que se refere às questões sociais, fenômeno humano e social, favorecendo a apreensão dos aspectos qualitativos e quantitativos engendrados, justificando a apropriação desse método.

Foi realizado o levantamento documental da legislação pertinente e dos dados estatísticos internos produzidos pela Coordenação da Op. Ronda Escolar, dada a especificidade do serviço desenvolvido. Utilizou-se como instrumentos de coleta junto aos diferentes sujeitos, as entrevistas realizadas com cinco gestores escolares (administrativo e pedagógico), além do Comandante Geral da PMBA; os grupos focais realizado com 4 (quatro) professores e 5 (cinco) funcionários da escola, a exceção dos vigilantes que também atuam como porteiros mas alegaram não poderem participar sem a prévia autorização da empresa a qual estão vinculados; além da aplicação de questionários aos estudantes, seus pais ou responsável e aos policiais militares integrantes da Operação Ronda Escolar nos meses de abril/maio de 2016.

A entrevista como um processo de interação e escuta, possibilita a obtenção de dados subjetivos que se relacionam com os valores, atitudes e opiniões dos sujeitos. Para Vergara (2009) a entrevista é uma situação social complexa porque representa uma teia de elementos de toda ordem, que dizem respeito à objetividade e à subjetividade do entrevistador e do entrevistado, bem como das realidades nas quais estão inseridos. Por conta dessa complexidade, as informações obtidas na entrevista têm de ser compreendidas no contexto espaço-temporal em que foram solicitadas e fornecidas. Quanto à estrutura a semiaberta ou semi-estruturada permite alterações no roteiro e uma maior interação com o entrevistado

explicando-lhe alguma pergunta ou palavra, além dos *insights* que pode acontecer com o entrevistador durante o processo favorecendo o enriquecimento e aprofundamento do tema.

Quanto ao grupo focal, Minayo (1994) esclarece que é uma técnica cada vez mais usada no trabalho de campo qualitativo consistindo em reuniões com pequeno número de interlocutores aptos a falar sobre o tema, cuja discussão é efetiva em fornecer informações sobre o que as pessoas pensam, sentem e a forma como agem, acerca de suas experiências diante de uma determinada situação. Caracteriza-se por permitir aos entrevistados falarem livremente sobre o assunto, cabendo ao entrevistador retomá-lo quando houver desvio do tema original; possibilitando explorar a fundo uma experiência específica vivenciada em comum pelo grupo de pessoas, conforme Gil (1999).

O questionário assim como a entrevista é um instrumento utilizado na coleta de dados, sobretudo na pesquisa empírica, obedecendo ao protocolo e ao planejamento da pesquisa, composto por questionamentos objetivos que favorecem a tabulação e análise dos dados e/ou subjetivos que possibilitam respostas variadas podendo oferecer ricas contribuições. Conforme Vergara (2009), é um método de coletar dados no campo, de interagir com o campo composto por uma série ordenada de questões a respeito de variáveis e situações que o pesquisador deseja investigar. Dentre suas vantagens pode abranger um maior número de informações e obtê-las em um espaço de tempo mais curto, pode alcançar um número maior de pessoas, permite a obtenção de resultados comparáveis entre si, além de garantir o anonimato aos respondentes.

A unidade de análise foi escolhida pela facilidade de acesso e predisposição para acolher esse estudo, dentre as três unidades escolares que apresentaram maior demanda da Operação Ronda Escolar no ano de 2015, considerando-se a maior demandante dentro de cada um dos Comando de Policiamento Regional da Capital (CPRC) e os atores das comunidades escolares envolvidas, vinculadas ao objetivo principal da pesquisa, por representar os estabelecimentos de ensino onde os conflitos tiveram maior dificuldades de resolução ou dada a sua gravidade, vieram a requerer e/ou tiveram o apoio dos policiais da RE no gerenciamento da situação.

Todas as etapas foram relacionadas ao alcance de cada um dos objetivos específicos, na visão de cada um dos atores envolvidos e cujas análises permitiram a comparação das percepções dos diferentes sujeitos sobre o serviço prestado pela Ronda Escolar. As coletas dos dados

ocorreram em dias e horários de acordo a disponibilidade dos sujeitos e mediante a autorização e viabilidade das respectivas instituições (Unidade Escolar e Coordenação da Op. Ronda Escolar) conforme Quadro 5, que sintetiza as técnicas de coletas de informações.

**Quadro 5 – Síntese das Técnicas de Coleta de Informações**

SÍNTESE DAS TÉCNICAS DE COLETA DE INFORMAÇÕES			
Objetivos Específicos	Fonte de Informação	Técnica	Justificativa de seu uso (informações geradas)
<p>Mapear as principais demandas das Unidades Escolares à Ronda;</p> <p>Identificar as percepções dos gestores escolares e da PMBA, professores, estudantes, seus pais ou responsável, funcionários e policiais militares acerca do serviço prestado pela Ronda Escolar;</p> <p>Analisar as similaridades e divergências nas percepções dos gestores escolares e da PMBA, professores, estudantes e seu pais ou responsável, funcionários e policiais militares sobre o serviço prestado pela Ronda Escolar;</p> <p>Apresentar proposições voltadas à maior efetividade do serviço prestado pelo Policiamento Comunitário Escolar.</p> <p>Identificar as percepções dos policiais da Op. RE acerca do potencial preventivo do serviço para a segurança nas escolas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestores escolares: gestor administrativo e gestor pedagógico.</li> <li>• Comandante Geral da PMBA</li> </ul>	Entrevista	<p>Conhecimento das motivações para o acionamento (presença) da Ronda Escolar na Unidade; bem como, das ações desenvolvidas e orientações prestadas (pertinência e qualidade) quando do atendimento pela Ronda Escolar.</p> <p>Conhecimento das percepções e perspectivas do Gestor da PM acerca do serviço prestado e o potencial preventivo da Op. Ronda Escolar.</p> <p>A entrevista favorece maior conforto aos gestores (quanto à discricção; situações e informações reservadas etc);</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Professores</li> <li>• Funcionários</li> </ul>	Grupo Focal	<p>Conhecimento das percepções quanto às motivações para o acionamento da Ronda Escolar; bem como das ações desenvolvidas e orientações prestadas (pertinência e qualidade), quando do atendimento pela RE.</p> <p>O grupo focal favorece a interação entre os participantes e o compartilhamento das informações, que podem ensejar novas proposições e maior incentivo à participação.</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estudantes</li> <li>• Pais/responsável pelo estudante</li> <li>• Policiais Militares da Op. RE</li> </ul>	Questionários	<p>Conhecimento das percepções e perspectivas dos estudantes, dos pais ou responsáveis e dos operadores PM acerca do serviço prestado; e, em relação aos últimos, também acerca do potencial preventivo da Op. Ronda Escolar.</p> <p>Os questionários favorecem a coleta (alcance) de um número maior de pesquisados em menor tempo, considerando o universo dessa amostra.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

A pesquisa de campo com os atores da comunidade escolar propriamente dita foi realizada no período de 3 a 16 de dezembro de 2015, em uma das unidades de ensino da rede estadual, selecionada dentre as três que mais demandaram a presença da Ronda Escolar, no ano letivo de 2015, considerando a primeira de cada CPRC, por critério de acesso e disponibilidade dos sujeitos participantes.

A metodologia utilizada para a apresentação e análise dos dados das entrevistas com os gestores, professores e demais funcionários foi a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Segundo F. Lefèvre e A. Lefèvre (2005), trata-se de uma metodologia de organização e tabulação de dados qualitativos de natureza verbal a partir dos depoimentos colhidos, consistindo na apresentação dos resultados sob a forma de um ou vários discursos síntese, para expressar o pensamento de uma coletividade enquanto o emissor de um discurso.

Conforme F. Lefèvre e A. Lefèvre (2005, 2006) e Figueiredo, Chiari e Goulart (2013), assim permite a formação de painéis de respostas que refletem representações sociais dos discursos de vários sujeitos, mediante a apresentação de um pensamento coletivo construído a partir de diferentes procedimentos metodológicos. Portanto, se nos espaços sociais, como é o caso da escola, os indivíduos compartilham valores, opiniões, crenças e vivências, a expressão dessas dimensões sob a forma de um discurso único, pode ao tempo em que sintetiza as diferentes falas individuais, enriquecer as principais concepções exploradas durante o processo de coleta de dados.

Em termos práticos, para F. Lefèvre e A. Lefèvre (2005), o DSC consiste na seleção de respostas individuais às Expressões Chave (ECH) – trechos mais significativos das respostas à luz das categorias listadas com base nos conceitos utilizados. A partir das quais listam-se as Ideias Centrais (IC) conceituadas como uma expressão linguística que caracteriza objetivamente o sentido de cada resposta dada para os ECH. Em sequência, produz-se um DSC que as reúna como um texto elaborado na primeira pessoa do singular, sintetizando as diferentes falas individuais sob a forma de um discurso único e coerente.

Neste estudo foram consideradas como ECH: motivos da violência no ambiente escolar; opinião sobre o serviço prestado pela RE; situações que motivam o chamado da RE; sugestões de melhorias aos serviços prestados pela RE e a viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE. Produzindo-se dessa forma 5 (cinco) DSC representando os gestores escolares, os

professores e funcionários. As impressões dos vigilantes que não se dispuseram a participar do grupo focal com os demais funcionários, bem como a entrevista concedida pelo Comandante Geral da PMBA (ver roteiro no Apêndice B), estão apresentadas através de quadros. No caso dos estudantes, seus pais/responsáveis e dos policiais militares integrantes da Op. RE os resultados são trazidos sob a forma gráficos e quadros objetivando enriquecer as reflexões a seguir apresentadas sobre o fenômeno estudado.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Este capítulo subdivide-se em oito subtópicos, apresentados a partir da caracterização da unidade de ensino pesquisada seguindo-se da visão dos gestores escolares, dos professores, funcionários, estudantes, pais ou responsáveis pelos estudantes, a visão dos policiais militares da Op. Ronda Escolar e do Gestor da PMBA acerca do serviço de policiamento escolar, conforme sequência cronológica de coleta dos dados.

### **4.1 DA UNIDADE DE ENSINO PESQUISADA**

A unidade escolar pesquisada situa-se na Cidade Baixa, nesta capital baiana, funcionando nos turnos matutino e vespertino, com um público estimado de 1.300 estudantes, ofertando ensino dos níveis fundamental II e médio – do 6º ano do Ensino Fundamental II ao 3º ano do Ensino Médio, atendendo a comunidade do entorno, do subúrbio e também de outros bairros da cidade alta de Salvador. Fica localizada na área territorial do Comando de Policiamento Regional da Capital – Baía de Todos os Santos.

Foram entrevistados, conforme roteiro (Apêndice A), um(a) diretor(a), dois vice-diretores, e duas coordenadoras pedagógicas. Foram também constituídos dois grupos focais, um formado por professores e outro pelos demais funcionários, sendo estes últimos um porteiro, uma merendeira, dois técnicos administrativos e um agente de disciplina. Três vigilantes contatados não se dispuseram a participar da entrevista alegando a necessidade de autorização da empresa empregadora, contudo passaram informalmente algumas impressões, registradas pela pesquisadora. Foram ainda aplicados vinte e um questionários aos estudantes e quatorze questionários aos seus pais ou responsáveis.

### **4.2 A VISÃO DOS GESTORES**

Realizadas as entrevistas semiestruturadas com os cinco gestores, administrativos e pedagógicos, conforme roteiro (Apêndice A), aqui designados de G1 a G5, identificou-se que possuíam em média quatorze anos de tempo de serviço. As respostas (ECH) às questões são apresentadas sob a forma de 5 (cinco) DSCs seguidos de suas respectivas análises, dispostos nos Quadros 6 a 10 adiante.

### Quadro 6 – Motivações para a violência escolar na opinião dos gestores escolares

#### DSC 1 – Quais os motivos para os atos de violência no ambiente escolar?

O primeiro motivo principal está lá fora, no mundo, na nossa sociedade, especialmente. Na falta de orientação da família, ele sempre vai copiar o comportamento de alguém (G1/G2). O estudante vem de comunidades carentes, menos favorecidas, convive com a violência diariamente, em casa, na rua, no bairro. Aqui na escola não há casos sérios, mas são observados casos de indisciplina, agressão física, desrespeito com professores e colegas. É reflexo do que eles vivem lá fora, palavrões; o desrespeito com eles próprios, pois não se cuidam de nenhuma forma, a exemplo da falta de higiene pessoal; brincadeiras de bater; desrespeitam os professores com palavras e com atitudes; a forma de tratar e si dirigir às pessoas; quando chamamos as famílias fica mais perceptível de onde vem a agressividade (G4), ou seja, analisando friamente, as crianças e adolescentes são vítimas, vítima da família (vivenciam situações de violência, sexo e principalmente, de bebidas alcoólicas), do bairro onde moram e da sociedade. (G3) Na escola eles não têm cuidado com o colega, o trato, o carinho; são carentes disso, do cuidado, da atenção. Isso é perceptível no dia-a-dia. (G5)

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em relação a essa ECH (Quadro 6), verifica-se que as principais razões apontadas pelos gestores para os atos de violência na escola, em linhas gerais, residem em situações nas quais o aluno, a princípio é visto como um multiplicador de comportamentos sociais vivenciados no contexto extramuros da unidade de ensino, seja no ambiente familiar, seja no ambiente social. Em outras palavras, a violência escolar é vista pelos gestores como uma consequência do ambiente familiar e pessoal vivido pelo aluno.

Considera-se aqui que tal visão pode de alguma forma levar a relativo paternalismo destes mesmos gestores ao lidarem com situações que envolvam a violência no ambiente escolar, uma vez que minimizam a real capacidade de discernimento dos estudantes em relação aos danos que podem advir da adoção de comportamentos inadequados da sua parte.

Apesar da escola caracterizar-se enquanto espaço pedagógico pautado no diálogo e integração, não pode furtar-se a agir, vez que, conforme Abramovay e Rua (2002), atos de vandalismo são associados às administrações escolares autoritárias, indiferentes e omissas, bem como à questão da continuidade delinquente ante a desatenção e falta de acompanhamento do agressor, podendo culminar em atos de maior gravidade (OLIVEIRA, 2008).

### Quadro 7 – Considerações dos gestores escolares sobre o serviço da Op. RE

#### DSC 2 - Qual sua opinião sobre o serviço prestado pela Operação Ronda Escolar?

São atenciosos, mas a visita é curta, vêm, fazem a visita e vão embora. Mas quando solicitamos, sempre vêm, chegam, conversam com os alunos, chamamos os pais; se for agressão física, um aluno machucou o outro, eles levam para Delegacia do Menor e fazem o encaminhamento. Acho muito válido (G1). Atualmente estão vindo todos os dias, mas geralmente eles não vêm todos os dias, porque o grupo é pequeno e são muitas chamadas onde as coisas são ruins; aqui não tem uma coisa frequente de violência, existe um controle (G2). Alguns alunos, aqueles com intenção ruim na escola, que não querem estudar, quando vêm e percebem que tem ronda, se afastam (G1). Há um tempo, quando a gente passou a lidar com a ronda eu era contra a presença da polícia na escola, achava que aqui era um espaço pedagógico, e que os protagonistas que estavam na escola tinham que lidar com os problemas que surgiam aqui. Com o tempo fui percebendo que não é assim. Eles trazem para a escola vivências de fora, trazem problemas com os quais não temos nem competência técnica nem prática para lidar: o tráfico de drogas, a briga por território, a disputa entre grupos de bairros e do bairro, a disputa entre grupos aos quais pertencem. Quando percebi que surgem problemas que não são da nossa seara ou competência entendi que não dá mais para viver sem a interferência da ronda porque a questão da segurança pública, da violência urbana não é mais restrita a uma área e isso chega na escola; hoje não tem mais como se trabalhar na escola sem contar com um serviço como a ronda (G5). Mas nesse último ano, vi violência acontecendo dentro da escola por parte da ronda; devem ser orientados para lidar com o aluno, mesmo que ele seja um agressor, não podem tratar como marginal, principalmente na escola. Mas tem necessidade da ronda, quando chegam o ambiente muda, dão uma volta na escola e durante uma semana, quinze dias tudo fica tranquilo. Quando vem um oficial, o tratamento muda, mas não sei o que está acontecendo, não sei se por falta de pessoal estão colocando o policial que está na rua enfrentando o marginal e ele chega aqui e quer tratar o aluno da mesma forma (G4).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O discurso apresentado no Quadro 7 demonstra o reconhecimento da importância da RE para o cotidiano da unidade escolar, inclusive com a mudança de posição dos gestores em relação à necessidade da adoção de uma estratégia e de um trabalho conjunto Escola-Ronda Escolar como uma demanda do contexto atual da violência urbana, questão que os leva a admitir sua falta de competência técnica e prática para lidar com as novas questões com as quais se defrontam. Ou seja, reconhecem a necessidade de que o policiamento comunitário realmente seja utilizado na forma como indicam M. Freire (2009), Marcineiro (2009), Carvalho e Silva (2011) e Silva (2014).

Outra questão importante reside na menção à permanência de características do modelo tradicional de policiamento – atuação ostensiva e repressiva sem foco na prevenção por parte de alguns policiais, fato que explicita a necessidade de um esforço na qualificação dos mesmos - reforçando o que pontua Muniz (2001) acerca das dificuldades de uma migração mais efetiva do modelo de segurança pública brasileiro do tradicional para um modelo mais participativo e que priorize uma visão menos militarizada da PM e dê real importância à participação social. Investindo no potencial transformador conforme as dimensões do agir policial, explicitadas por Balestreri (1998).

### Quadro 8 – Motivações dos gestores escolares para o acionamento da Op. RE

#### **DSC 3 - Quais situações motivam chamar a Ronda à essa Unidade Escolar?**

Quando é uma agressão física, a gente precisa realmente chamar a ronda porque não temos como resolver o problema (G4). Não tem histórico de violência contra professores, mas de brigas entre eles; no momento da merenda, empurrões para chegar primeiro, brincadeiras que geram agressões, violências, tapas, murros (G1). Eu só chamo quando percebo que a segurança de um aluno ou de alguns alunos está em risco; teve uma briga e tem uma ameaça de que isso vai se desdobrar lá fora, ou alguém brigou lá fora e tem um grupo na porta, ou o pai de não sei quem disse que vai esperar quem brigou com o filho lá fora; esses casos onde a situação não acaba com a nossa intervenção; ou nos casos de encontrarmos um aluno com arma branca na mochila e quando há lesão corporal (G2). Já tive situações de estar resolvendo a situação e a ronda chegar e nos dar um apoio interessante e efetivo, mas nós não solicitamos. Mas todas as vezes que chamei eles agiram muito em acordo conosco, eles nos chamam, “pró o que é que a senhora quer, aqui a gente pode fazer dessa forma ou dessa, o aluno que ele não está aqui para fazer o que quer, que existe um poder de coerção; que a escola não tem mas que existe outra força pronta para isso, mas que a gente combina de parar por ali, dar uma oportunidade(G3).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Esse DSC (Quadro 8) evidencia que a necessidade de acesso aos serviços da RE ainda concentra-se em situações que envolvem o uso do papel tradicional da PM, nos moldes expressos por Muniz (2001). Ou seja, apesar dos gestores reconhecerem que o papel da Ronda é importante e que sua atuação normalmente se dá de forma participativa em relação aos desejos destes mesmos gestores como esperado em um modelo de policiamento comunitário segundo M. Freire (2009), Marcineiro (2009) e Carvalho e Silva (2011). A Ronda ainda é chamada por eles quase que exclusivamente em momentos em que é necessária a atuação de natureza repressiva por parte da PM, notadamente quando a escola encontra-se diante de situações que levaram ou podem levar ao confronto físico ou de identificação do porte de arma branca.

Considera-se neste estudo que a continuidade desse comportamento cultural expresso pelos gestores em relação ao trabalho da PM em muito contribui para que a representação social dessa instituição permaneça caracterizada pelo seu papel repressivo, dificultando, na prática, a migração do modelo militarizado de PM para uma forma comunitária e participativa de segurança pública e cidadã como desejável no contexto contemporâneo, enfatizando a falta de preocupação com a prevenção e de investimento no capital humano abordadas por Rua (2012) e a resignificação da relação entre a polícia e a sociedade conforme argumenta Balestreri (1998).

### Quadro 9 – Sugestões dos gestores escolares para a melhoria do serviço da Op. RE

<b>DSC 4 - Quais suas sugestões para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades Escolares?</b>
<p>Mais tempo de visita, mais um tempo na escola conosco e visitas mais frequentes; as palestras devem ser intensificadas, sem a necessidade de pedir; que organizem um ciclo de palestras e mostrem à população, ao estudante que a ronda não vem para punir, mas para fazer um trabalho preventivo junto com a escola (G1). Mas é preciso ampliar o grupo, a quantidade de viaturas e se acontecer alguma coisa, ter o acompanhamento, o desfecho; em qualquer situação que a escola tenha a Ronda, a comunidade escolar precisa ver que ela veio e agi até se concluir a gestão do conflito (G2). Acho que o serviço seria melhor se eles não trabalhassem no esquema de plantão, porque o policial que trabalha na ronda trabalha na folga, não existe uma unidade da ronda escolar, eles não têm essa coisa, “eu sou da ronda escolar”. São policiais que fazem um extra na ronda. Eles dizem que tem uma preparação, mas acho que se tivesse uma equipe que acompanhasse as escolas da área, que fosse só para esse trabalho, talvez a gente conseguisse um resultado mais prolongado, mas apesar disso a ronda foi muito boa para a gente (G3), a gente sabe que não pode ter a polícia dentro da escola, nem seria conveniente, mas quando estão próximos a gente sente um pouco mais de tranquilidade (G4).</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

O discurso demonstra a importância da adoção de um novo modelo de RE, no qual os PMs possam se dedicar exclusivamente ao policiamento escolar, sem dividir esforços com outras atividades. Ou seja, percebe-se a demanda social por uma RE estruturada formal e legalmente nos moldes propostos por Anjos e Souza (2012). Na prática, o que os entrevistados desejam é que a PMBA adote um modelo de RE que atenda as demandas de forma efetiva, com presença imediata aos chamados, ações preventivas continuadas, a exemplo das visitas e palestras, com as características detalhadas anteriormente a partir de Bondaruk e Souza (2004).

Por sua vez, o DSC seguinte (ver Quadro 10 adiante) sinaliza como positiva a viabilidade de um projeto socioeducativo da Op. RE integrado com a escola, em conjunto com os professores e voltado às questões da prevenção à violência e às orientações de segurança e cidadania consciente, entre outras demandadas pela comunidade, acenando a possibilidade de maior aproximação, estabelecimento de parcerias e ressignificação da relação com a PM, consoante as previsões do policiamento comunitário e dimensões do agir policial enquanto pedagogo da cidadania propostas por Balestreri (1998), Bondaruk e Souza (2004) e *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

Evidencia-se ainda a descontinuidade das ações públicas, a falta de preparo para a atuação pelos atores, a ausência de integração das ações e de articulação entre os atores e órgãos envolvidos na política pública, a falta de participação da comunidade no planejamento e elaboração das alternativas, além da ausência do monitoramento que favoreça os ajustes às demandas e aos desvios (ver Quadro 10). Tais situações são abordadas por Muniz e outros

(1997), Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013) dentre as dificuldades de implementação e efetividade das políticas públicas e voltadas à prevenção e controle da violência escolar.

#### **Quadro 10 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos gestores**

<b>DSC 5 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE assemelhado ao Proerd</b>
<p>Não conhece o Proerd, mas valida a ideia da presença do policial na sala de aula. A escola precisa está aberta à questão da conscientização dos direitos e deveres do cidadão para que a pessoa possa exercer de fato, sua cidadania. Não acredita em resistências ao projeto conjunto ao perceber que é para o bem, porque a maioria dos alunos são todos cidadãos que também se sentem protegidos com a presença da ronda escolar (G1). O Proerd precisa mostrar-se muito mais ter continuidade, não é só mostrar requer sequência da ação. Ainda recebemos crianças com 10, 11 anos de idade, que precisa começar ver o exemplo dentro da escola, saber porque que existe. Pois quando a gente diz vou chamar a ronda, a primeira coisa que eles gritam é “eu não sou ladrão”. A comunidade desconhece o funcionamento, então tem que se mostrar, o MP, o Conselho Tutelar, a Ronda. Eles deveriam visitar pra dizer a nossa função é essa. O Quanto à viabilidade não é se houver policiais predispostos, as políticas públicas dizem que isso tem que existir, mas não acontece. Atuação através de palestras, mostras, projetos, ações. Se não é aceito nesse momento é porque desconhecem o que é, se soubessem de fato a função desses órgãos, não teríamos esses problemas. Temos camadas culturais que têm determinadas práticas por desconhecimento. Precisa de um grupo maior dentro da escola, outros setores dentro da escola porque aqui é um local da formação (G2). Sobre o projeto piloto, toda ajuda é bem vinda. Mas o trabalho eventual de palestra não surte nenhum efeito, a gente trabalha na proposta de oficina ou não funciona. Defendo acirradamente o protagonismo da escola, os educadores, professores, coordenação. Hoje, gostaria que a ronda se mantivesse no estado em que ela está, por mais um tempo; de poder, de intervenção ‘repressiva’. Sobre o Proerd percebia uma postura meio sônica dos alunos. A força policial foi imprescindível para mostrar que senão agissem como precisava agir aqui dentro, eles iam resolver o problema deles lá. Agora o protagonismo da escola é essencial, se não agíssemos aqui, na ausência da polícia, como nós agimos, também não teria conseguido (G3). O Proerd têm dois lados, não é com uma cartilha que se vai educar numa coisa esporádica, sem continuidade. Sobre a presença de um policial em sala de aula e em projetos (noções de trânsito, dicas de segurança) considera importante, de uma forma educativa. Viável a integração com os professores, contudo há preocupação com a preparação dos policiais que atuariam. Porque na sala de aula sempre terá um menino que vai desafiar e receia uma reação. Contudo eles precisam pois desconhecem o perigo a que eles se expõem e expõem o outro também. (G4) Sobre o Proerd, tem conhecimento, é uma ação bem louvável da Polícia que procura está trabalhando com a comunidade a questão da prevenção. Um projeto piloto da Ronda seria viável e muito válido, através de palestras, eventos e algumas ações que fossem por unidade para ser bem divulgado. Acredita na adesão dos professores porque para abordarmos alguns temas sem muito conhecimento técnico. Que fosse voltado às séries iniciais. Tem que unir forças, de todos os lados. É um trabalho que se acontecer vai ser muito valido, a receptividade vai ser boa. (G5)</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Outro aspecto que emerge da análise desse DSC (Quadro 10) diz respeito às resistências e à ambiguidade quanto à presença policial no espaço escolar e sua estigmatizada atuação repressiva, além da falta de conhecimento das atribuições por parte dos agentes e comunidade envolvida e a desinformações sobre a ação pública em andamento, alimentando assim desconfiança, o isolamento, o medo e o descrédito, comprometendo ainda a proatividade e a autoestima necessárias ao êxito do policiamento comunitário no enfrentamento da violência, especialmente em atendimento à comunidade escolar, conforme abordam Abramovay e Rua (2002), Oliveira (2008), Balestreri (1998) e o *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007). A seguir, algumas reflexões acerca das posições dos professores sobre a violência e os serviços da RE.

### 4.3 A VISÃO DOS PROFESSORES

Realizado grupo focal com quatro professores da unidade escolar pesquisada foram aqui designados de P1 a P4. Os sujeitos pesquisados atuam nas áreas de linguagem, exatas e humanas, possuindo em média tempo de serviço de vinte e dois anos na atividade docente. Utilizados os mesmos DCS anteriores foi possível verificar outras percepções, posicionamentos e contribuições que incrementam esse estudo.

#### **Quadro 11 – Motivações para a violência escolar na opinião dos professores**

<b>DSC 1 – Quais os motivos para os atos de violência no ambiente escolar?</b>
Questão social; falta de acompanhamento dos pais; o ambiente em que vivem (P1); o contexto em que vivem a região onde moram, a família não é bem estruturada (P2); o aluno ele se inflama por qualquer coisa; a discussão começa no verbal e aí, se a gente não para, vai para as vias de fato (P3); os alunos que praticam a violência na escola são aqueles que não têm o contexto familiar saudável; uma rejeição dele próprio com seu “eu”, não tem aceitação das suas condições de vida e passa a agredir com uma forma de defesa, de autodefesa, a primeira violência é uma violência interna, intrínseca.(P4)

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Diante desse DSC (Quadro 11) os docentes reconhecem a multicausalidade da violência e o quanto ela está presente, nas variadas formas, no íntimo dos sujeitos e no ambiente escolar. Considerando a maior proximidade e acompanhamento dos estudantes é registrado que a ausência de condições dignas de vida aliada à falta de orientação e apoio familiar como questões que reverberam e violenta os membros da comunidade escolar, especialmente os jovens, ao mesmo tempo vítimas e autores desse fenômeno, conforme abordado por Abramovay e Rua (2002), Waiselfisz (2015) e Oliveira (2008).

Já no DSC seguinte (ver Quadro 12 adiante) observa-se que todos os professores reconhecem a importância do serviço prestado pela Ronda Escolar, desconhecendo em parte o desenvolvimento da atividade, relatando de forma fragmentada e por vezes distorcida informações básicas refletindo o distanciamento e a desinformação, inclusive acerca da amplitude da ação preventiva do serviço. Relatam as dificuldades logísticas e operacionais da atividade que comprometem o pronto atendimento diante das demandas e afirmam certa qualificação dos policiais para a atuação junto à comunidade escolar. Percebe-se, contudo reflexos no imaginário popular da visão meramente repressiva e estigmatizada acerca do serviço policial quanto da educação no atendimento e da expectativa dos alunos, o receio quando da presença do Policiamento Comunitário Escolar.

### Quadro 12 – Considerações dos professores sobre o serviço da Op. Ronda Escolar

<b>DSC 2 - Qual sua opinião sobre o serviço prestado pela Operação Ronda Escolar?</b>
<p>É pouca gente para muita escola; são poucos funcionários da ronda; às vezes não tem gasolina para botar na viatura; eles aparecem de vez em quando; passam nas escolas para perguntar como é que está. São super educados com a gente, com os alunos; pergunta para direção, vice-direção se tem algum problema estando tudo ok, alguém da direção assina o documento que eles trazem na prancheta, pra provar que eles passaram aqui. Eles têm que passar nas escolas, não sei com que frequência (P1). Em certos casos eles são úteis e tem casos que a própria escola pode resolver; nos casos extremos encaminha para a direção, que chama os pais, e nos casos de contatos físicos é que entra a Ronda Escolar; acho que a Ronda tem que está dentro da escola, é válido esse passar, mesmo que rapidamente. Quando acontece um fato que precisa, às vezes, eles não têm condições de vim naquela hora; falam que a Secretaria divide as escolas por zonas; então, a cidade baixa e a suburbana é um grupo que atende tudo isso e para se destacar para cá, leva tempo. Mas nunca ouvi falar de agredir aluno aqui dentro (P2). Já presenciei várias vezes quando a Ronda vem à escola, acho válido, é mais um suporte. Até mesmo porque quando os alunos vêem a Ronda, mesmo quando não acontece nada, eles já ficam na expectativa - eles podem vir quando tem ou quando não tem alguma situação de violência; eles sempre aparecem aqui; às vezes a gente liga e eles não podem vir no momento, exatamente por conta de outros problemas. Já presenciei o atendimento dos policiais, é positivo. Têm certo preparo, até em si dirigir ao aluno; às vezes acho até que eles são até bem educados aliás, os procedimentos que eles têm na escola são assim corretíssimos (P3). É importante esse trabalho da polícia militar porque às vezes vêm pessoas estranhas da comunidade entrar em contato. Eles têm uma escala, aparecem mesmo não sendo acionada pela escola, então, existe esse tipo de trabalho, é louvável. Quando tem uma violência observo que é feito todo o levantamento dos dados, são chamadas as famílias e depois encaminhados aos órgãos competentes, a DERCCA, conselho tutelar, a delegacia de menores, e até o ministério público, se necessário; mas primeiramente a escola registra oficialmente o fato, diante da família, juntamente com a ronda. (P4)</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Explicita-se, portanto, a falta de participação da comunidade escolar na elaboração da política pública, a carência de informações e de monitoramento para a detecção de erros e desvirtuamento das soluções e seus respectivos ajustes, além do seu compartilhamento com a comunidade escolar favorecendo o senso de pertencimento e co-responsabilidade na superação dos obstáculos e falhas, conforme assinalam Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013) dentre os impasses à execução e eficácia das políticas e voltadas à redução da violência nas escolas.

### Quadro 13 – Motivações dos professores para o acionamento da Op. Ronda Escolar

<b>DSC 3 - Quais situações motivam chamar a Ronda à essa Unidade Escolar?</b>
<p>Quando chega ao ponto do “não tem jeito”; brigas com contato físico é uma das ocasiões para chamar a Ronda (P1/P2/P3). Geralmente quem tem o conhecimento dos motivos exatos são a direção e a coordenação; mas os alunos comentam, trazem os problemas, o que eles aprontam; eles têm o bom hábito de compartilhar com os professores; uma brigou com a outra coleguinha, puxou o cabelo e tal. Os motivos são brigas entre os colegas, brigas físicas, na hora da merenda escolar, na hora do grande encontro; briga, pisa no pé do colega porque quis pisar; fora outros motivos particulares em que fazem a prestação de contas, de briguinha de namoradinhos, o que for.</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Esse DCS (Quadro 13) reforça duas percepções anteriores. A primeira quanto à falta de conhecimento acerca do potencial preventivo do PCE ficando reservada prioritariamente para

a Ronda Escolar os casos de condução e de atuação repressiva, o que acaba por reforçar junto aos jovens e a sociedade o caráter meramente repressivo da Polícia Militar. A segunda reflete a desinformação e a falta de uma ação continuada da própria instituição acerca do tratamento à questão da violência escolar, que mesmo ocorrendo de forma discreta precisa ser compartilhada, dialogada de forma produtora e minimizadora, a partir e principalmente da atuação diária dos professores que até então se mostram desinformados e sem as melhores orientações técnico-pedagógicas acerca da situação no ambiente escolar, tomando conhecimento por vezes, através dos próprios estudantes. Sendo pertinente, portanto as considerações anteriores acerca da participação, a necessidade de preparo para atuação e o compartilhamento de modo que o enfrentamento da violência escolar seja compreendida na visão mais ampla da segurança pública e não como algo estritamente de polícia, superando paradigmas, como suscitado por Balestreri (1998) e Cano (2006 apud BRASIL, 2015).

#### **Quadro 14 – Sugestões dos professores para a melhoria do serviço da Op. RE**

<b>DSC 4 - Quais suas sugestões para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades Escolares?</b>
A quantidade maior de policiais, porque a mesma ronda escolar que vem para controlar a parte interna da escola também fica lá fora; têm muitos assaltos e são poucos profissionais. Minha sugestão não seria a visita e sim, a permanência porque infelizmente eles estão trazendo muita violência de fora para a escola. Já que existe oficialmente esse trabalho da ronda escolar deveria ter uma permanência, todos os dias; para pelo menos ter uma adaptação melhor deles, para que eles não aterrorizassem tanto a ronda. Há uma resistência grande deles, porque misturam a polícia escolar com a polícia social; a polícia que está lá depois do portão; são funções distintas, totalmente distintas. É aquela questão, não podemos deixar algo de negativo correr solto, nem também ser algo paliativo; porque quando você chama a ronda fica como paliativo; Ela vem, mas depois quem vai desenvolver o resto dos problemas, a repercussão deles é a unidade escolar. Ela veio para a parte imediata mas como é um trabalho escolar, educacional, vamos fazer desde o princípio, crescendo base a base. Porque o paliativo ainda é uma faca de dois gumes, porque chama-se a ronda e depois aumenta-se mais ainda, porque eles afrontam, muitos deles estão afrontando a ronda, e afrontando a ronda já é desacato e aí a condução para a delegacia. Após o fato eles sempre rejeitam, quase unanimemente, eles têm uma rejeição muito grande à polícia; eu creio que seja até pela questão histórica mesmo, as pessoas vêm a polícia com medo, com temor. Vem se rompendo essa barreira com o trabalho feito dentro da própria polícia, que chama-se a ronda escolar.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nesse DCS (Quadro 14) é requerida a maior eficácia na atuação da Ronda Escolar a partir da maior quantidade de policiais para um atendimento mais frequente e próximo, integrado à comunidade escolar inclusive como forma de minorar as resistências dos atores sociais. Percebe-se que a desinformação, o distanciamento e desconhecimento do policiamento comunitário e seu potencial preventivo persistem e reforçam o estigma da polícia repressora. Suscitando, portanto, que a ação pontual e descontextualizada das nuances e peculiaridades do ambiente escolar e seu público, no que tange a proximidade e atendimento às demandas por parte da Op. Ronda Escolar, pode estar representando um desserviço à Corporação e à

sociedade com uma amplitude ‘crítica’ dada a natureza formativa e transformadora da escola, acentuando o descrédito e as resistências no âmbito escolar e social, segundo assinalam Balestreri (1994), Silva (2014) e também o *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

#### **Quadro 15 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos professores**

<b>DSC 5 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE assemelhado ao Proerd.</b>
<p>Entendo como positiva a presença do policial em sala, considerando muito bom o relacionamento e o aproveitamento dos alunos na última atuação do Proerd (P1); desconhece o retorno dos alunos quanto ao aprendizado no Proerd (P2); foi positivo o trabalho, no início os alunos estranharam mas depois gostaram; para além do efetivo um projeto com a Ronda seria ótimo, temos essa carência de disciplinas voltadas aos direitos e deveres do cidadão (P3); valeria muito a pena o incremento desse projeto com os policiais falando sobre trânsito, sobre drogas, direitos e deveres de cada cidadão (P4); a integração com as disciplinas dependeria da série, mas trabalhar a base é que é interessante. Na aula de matemática falar das estatísticas que eles não sabem da violência, apesar de que eles não fazem nem ideia dessas estatísticas; ser uma disciplina específica, o ano todo, trabalhar não só trânsito, mas a violência, e principalmente cidadania; eles vêm na TV, vê no dia-a-dia, acha tudo normal, marido bater na mulher; fumando ou cheirando algum tipo de droga na rua; o policial chegar batendo; agredir alguém perturbar (P1; P2; P3); que esse projeto seja uma coisa contínua (P4); desconheço o Proerd mas entende a ronda escolar comum uma polícia diferente, um policial especializado que vai fazer um trabalho dentro da educação, de preferência que seja um educador; seria a escolha dele fazer parte dessa equipe escolar, não para fazer segurança de sala de aula, revista em alunos, prender; não aprofunda determinados assuntos como a violência contra mulher por não ter tanto conhecimento; tem que ser com toda a equipe de professores; junto com a comunidade escolar; ele não iria para sala dar aula de português comigo, mas teríamos um trabalho direcionado; só do aluno ver todos os dias que existe um policial educador, já se rompe essa porta de ferro que eles têm muito grande em relação a polícia; são profissionais, competentes, humanos; falhos todos nós somos, agora não podemos ficar nessa barreira, nessa porta de ferro e só acionar em caráter emergencial. Trabalhar em parceria de emergência não é parceria; quanto à resistência dos colegas, superar, explicar a proposta; que a ronda escolar virá para se trabalhar numa equipe multidisciplinar para tentar romper, amenizar a violência dos alunos na escola; eles não têm a clareza dos direitos e dos deveres (P5).</p>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nesse DSC (Quadro 15) os professores acenam de forma positiva a viabilidade de um projeto socioeducativo da Op. RE integrado e alinhado entre professores, policiais, e toda a comunidade escolar, voltado à prevenção da violência e estímulo à cidadania consciente. Expõem-se dificuldades de aprofundamento com temas correlatos aos tipos de violências mais acentuados na contemporaneidade, além das possíveis resistências, ressaltando como salutar, a aproximação com os policiais, desde que qualificados e interessados na atividade socioeducacional, como forma de superá-las e favorecer a ressignificação com a comunidade, apoiando e desenvolvendo ações protetivas junto aos jovens, por vezes carentes de conhecimento e orientações sobre leis e regras de convivência em sociedade.

Esboça-se, portanto, que a participação, a preparação e qualificação, e o envolvimento dos atores sociais desde a identificação do problema e seleção das alternativas, fomentando o

pertencimento e a co-responsabilidade são requisitos essenciais ao êxito dessa política pública. As percepções são convergentes com as dos gestores escolares, por vezes complementando-as e alinhadas ao dizeres de Muniz e outros (1997), Balestreri (1998), Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013).

Segue-se a visão dos funcionários e suas percepções acerca do fenômeno em análise.

#### 4.4 A VISÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Realizado grupo focal com cinco funcionários da unidade escolar pesquisada, designados de F1 a F5, sendo que dois atuam na secretaria escolar, um na portaria, uma merendeira e outro no apoio disciplinar. Os informantes possuem em média dezesseis anos de tempo de serviço, com no mínimo dois e no máximo trinta e sete anos na atividade laboral.

Devido a atividade desenvolvida pelos vigilantes, que atuam também como porteiros na entrada principal da unidade escolar pesquisada, não foi possível a participação no grupo focal juntamente com os demais funcionários, pois, além de não poderem se afastar do posto de serviço, alegaram a necessidade de prévia autorização da empresa a qual presta serviço para sua participação neste estudo. Contudo, após algumas explicações três vigilantes aceitaram passar informalmente suas impressões acerca do tema e a relação com o seu serviço naquela unidade escolar, sendo registradas por esta pesquisadora e constante nos discursos desse grupo de funcionários com o designativo “V”.

#### **Quadro 16 – Motivações para a violência escolar na opinião dos funcionários**

##### **DSC 1 – Quais os motivos para os atos de violência no ambiente escolar?**

Gerada por “n” motivos; um deles a questão familiar - filhos criados sem carinho, sem apoio, criados com muita violência, mães que batem desde pequenininho, a criança passa por muitos problemas e aquilo vai guardando e cria a violência; entre outros o abandono, criados na rua, sem princípios, sem direção (F1); Filhos mimados pelas mães (F3); Problema mais familiar, os pais deveriam tomar mais atitudes, outros abandonam os filhos, não vem ao colégio, gera descuido fazendo que a violência impere um pouco mais, entre eles até no colégio (F2/F4/F5/V).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Para os funcionários a questão da violência no ambiente escolar traz a questão familiar como o fator principal. A falta de cuidado e de participação dos pais na vida escolar dos jovens faz com que alguns se sintam abandonados e outros muito à vontade para agirem de encontro às

regras de convivência escolar (ver Quadro 16). O DSC revela as percepções de profissionais que atuam no espaço escolar e por vezes conhece e reside no mesmo bairro do estudante, vez que estas funções vêm sendo terceirizadas pelo Estado e muitas empresas captam o capital humano da comunidade do entorno das escolas as quais se destina a contratação e prestação dos serviços.

Retrata-se, portanto aspectos sociais e psicológicos da multicausalidade da violência abordados por Abramovay e Rua (2002) e Waiselfisz (2015), presentes no ambiente escolar.

### **Quadro 17 – Considerações dos funcionários sobre o serviço da Op. Ronda Escolar**

#### **DSC 2 - Qual sua opinião sobre o serviço prestado pela Operação Ronda Escolar?**

Geralmente, chegam e vão diretamente à diretoria; vem uma vez no dia, só que deveria ser mais frequente, vir mais vezes; se tiver alguma ocorrência resolvem senão eles anotam e vão embora; às vezes passam pela manhã; chegam a caminhar pela escola. Demora até quando pede algum auxílio deles; o que tiver que acontecer, acontece; aí quando vem já aconteceu, só faz conduzir pra onde tem que conduzir. No início vinha mais, agora tá muito a desejar; demora muito de vim, se o aluno tiver de fazer alguma coisa com algum de nós, ele faz porque a demora é muita (F1/F2/F3/F4/F5). Acha importante a presença da Ronda Escolar; deveriam participar mais, sendo mais presentes e frequentes na escola; passar um dia, manter contato com os alunos; palestras (V).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Esse DCS (Quadro 17) reforça a necessidade da presença mais efetiva da Op. RE, percebida também pelos funcionários. A outra questão é que esse grupo se coloca como fragilizado ante a questão da violência em meio escolar. O que provavelmente pode estar relacionado ao fato de serem funcionários terceirizados cuja reação ou situação que envolva os estudantes, mesmo que na condição de vítima, pode culminar com a sua demissão. Além do que, como explicitado anteriormente alguns desses funcionários residem no mesmo bairro do estudante, padecendo por vezes dos riscos e ameaças às quais estão sujeitas as comunidades vulneráveis à violência e aos imperativos do tráfico de drogas com o possível envolvimento de alguns desses jovens.

### **Quadro 18 – Motivações dos funcionários para acionamento da Op. Ronda Escolar**

#### **DSC 3 - Quais situações motivam chamar a Ronda à essa Unidade Escolar?**

Geralmente brigas; alunos muito bagunceiros que procuram brigas; menina que briga com a outra, puxa até canivete; arma branca; dá pancada um no outro, aluno cai desmaia; na saída tem assaltos na frente da escola; também acha que o contingente de policiais e carros deveriam ser muito maior pois a violência está em todas as escolas e por isso não tem uma assistência contínua; são muitos problemas; quando tem casos de violência e a PM não chega, a direção só libera com a presença dos pais(F1/F2/F3/F4/F5).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Observa-se nesse DCS (Quadro 18) que os estudantes envolvidos nos atos de violência são conhecidos dos funcionários e algumas das situações citadas acontecem no interior e no entorno da escola, além do que é sentida a ausência da Ronda Escolar nos momentos críticos, e por vezes não consegue atender a demanda, ao que o gestor administra junto aos pais gerando subnotificações, como suscitado na introdução desse estudo. Contudo, reforça a questão de que em muitos casos apenas a atuação pedagógica não têm surtido o efeito desejado e os estudantes insensíveis a situação voltam a reincidir e de modo cada vez mais gravoso, gerando maior risco a própria comunidade escolar. Contudo, o policiamento ostensivo e apenas na atuação repressiva não representa a eficácia dessa política, sendo pontual e desvirtuada e por vezes trazendo riscos aos gestores, autoridade que aciona a RE e para quem o autor da violência por vezes direciona represália, após o atendimento policial.

Assim, destaca-se a importância do Policiamento Comunitário Escolar em ações eminentemente preventivas, proativas e integradas, para a difusão do conhecimento aos demais atores sociais, principalmente, aos estudantes, sobre o papel e atuação da RE, seu caráter protetivo e preventivo, além da função social da PM, minimizando os riscos de reincidência e represália aos gestores pela atuação mais próxima e continuada da Op. RE, estimulando o potencial de resolutividade entre as instituições, o compromisso coletivo e a abertura a contribuições diferenciadas, dentre as possibilidades destacadas por Balestreri (1998), Secchi (2013), Silva (2014) e no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

#### **Quadro 19 – Sugestões dos funcionários para a melhoria do serviço da Op. RE**

<b>DSC 4 - Quais suas sugestões para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades Escolares?</b>
Deveria ser mais frequente, vim mais vezes; uma assistência contínua. Que a cada escola tivesse um carro da PM presente, seria o ideal; o dia todo de plantão, o assalto é muito, a insegurança é muita; se colocasse dois policiais na porta da escola já ajudava bastante, na saída é roubo; até aluno mesmo de farda da escola já assaltou colegas. (F1/F2/F3/F4/F5). Acha importante a presença da Ronda Escolar; deveriam participar mais, sendo mais presentes e frequentes na escola; passar um dia, manter contato com os alunos; palestras (V).

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Para o grupo de funcionários, a presença da Ronda no cotidiano escolar significa uma assistência continuada e necessária dada as dificuldades de atendimento e as ações violentas no interior e entorno da unidade, por vezes praticada pelos próprios estudantes (ver Quadro 19). Registra-se também a falta de contato preventivo dos prepostos da Ronda com os

estudantes, sugerindo-se as palestras. Outro aspecto percebido nesse DCS é o baixo envolvimento dos demais membros da comunidade escolar com ações para redução ou prevenção da violência na escola. Desconhecem o serviço do PCE e sequer se percebem envolvidos no processo enquanto agentes de orientação e prevenção, e somente enquanto possíveis vítimas, vez que todos que atuam na unidade de ensino, direta ou indiretamente, influenciam no aprendizado e nas atitudes dos estudantes ante a gestão participativa, a interação e dos demais aspectos relacionais inerentes ao ambiente escolar.

Resta demonstrada a falta de continuidade da ação pública, da participação cidadã e de conexão entre as demandas e a oferta dentre outras dificuldades apontadas por Muniz e outros (1997), Carvalho e Silva (2011), Rua (2012), Secchi (2013), para o êxito da política.

**Quadro 20 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE – Opinião dos funcionários**

<b>DSC 5 – Viabilidade de projeto socioeducacional pela Op. RE assemelhado ao Proerd?</b>
A maioria não conhece o Proerd; só uma funcionária disse saber do que se tratava pelos comentários dos alunos que assistiam às palestras; uns gostaram outros desdenharam mas não pode parar porque tudo é como se fosse uma afronta pra eles; mas com conversa, conversando, conversando, eles têm que ceder; se os policiais participassem mais da vida da escola iria ajudar, iria melhorar; tudo que for pra somar é bom; aqui tem meninos bons e a gente sabe que outros que não tem bom comportamento, que não tem a cabeça muito boa, influenciam os demais; a escola quem faz é o aluno; então tudo que vier para melhorar, pra ajudar o aluno é bom; ocorre que começa, aí dá certo um pouquinho, termina e para; tem que persistir não desistir deles.

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

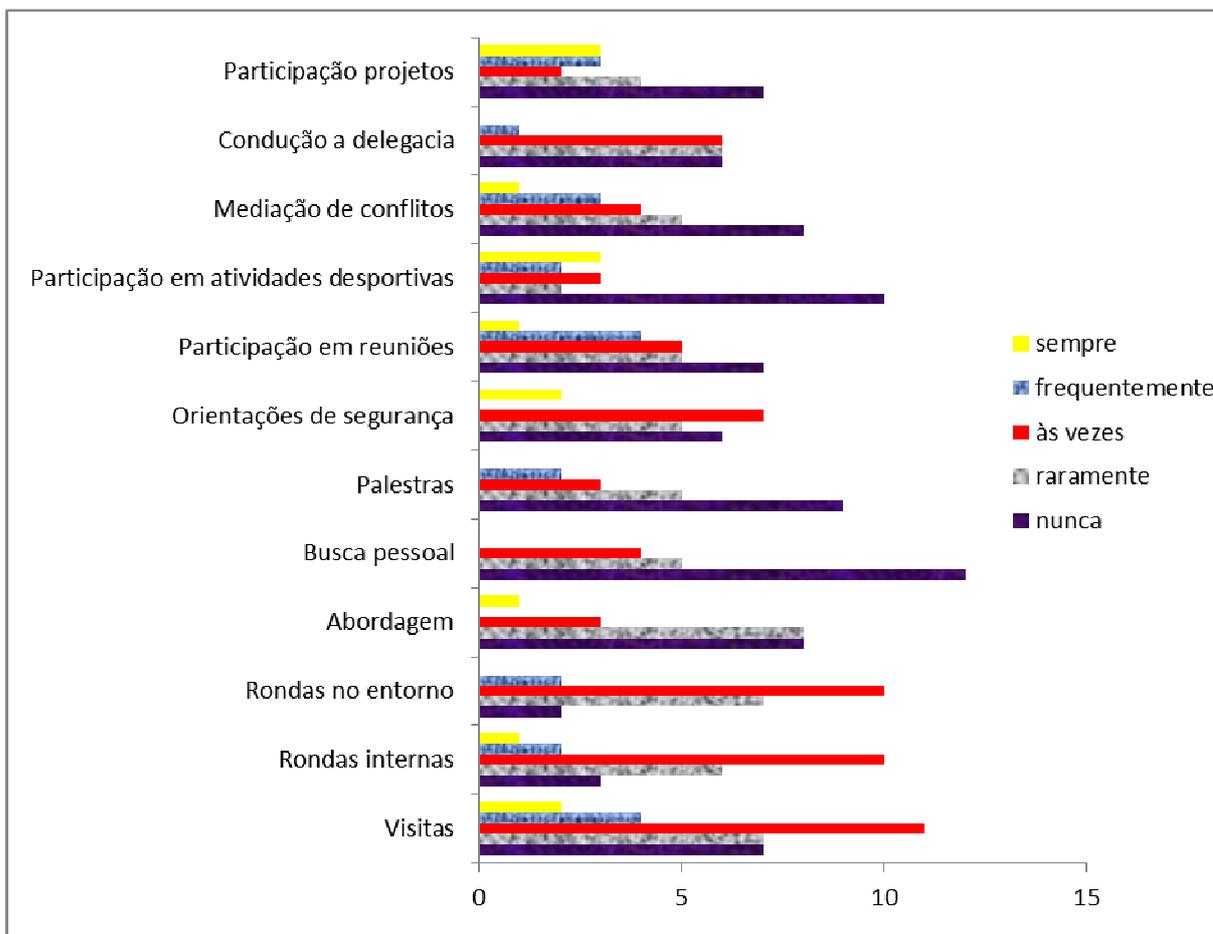
Observa-se nesse DCS (Quadro 20) o pouco conhecimento e envolvimento dos funcionários com as atividades voltadas a minorar a violência na unidade escolar, contudo, apresenta maior aceitabilidade a presença da RE por sentirem-se entre os atores sociais mais vulneráveis à violência. Porém explicita o pouco engajamento com a questão da segurança e pouco pertencimento enquanto membro da comunidade escolar que por vezes estão entre os autores das violências, conforme argumentam Abramovay e Rua (2002). Evidencia-se a tímida participação, certo distanciamento e baixo envolvimento dos funcionários quanto a atuação preventiva à violência escolar, o que para reduzir a eficácia das políticas por minorar a agregação das informações à tomada de decisões (FUNG, 2006 apud SECCHI, 2013), podendo esta relacionada ainda, as dificuldades quanto a escassez de tempo e custo de coordenação das ações para as contribuições dos atores envolvidos (SECCHI; PLEBANI, 2006).

Na sequência são analisadas as percepções dos estudantes acerca da violência escolar, a visão do principal ator social envolvido na questão, razão de existir da escola.

#### 4.5 A VISÃO DOS ESTUDANTES

Foram aplicados vinte e um questionários aos estudantes voluntários, conforme Apêndice C, concluintes do 3º ano do ensino médio da unidade escolar pesquisada, que tinha em média dezessete anos de idade, sendo nove do gênero masculino e doze do gênero feminino, sendo que apenas um deles afirmou ter sido atendido pela Ronda Escolar, na condição de vítima. Os resultados obtidos seguem representados graficamente com as respectivas análises.

**Gráfico 2** – Percepção dos estudantes das atividades realizadas pela Ronda Escolar



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Os estudantes foram questionados acerca das atividades desenvolvidas pela Op. Ronda Escolar com o objetivo de analisar suas percepções quanto ao serviço prestado e seu impacto naquela comunidade. Assim, conforme os dados do Gráfico 2, as ações mais percebidas “às

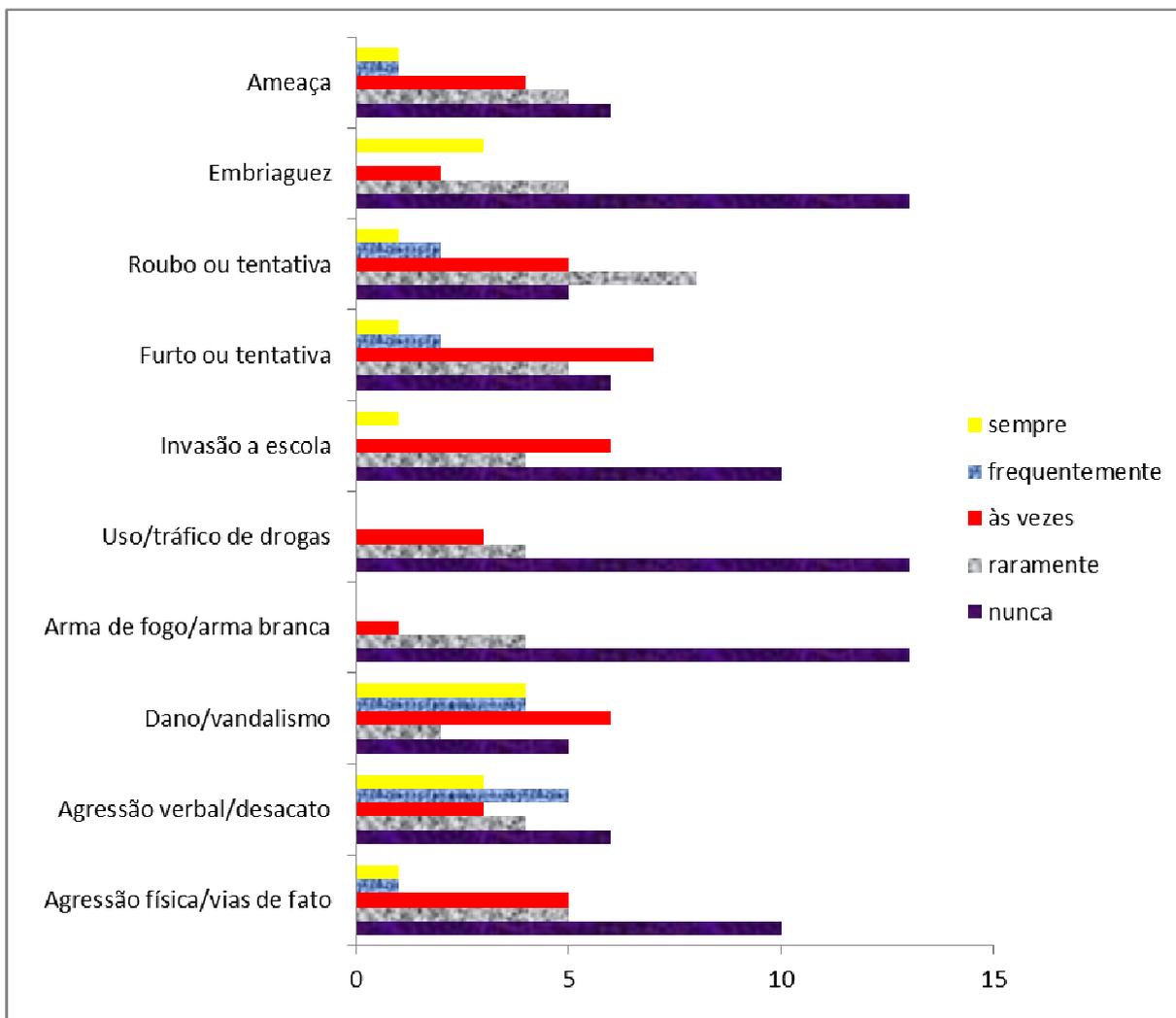
vezes” são as visitas, as rondas internas e no entorno, orientações de segurança e condução à delegacia. Entre as que “nunca” são percebidas, as mais assinaladas foram a palestra, a abordagem, a busca pessoal, a participação em reuniões, em projetos e nas atividades desportivas, além da mediação de conflitos. A se considerar que a abordagem e a busca pessoal se aplicam às situações críticas mediante fundada suspeita e em local reservado nas circunstâncias extremas de modo que não venham a causar maiores constrangimentos, é compreensível que não sejam percebidas. Contudo, analisando as demais alternativas, a exemplo das palestras, a mediação de conflitos e a participação junto aos estudantes, fica evidente a baixa atuação no aspecto preventivo do policiamento realizado pela Op. RE.

Entre as ações “sempre” percebidas, estão a mediação de conflitos, a participação em reuniões, as orientações de segurança, a abordagem, as rondas internas e as visitas, além da participação em projetos e em atividades desportivas, sendo esta última atuação geralmente referente à presença do policiamento para garantia de segurança na realização de eventos, e não a uma atividade integradora e/ou socioeducativa.

Assim, percebe-se a falta de conexão entre as prescrições do policiamento comunitário quanto à prevenção mediante a aproximação e parceria para a resolução dos problemas, com o baixo potencial de resolutividade e de ressignificação da relação PM e comunidade, reforçando a percepção repressiva da atuação policial, visto que os estudantes mantêm as impressões da imagem comprometida dos profissionais de segurança do imaginário popular, acentuando a desconfiança, o medo e o afastamento.

Restando demonstrado, dessa maneira, o desvirtuamento e a desconexão entre o planejamento e os resultados, além da falta de participação dentre as dificuldades na implementação da política pública, explicitadas por Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013), afora o descrédito, a falta de legitimidade, desconfiança e frustração social acerca do policiamento comunitário, abordadas por Muniz e outros (1997), Balestreri (1998), Silva (2014), entre outros.

Na busca dos atos de violência que mais afligem a comunidade escolar pesquisada, foram assinaladas as principais ocorrências percebidas pelos estudantes no Gráfico 3 adiante.

**Gráfico 3 – Percepção dos estudantes das ocorrências mais comuns em sua escola**

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

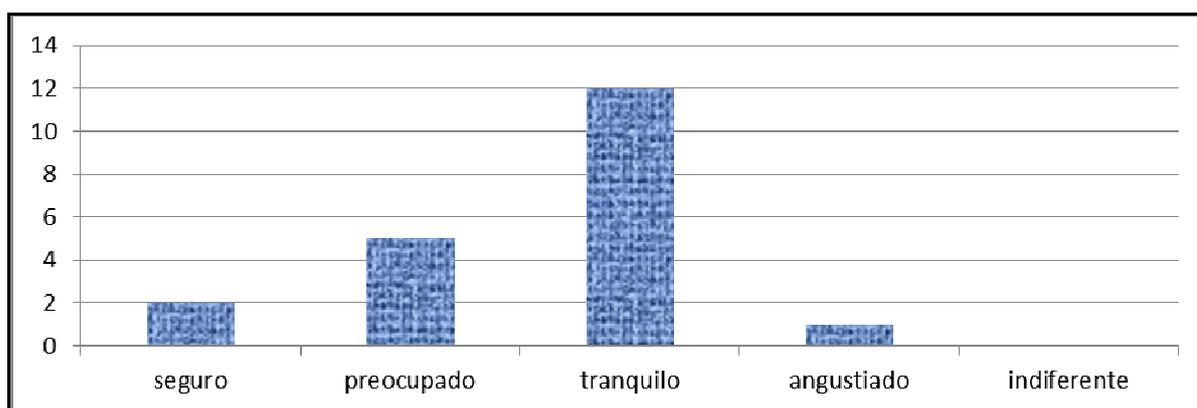
Percebe-se que as ocorrências mais comuns no ambiente escolar, entre aquelas “sempre” observadas pelos estudantes, são o dano/vandalismo, a agressão verbal/desacato, a embriaguez, além de furtos, roubos, invasões a escola e ameaças. Já entre as ocorrências “nunca” percebidas, figuram a agressão física/vias de fato, a presença de arma de fogo/arma branca, o uso/tráfico de drogas e a embriaguez.

Esses dados coadunam com as análises anteriores quanto à desinformação e à falta de participação nas questões de segurança que afetam a comunidade escolar. Por certo os atos de violência de imediato são isolados e gerenciados junto à direção e aos prepostos da Ronda, se for o caso, contudo, percebe-se pela dispersão dos resultados que não há uma informação ou diálogo acerca do tema entre os estudantes, sendo que os respondentes eram concluintes do

ensino médio e de uma mesma turma. Transparecendo que o desconhecimento, o pouco envolvimento e o diálogo acerca da violência no âmbito escolar caracterizam a comunidade pesquisada, comprometendo o potencial de resolutividade e acentuando as resistências pela imposição de uma ação pública a partir da oferta, sem a participação e o envolvimento dos principais interessados, conforme comentado por Muniz e outros (1997), Rua (2012) e Secchi (2013).

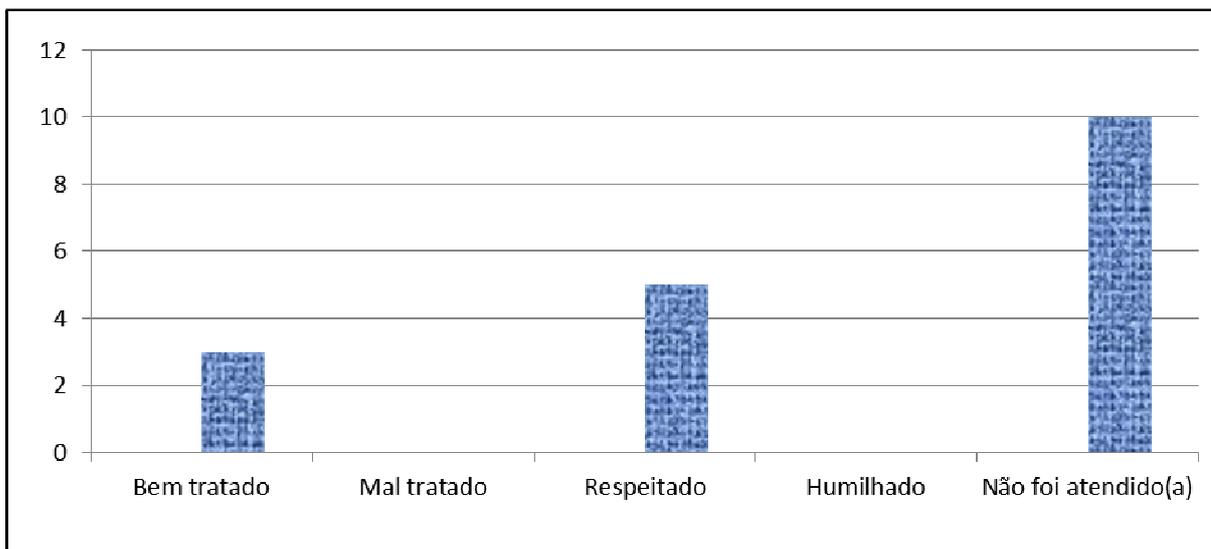
Na tentativa de registrar as percepções do impacto pelos estudantes quando da presença dos policiais da Op. RE na unidade de ensino, foi questionada a sensação de segurança e do atendimento prestado a esses atores, consoante disposto no Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Sensação dos estudantes com a presença da Op. Ronda em sua escola**



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Nesse item, dentre os 21 (vinte e um) voluntários a participar da pesquisa apenas um não respondeu. Dos respondentes 60% afirmaram sentir-se tranquilo na presença dos policiais da Ronda, 25% se disseram preocupados, 10% sentem-se seguros e 5% angustiado. Apesar de não haver um contato diário e mais próximo entre os estudantes e policiais para a difusão do conhecimento quanto a filosofia de policiamento comunitário, seu caráter preventivo e protetiva no atendimento escolar, respaldando a presença dos PMs na unidade de ensino independente da ocorrência de um ato relacionado à violência, os estudantes pesquisados em sua maioria sentem-se tranquilos. O que no dizer de Fung (2006 apud SECCHI, 2013), Secchi (2013) e Balestreri (2014) quanto à participação social e a cidadania necessárias à construção de uma cultura para a paz mostra-se comprometida, apesar da aceitabilidade e sensação de segurança a partir das considerações apresentadas no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* quanto à atuação protetora do policial (BRASIL, 2007).

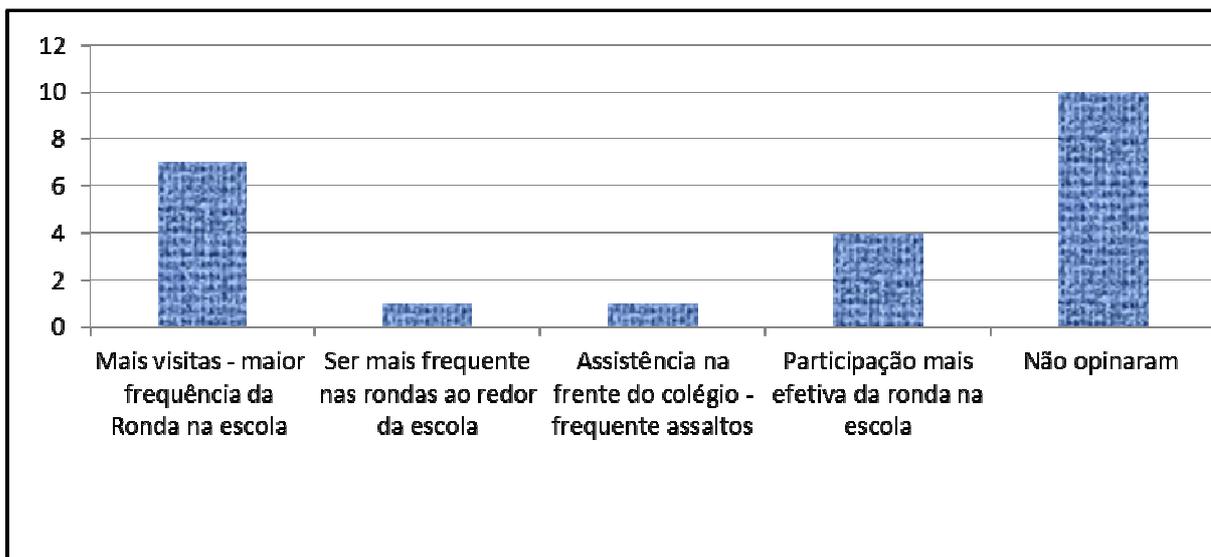
**Gráfico 5** – Percepção dos estudantes quanto ao atendimento prestado pela Ronda Escolar

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quanto à percepção dos estudantes acerca do atendimento prestado pela Ronda Escolar (Gráfico 5), 56% dos respondentes não souberam informar. Compreensível considerando que o contato entre os estudantes e os policiais da RE geralmente só acontece quando do atendimento de ocorrências de violências, já no âmbito repressivo, logo a maioria deles não tiveram nenhum contato; 28% disseram sentir-se respeitado e 17% consideraram ter sido bem tratados. Três estudantes não assinalaram nenhuma das alternativas proposta.

Nesse sentido, constata-se a falta de aproximação e a subutilização do potencial preventivo e ressignificativo da relação PM e comunidade na atuação da Op. Ronda, contudo, como assevera Balestreri (1998), mesmo a atuação repressiva oferta uma visão pedagógica, que não deve ser desprezada pelos agentes de segurança e que favoreça então a reflexão e a mudança de comportamento dos autores pela qualidade do atendimento prestado, especialmente pela especificidade do público (crianças e adolescentes) em formação.

Buscou-se ainda as sugestões dos estudantes para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar sendo agrupadas conforme o Gráfico 6 adiante.

**Gráfico 6 – Sugestões na forma de atuação da Ronda Escolar**

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Percebe-se que as sugestões reforçam a necessidade da presença da Ronda no espaço escolar e entorno com a atuação mais efetiva e preventiva (visitas) com maior frequência. A maioria dos estudantes não apresentou sugestões, o que reflete em certa medida o desconhecimento acerca do serviço prestado pela RE, e/ou ainda o pouco envolvimento com a questão da segurança no ambiente escolar, talvez resultante da ausência do senso de pertencimento e responsabilidade coletiva decorrente da falta de participação no planejamento e implementação da ação realizada.

Nesse sentido, parece não haver por parte da instituição de ensino projetos ou programas voltados à prevenção da violência e/ou atividades de engajamento para os estudantes enquanto estímulo ao exercício da cidadania e promoção da cultura para a paz, reforçando a percepção de que a violência é um problema a ser resolvido pela polícia, sem preocupação com a prevenção, conforme argumentam Abramovay e Rua (2002), Fung (2006 apud SECCHI, 2013), Cano (2006 apud BRASIL, 2015), M. Freire (2009), Rua (2012), Silva (2014), Waiselfisz (2015), entre outros.

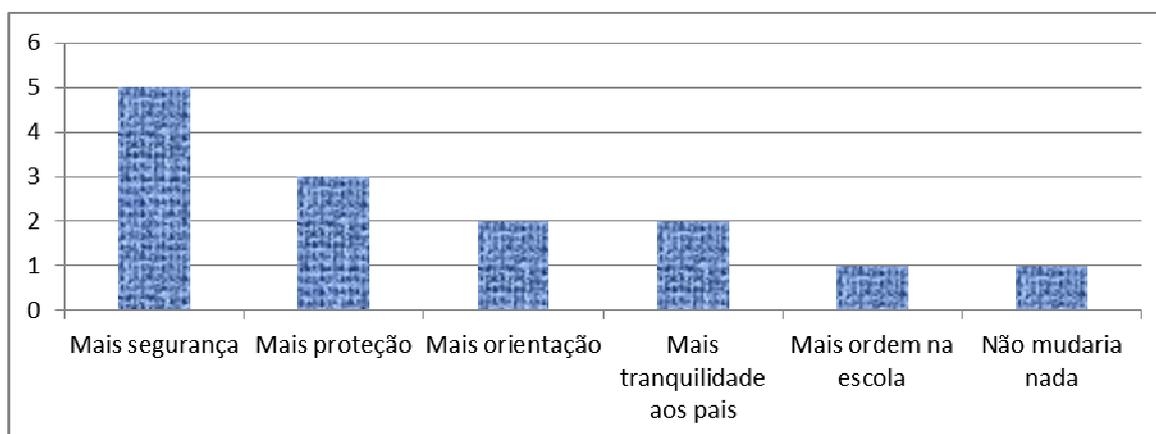
Segue-se as percepções dos pais ou responsáveis pelos estudantes acerca da visão desses atores quanto a segurança no ambiente escolar, presença e atuação da Ronda.

#### 4.6 A VISÃO DOS PAIS/RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES

Respondidos quatorze questionários pelos pais dos estudantes da escola pesquisada, conforme Apêndice D, todos afirmaram conhecer ou ter ouvido falar da Ronda Escolar. Destes, apenas um teve sua filha atendida pela Op. RE, devido à agressão sofrida em sala de aula, tendo relatando que na ocasião se sentiu bem tratado, pois teve as necessidades da estudante atendidas.

Os questionamentos direcionados aos pais e/ou responsáveis pelos estudantes do ensino fundamental II e médio da unidade de ensino pesquisada objetivaram analisar o conhecimento acerca da existência, presença, importância, atendimento e a aceitação da Operação Ronda Escolar na percepção desses atores. No Gráfico 7 são apresentadas suas opiniões quanto a aceitação da maior e mais efetiva participação dos prepostos PMs junto aos estudantes em apoio às atividades sociopedagógicas.

**Gráfico 7** – Opiniões dos pais/responsáveis sobre a participação da Op. RE nas aulas e projetos da escola



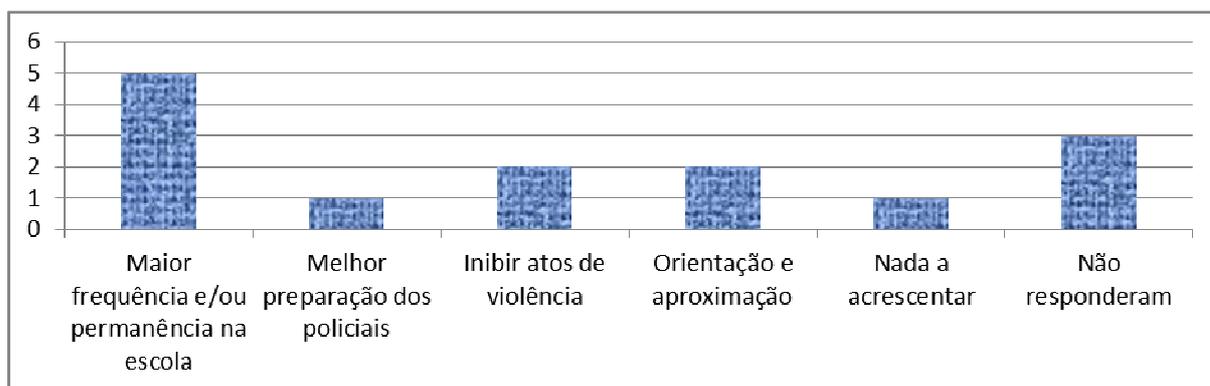
Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Ao serem questionados sobre a participação dos policiais da RE nas aulas e projetos da escola todos assinalaram concordando e avaliaram como positiva, mediante as justificativas descritas no Gráfico 7, sendo a segurança interna e externa a maior preocupação. Contudo, assinalam também a importância das orientações e cuidados que pode advir dessa atuação, o que ficou registrado com as seguintes falas: “Boa ação no ponto de vista de aproximar o cidadão da lei”; “ajuda a manter o respeito e um pouco de medo a qualquer tipo de violência entre eles”; “muito bom, vai ajudar e orientar os alunos em como agir diante de uma situação difícil”.

Foi registrada também a percepção ainda que discreta de que a polícia pode inibir os atos de violência entre os estudantes na medida em que impõe “um pouco de medo”, transparecendo o estigma repressivo da atuação policial e coadunando com o dizer de Waiselfisz (2015) ao considerar a violência uma linguagem validada pela sociedade, quando esta se omite na adoção de normas e políticas capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos tensionando a vida cotidiana e aprofundando as desigualdades e promovendo injustiças visíveis.

As contribuições dos pais dos estudantes para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar seguem apresentadas no Gráfico 8.

**Gráfico 8** – Sugestões dos pais/responsáveis para melhorias na atuação da Ronda Escolar



Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Observa-se que a questão da violência escolar é percebida e preocupa os pais ou responsáveis pelos estudantes, tendo a Ronda Escolar sua importância reconhecida nesse cenário. Fica registrado em algumas falas o reforço ao caráter repressivo e intimidatório da Polícia Militar, em detrimento da prevenção. Contudo, o caráter preventivo e protetivo também é reconhecido ao ser apoiada a ideia de uma maior aproximação; percebe-se ainda, certo desconhecimento sobre o trabalho e as possibilidades de atuação da Op. Ronda Escolar, conforme as falas: “Eu acredito que a polícia mais junto ao cidadão vai ser uma espécie de trabalho preventivo aos fatos ocorridos e de prevenção a toda a população”; “que o pai ou responsável se inteire se essa ronda existe e continue”; “que fosse mais rigorosa para que desse mais medo e com isso diminuísse as drogas e a violência nas escolas”.

Percebe-se mais uma vez que, ao mesmo tempo que a Ronda Escolar pode representar e efetivamente atuar de forma preventiva e promissora na orientação e redução da violência em

ambiente escolar, terá que manter estreita observância das tênues circunstâncias que envolve a atuação policial pois qualquer descuido poderá destoar das ações pretendidas, distorcendo a atividade, comprometendo o caráter protetivo e preventivo em detrimento do estigma repressivo persistente no imaginário popular. Requer, portanto uma atuação integrada e acompanhada por órgãos do sistema de defesa social, a exemplo do Ministério Público e o Conselho Tutelar, cuja participação é de significativa e balizadora para o alcance e envolvimento dos demais atores envolvidos no processo. Favorece ainda a redução das resistências e maior estímulo às ações inovadoras e integradas, aproximando a comunidade escolar desses órgãos, consoante as considerações quanto à participação e envolvimento dos diferentes atores na elaboração e implementação das políticas públicas defendidas por Muniz e outros (1997), Balestreri (1998), Carvalho e Silva (2011), Rua (2012), Secchi (2013), entre outros que embasam esse estudo, e também no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

Prossegue-se a análise dos resultados obtidos a partir das percepções dos policiais militares que atuam na Operação Ronda Escolar.

#### 4.7 A VISÃO DOS POLICIAIS MILITARES DA RONDA ESCOLAR

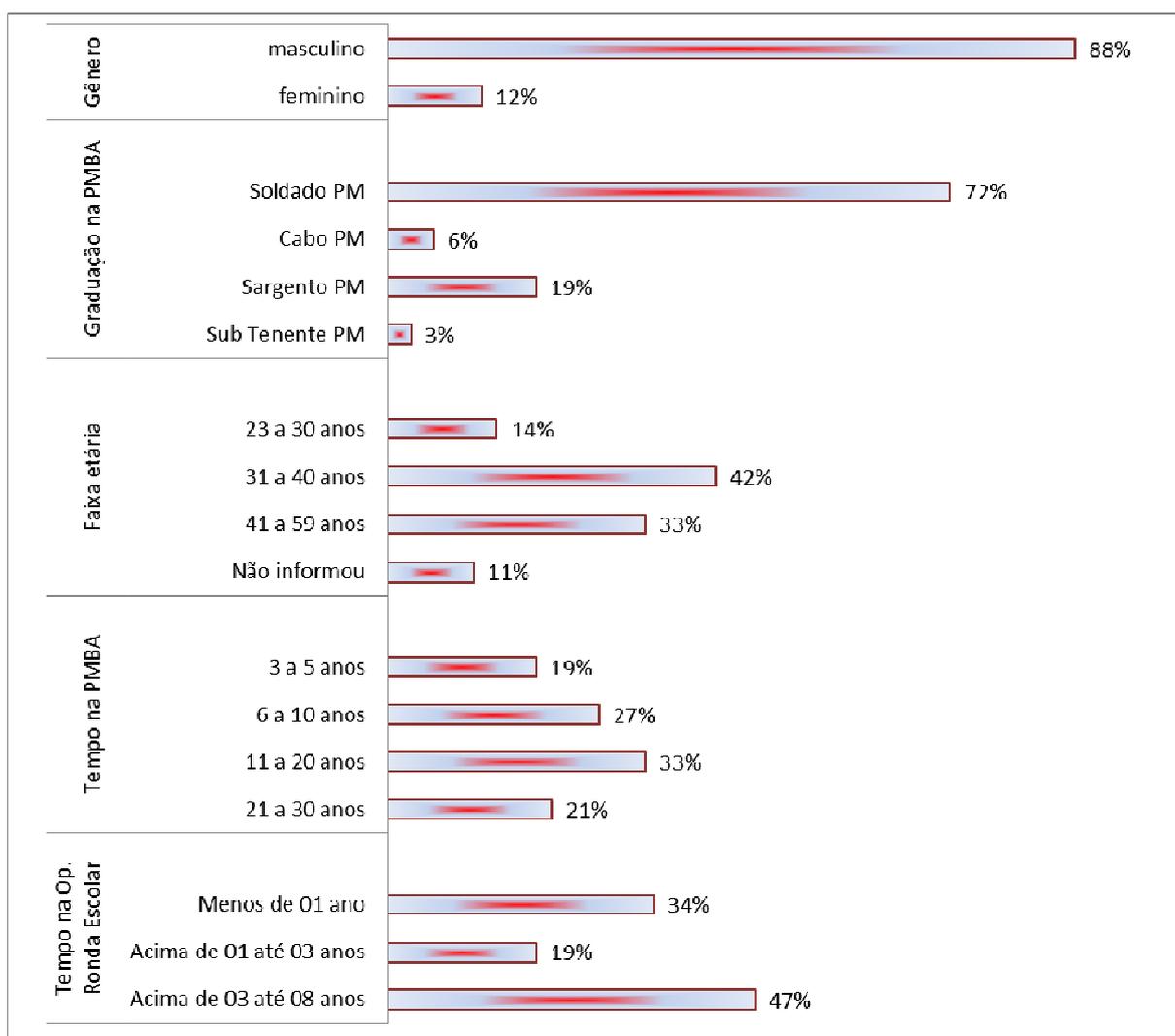
Na abordagem desses atores sociais foram aplicados questionários aos policiais militares que atuavam na Operação Ronda Escolar nos meses de abril e maio de 2016, alcançando 80% do efetivo escalado para atendimento direto às unidades de ensino da capital baiana. Junto aos 64 respondentes, verificou-se, entre outros resultados, que possuem média de 38 anos de idade, tempo médio de treze anos de serviço na PMBA e três anos e meio em média de atuação na Op. Ronda Escolar. Buscou-se delinear aspectos quanto ao perfil desses agentes de segurança escolar, sua qualificação para a atuação e outros aspectos referentes ao desenvolvimento do serviço quanto ao atendimento, às dificuldades e potencialidades dessa atuação para a prevenção/ redução da violência escolar além da promoção da cultura para paz e a cidadania.

Para tanto segue a análise dos resultados cujos dados estão apresentados sob a forma de gráficos e quadros.

#### 4.7.1 Perfil dos policiais militares da Op. Ronda Escolar

Percebe-se, conforme dados apresentados no Gráfico 9, que os policiais da Operação Ronda Escolar são em sua maioria do gênero masculino, estando na graduação de Soldado PM, na faixa etária de 31 a 40 anos de idade, estando na Corporação entre 6 e 20 anos de serviço. Quanto ao tempo no policiamento escolar observa-se que, apesar da maioria dos policiais estarem na Operação a mais de três anos, 34% possui menos de um ano na atividade da Ronda Escolar suscitado uma renovação não sendo objetivo desse estudo a motivação, se de ordem administrativa e/ou operacional. Contudo, tem-se como resultado a presença de policiais experientes na atividade policial e especificamente na Ronda Escolar.

**Gráfico 9** –Perfil dos Policiais Militares que atuam na Ronda Escolar



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quanto à qualificação para o serviço, observa-se nos Gráficos 10 e 11 aspectos da formação técnica e acadêmica que representam um incremento na atuação do Policiamento Escolar.

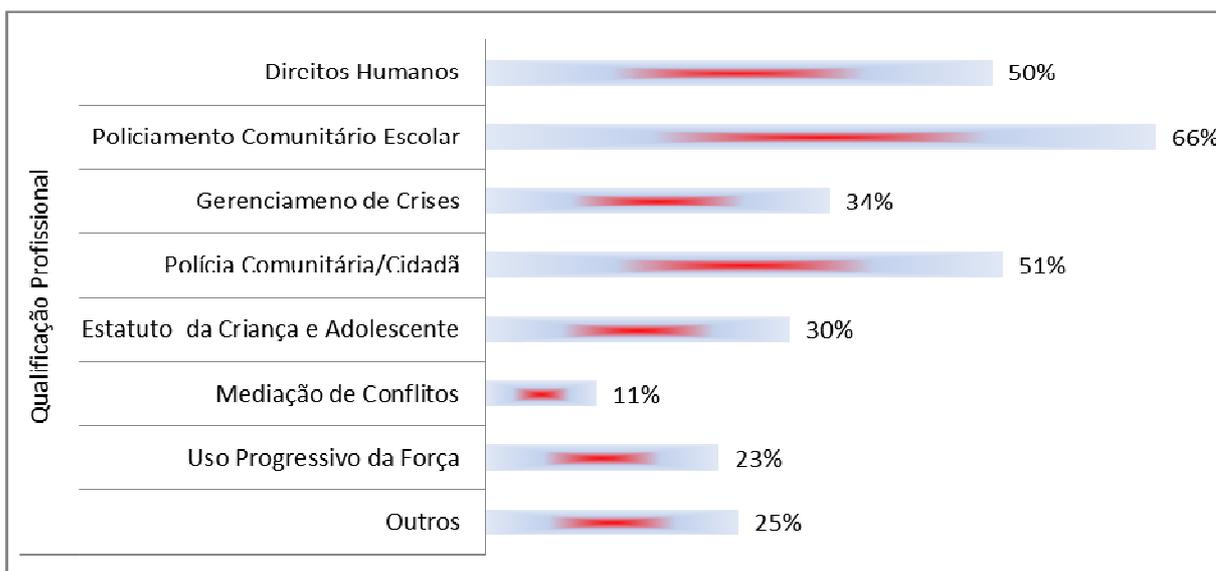
**Gráfico 10 – Escolaridade dos policiais que atuam na Ronda Escolar**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

No que se refere à escolaridade, 58% dos informantes possuem graduação em cursos de Educação Física, Pedagogia, Licenciaturas, Informática, Fisioterapia, Comunicação, além de Administração e Logística, entre outros. Alguns possuem especialização nas áreas de Pedagogia, História e Comunicação/Relações Públicas. Observa-se que a maioria dos policiais tem investido em outras formações na busca de conhecimentos que vêm agregar à sua atividade PM, bem como ao cidadão policial, integrado à comunidade, conforme a dimensão primeira suscitada por Balestreri (1998), favorecendo ainda a superação das resistências e a ressignificação da sua atuação junto à comunidade enquanto policial militar.

**Gráfico 11 – Qualificação profissional dos policiais que atuam na Ronda Escolar**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quanto à qualificação profissional (ver Gráfico 11), 66% possui o curso de Policiamento Comunitário Escolar (PCE), um dos requisitos para o ingresso e permanência na Operação, bem como são informados cursos referentes ao Estatuto da Criança e Adolescente, Direitos Humanos e Polícia Cidadã, além de Mediação de Conflitos, considerados indispensáveis para a atuação mais próxima da comunidade escolar e significativos quanto as orientações de estímulo ao exercício da cidadania e convivência social pautada nos direitos humanos.

Os cursos de qualificação profissional são oferecidos pela SENASP na modalidade de ensino a distância, gratuitos e acessíveis aos integrantes dos órgãos de Segurança Pública. Dentre outros cursos foram relacionados ainda, o de Proteção Ambiental, Prevenção e Proteção a Violência a Mulher, Inglês e Português Instrumental e Redação Técnica, entre outros. Vale ressaltar que algumas disciplinas como Policiamento Comunitário e Polícia Cidadã já integram o currículo de formação do policial militar no estado da Bahia.

Percebe-se, portanto, que os policiais que buscam a Operação RE também procuram aprimorar seus conhecimentos quer na área da segurança quer em outras áreas o que favorece a sua atuação profissional enquanto policial militar e especialmente no PCE. A esse respeito Balestreri (1998, p. 13) argumenta que “do policial contemporâneo, mesmo o de mais simples escalão, se exigirá, cada vez mais, discernimento de valores éticos e condução rápida de processos de raciocínio na tomada de decisões”. Requerendo, portanto, não apenas os conhecimentos técnicos, mas igualmente nas artes didáticas e no relacionamento interpessoal enquanto fundamentais para a geração de policiais que atuem com base na lei e na ordem hierárquica, mas também na autonomia moral e intelectual.

No intuito de verificar a afinidade e o envolvimento dos policiais que atuam na Op. RE com as previsões do Policiamento Comunitário (aproximação, prevenção e parceria com a comunidade), além do interesse na atividade de policiamento escolar dada a especificidade do público, as peculiaridades do serviço e seu potencial socioeducativo preventivo, em detrimento da atuação repressiva e da remuneração (horas extras) decorrente do serviço extraordinário na Ronda Escolar foi questionado o interesse em atuar em uma Unidade Policial Militar, a exemplo de um Batalhão Escolar, no serviço ordinário (rotineiro e sem as horas extras) com a atuação mais próxima e efetiva junto aos estudantes e demais membros da comunidade escolar, através de palestras, aulas, reuniões e projetos socioeducativos, obteve-se como resultado que 63% dos informantes sentem-se motivados a desenvolver a atividade

de policiamento comunitário escolar mesmo sem o incremento financeiro e 37% não tiveram interesse.

Como se vê, a maioria dos policiais respondentes afirmou seu interesse numa atuação mais efetivamente preventiva junto à comunidade escolar, mesmo sem o recebimento de uma remuneração extra pelo serviço. As justificativas para as escolhas seguem no Quadro 21.

**Quadro 21** – Justificativas para a atuar ou não no Policiamento Escolar no serviço ordinário

SIM: 63%	NÃO: 37%
<p>1. Afinidade com o trabalho (PCE)/área educacional e o contato com jovens: <b>14%</b></p> <p>1. Contribuição relevante enquanto pedagogo da cidadania/aproximação e quebra de estigma/trabalho em prol da paz social: <b>52%</b></p> <p>2. A Unidade teria mais efetivo e apoio da instituição; com profissionais qualificados e administração pautada no respeito, dignidade e humanidade (humanística); o serviço seria mais eficiente: <b>6%</b></p>	<p>1. Maior afinidade com a atividade mais operacional da PM/ não tem aptidão para o PCE: <b>13%</b></p> <p>2. Já trabalha em Unidade que desenvolve este trabalho (PCE)/satisfação na Unidade que trabalha: <b>6%</b></p> <p>3. Trabalho bastante delicado, legislação dificulta o desempenho; sem remuneração digna e preparação adequada; PM como solução imediatista com transferência de responsabilidade; não considera uma atribuição da polícia; havendo rejeição por parte da comunidade escolar: <b>15%</b></p>

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Observa-se que dentre as justificativas para atuar no policiamento escolar mesmo que no serviço ordinário os respondentes afirmam a afinidade com a atividade e reconhecem a possibilidade de uma atuação proativa na redução da violência. Reflete a percepção de que a boa atuação junto à comunidade escolar reveste de significados positivos a atividade policial, possibilitando novos olhares seja dos operadores seja da sociedade, ressignificando a relação e aumentando a autoestima, e conseqüente melhoria na prestação do serviço, conforme explicitado por Balestreri (1998) e no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

Quanto às justificativas para não atuar no PCE, além da falta de afinidade/aptidão para o serviço, são destacadas algumas peculiaridades que refletem as dificuldades enfrentadas no atendimento ao público escolar, a exemplo da estreita observância do caráter protetivo previsto no Estatuto da Criança e Adolescente em atenção aos jovens, a importância da qualificação para o serviço e a rejeição por parte de membros da comunidade escolar, além da própria resistência de alguns agentes PM ao abordar a questão quanto a não ser uma função da

polícia. Alegações bem próximas do que acontece em relação à implantação e efetividade do Policiamento Comunitário, abordadas por Muniz e outros (1997), Balestreri (1998), Oliveira (2008) e Rua (2012).

Nesse contexto, são suscitados dois aspectos cruciais acerca da atividade policial militar voltada para a segurança pública e cidadã, que em certa medida se aplica a atuação, efetividade e qualidade do atendimento prestado na atividade de Policiamento Comunitário Escolar. O primeiro se refere à função da polícia, sendo admitida neste estudo a concepção de Bittner (2003) ao traduzir o sentimento da sociedade quanto às expectativas que definem a função da polícia na sociedade moderna:

Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e, terceiro, espera-se que prevaleça em qualquer coisa que faça e que não recuem ao enfrentar oposição (BITTNER, 2003, p. 314).

O segundo aspecto diz respeito às resistências, internas da Corporação PM ou externas da comunidade, no que tange o Policiamento Comunitário. Elas existem e por vezes transparecem de forma subliminar em alguns discursos emergencialistas ou protecionistas, que na prática obstaculizam, acentuando as dificuldades e comprometendo o programa, conforme argumentado por Muniz e outros (1997), quanto à oposição as transformações na doutrina, desaprovação ou medo ao diálogo com a sociedade civil e a exaltação e referência às práticas repressivas como efetivo trabalho da polícia.

Acrescentam Muniz e outros (1997) quanto às resistências externas que a comunidade por sua vez sente-se amedrontada e receosa, gerando dificuldades para a aproximação, levando ao isolamento e limitação à eficácia e à legitimidade do projeto pela falta de participação popular, resultando na dificuldade de implementar as estratégias preventivas através do trabalho educativo e informativo de técnicas de segurança que favoreça a redução medos mediante a maior proximidade, além da falta de respaldo social para enfrentar obstáculos ao seu funcionamento ou para fazer frente às pressões contra a continuidade da política (MUNIZ et al., 1997, p. 199).

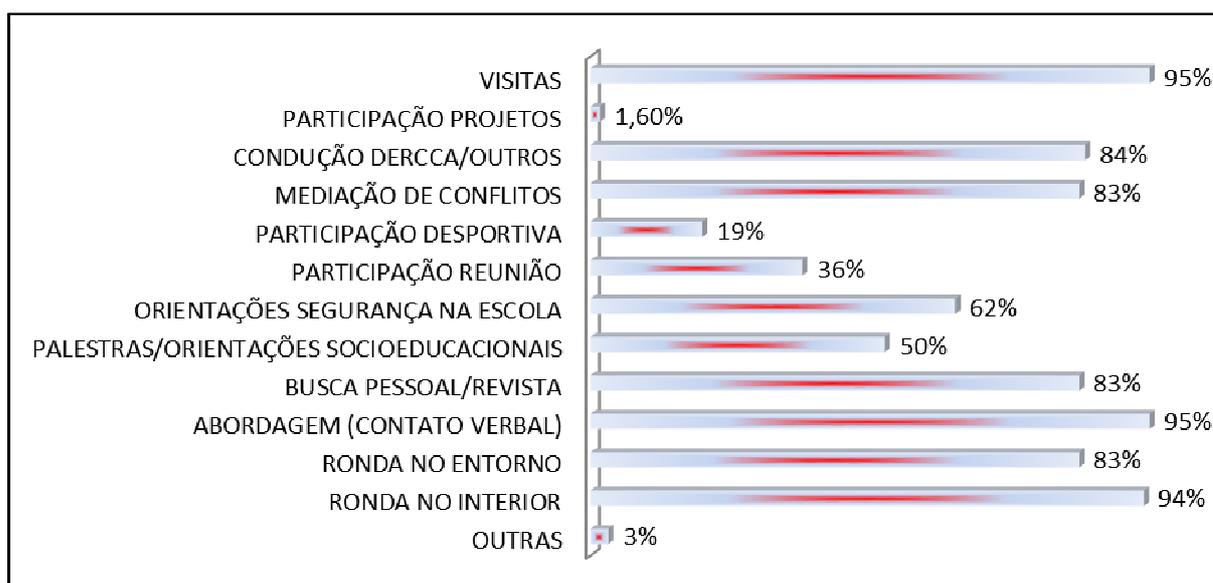
Assim, percebe-se a complexidade que novos programas e estratégias de enfrentamento a violência e criminalidade tem se deparado no país, acerca das resistências e outras

dificuldades para sua efetivação, ressaltando a imprescindível participação da comunidade e dos órgãos de apoio fundamentais na fase da implementação dessas políticas, desde a identificação do problema público, fomentando o envolvimento e a responsabilidade na consecução dos objetivos e, por conseguinte os resultados.

Por certo as nuances que envolve o policiamento comunitário escolar trazem maiores inquietações e responsabilidades para os demais atores sociais, dada a especificidade do público, crianças e adolescentes, e o ambiente formativo e socializador da escola. Contudo, a questão da violência em meio escolar está presente e fazem-se necessárias medidas para preveni-la e mitigá-la, superando-se as desconfianças acerca da função da polícia e sua qualificação para o serviço, sem prescindir da educação continuada e do envolvimento de toda a comunidade escolar, pela parceria e reconhecimento de que a questão da segurança naquele ambiente é de responsabilidade de todos e de cada segmento, ensejando assim a interação, o planejamento e a integração das atividades conjuntamente definidas para solução do problema, consoante ao preceituado por Muniz e outros (1997), Balestreri (1998), Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013).

Na sequência segue-se a apresentação dos resultados obtidos quanto a percepção dos policiais da Ronda quanto as atividades desenvolvidas durante o serviço, conforme Gráfico 12 a seguir.

**Gráfico 12 – Atividades desenvolvidas durante o serviço da Op. RE**



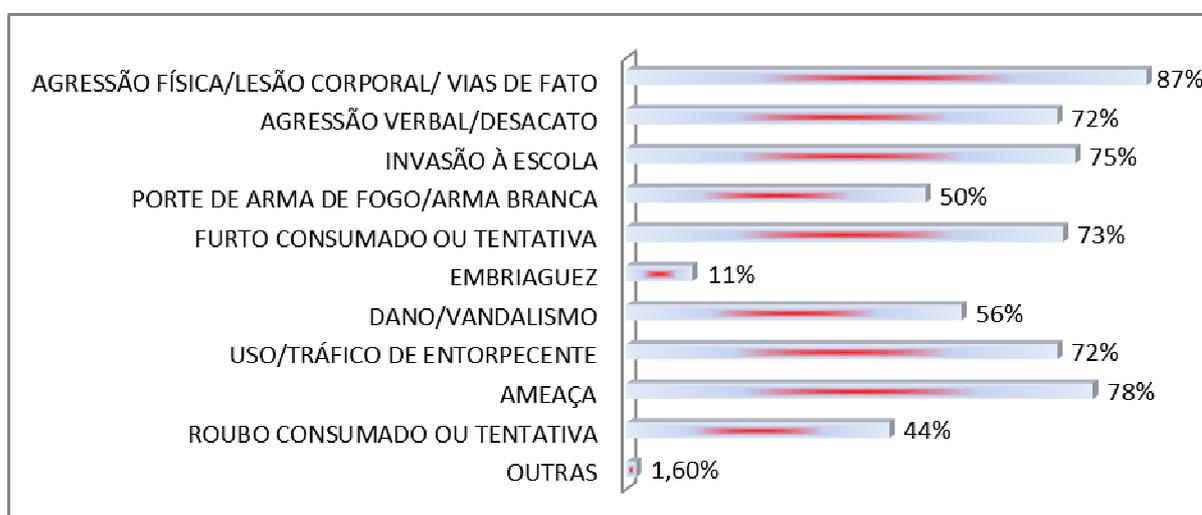
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Observa-se que a visita às Unidades de Ensino (95%) caracteriza a principal atividade desenvolvida pela Ronda Escolar sendo também o indicador de atendimento e efetividade do serviço para os demais atores da comunidade escolar. As rondas no interior da escola (94%) e o contato verbal (95%) também são referenciados e aliados à mediação de conflitos (83%) e as orientações de segurança (62%) refletem certa atuação preventiva do PCE. Contudo, ao conjugar a mediação de conflitos (94%) e as conduções (84%) aliadas a abordagem/contato verbal (95%) e a busca pessoal/revista (83%) suscita-se ainda, considerável necessidade da atuação repressiva.

Outro aspecto observado diz respeito a discreta atuação quanto ao potencial preventivo de atividades de cunho socioeducativo que fomentam a maior interação e participação entre os atores sociais envolvidos, a exemplo das palestras, reuniões e projetos. Nesse sentido Rua (2012) argumenta quanto a falta de preocupação com a prevenção na elaboração da política pública geralmente voltada a correção de desvios ou sequelas.

Dentre as principais ocorrências atendidas pelos prepostos da Ronda Escolar, observa-se no gráfico 13, que as agressões físicas/lesões corporais/vias de fato (87%) destacadamente são as situações que mais demandam o atendimento pela PM, o que confirma o indicativo e as alegações dos gestores, principalmente quanto a repercussão e respaldo junto aos pais dos estudantes, a gravidade das lesões e o desdobramento da situação em novos atos de violência entre os envolvidos e seus familiares.

**Gráfico 13 – Principais ocorrências atendidas no serviço da Op. RE**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

As ameaças (78%), agressão verbal/desacato (72%) e os furtos (73%) são ocorrências significativas, especialmente no ambiente escolar, indicando situações cujas medidas preventivas acerca da mediação de conflitos e orientações de segurança além das informações e ações sistematizadas previstas no regimento interno das escolas podem consistir em uma redução significativa dessas ocorrências.

Os índices das ocorrências referentes ao uso/tráfico de entorpecentes (72%), a invasão a escola (75%) e o porte de arma de fogo/arma branca (50%) se contrapõem as percepções dos estudantes da escola pesquisada neste estudo. Contudo, mesmo considerando que a percepção dos policiais baseia-se na totalidade das instituições de ensino por eles atendidas, duas observações são pertinentes. A primeira suscita a falta de conhecimento dos estudantes e de tratamento pela gestão escolar da questão da violência e insegurança, seja através de projetos voltados a conscientização e promoção da não violência, seja pela sensibilização, envolvimento e diálogo acerca das situações que afligem a comunidade escolar, refletindo uma lacuna à cidadania, certo despreparo e a falta de participação dos atores, dentre os motivos da baixa eficácia das políticas, conforme abordado por Muniz e outros (1997), Oliveira (2008), Rua (2012) e Secchi (2013).

A segunda transparece certa miopia da comunidade escolar, ainda comum na sociedade brasileira, quanto à percepção de que a criminalidade e a violência são de responsabilidade exclusiva da polícia. Ao considerar a escola enquanto espaço de criação, transformação e promoção social estima-se o desperdício desse potencial preventivo e quão incipiente tem sido as tentativas para o restabelecimento da sensação de segurança no ambiente escolar. Outrossim, o policiamento comunitário por essência não pode se eximir das tentativas de aproximação e apoio, ciente de que não são poucas, nem simples as atividades já desenvolvidas pela escola no cotidiano, contudo, sendo possível a parceria e o incremento às atividades socioeducativas em apoio às unidades de ensino que desejarem empreender tais projetos.

Para Abramovay e Rua (2002, p. 325), a escola é um local privilegiado de combate às violências por seu potencial estratégico para tecer relações com a comunidade e especialmente com a família, pois os pais são importantes parceiros na prevenção de conflitos nas escolas. Para tanto, a Operação Ronda Escolar ante sua experiência e o tempo de atuação no restabelecimento da sensação de segurança nas escolas percebe a complexidade e a

multicausalidade da violência. Sendo questionados acerca dos fatores que contribuem para os conflitos e atos de violência nas unidades de ensino foram relacionadas entre outras, a falta de educação doméstica (92%) e a falta do acompanhamento e participação dos pais na vida escolar dos estudantes (84%) foram as mais relevantes, dentre outras apresentadas no Quadro 22, coadunando com a percepção dos demais atores sociais abordados nesse estudo.

**Quadro 22** – Fatores que contribuem para a violência escolar – Percepção dos policiais da RE

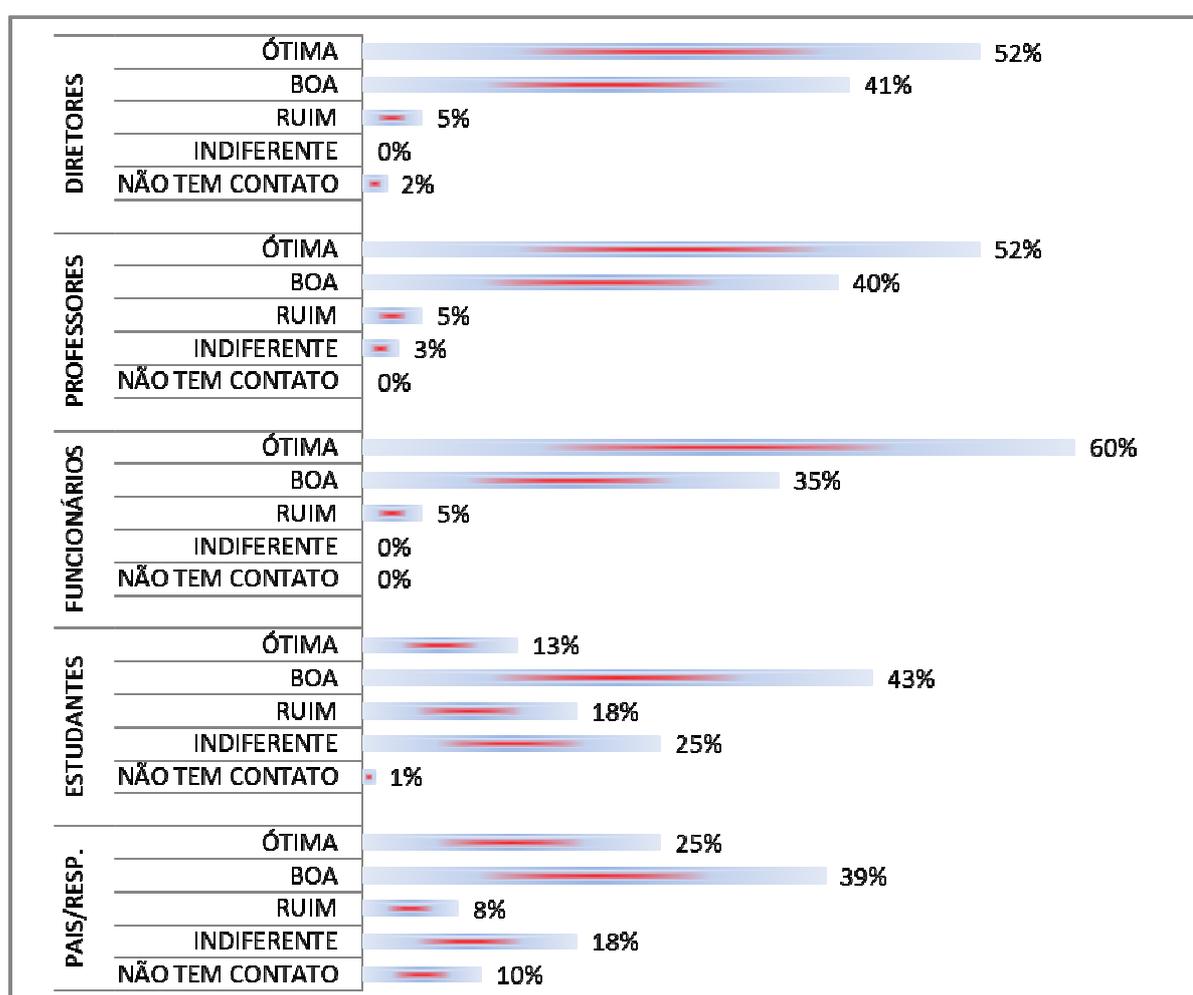
FATORES	%
A falta de educação doméstica dos estudantes	92%
Receio/medo dos gestores e professores em atuar com mais firmeza no dia-a-dia da Escola	61%
Desconhecimento da comunidade escolar das leis, e principalmente do Estatuto da Criança e do Adolescente.	39%
Falta de cumprimento e/ou da existência de um Regimento Disciplinar nas Unidades Escolares.	66%
Os gestores e professores se sentem vulneráveis quando a situação de violência ocorre na Unidade Escolar.	80%
Falta de estrutura física e de equipamentos adequados (carteiras escolares, câmeras de vigilância etc)	50%
Necessidade de maior integração entre a Secretaria de Educação (Unidades Escolares) e os órgãos de defesa social (Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícia Civil – DERCCA e DAI, Juizado de Menores etc)	69%
Falta de acompanhamento e participação dos pais na vida escolar dos filhos.	84%
<b>OUTROS CITADOS PELOS RESPONDENTES:</b>	<b>%</b>
Lei mais severa contra o menor; falta de interesse dos alunos; mostrar aos alunos suas obrigações com a escola; disciplina militar; falta de autonomia dos gestores para expulsar/transferir marginais infiltrados como alunos; aplicação efetiva das leis para bloqueio da delinquência /legislação fomenta a criminalidade; Conselho educacional nas escolas; falta de compromisso dos pais e professores; excesso de proteção/missividade; problemas familiares.	18%

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Observa-se, na percepção dos policiais, que a insegurança e os atos de violência no ambiente escolar são decorrentes da fragilidade das instituições família e escola. A vulnerabilidade dos gestores e professores (80%) compromete a mudança do cenário, vez que sua atuação (61%) junto aos estudantes é essencial no processo de conscientização e balizamento das atitudes sociais para a boa convivência, bem como, para a aplicação do regimento interno (66%) pois a falta de autoridade agrava a situação na lida com os adolescentes. Percebe-se ainda, a necessidade de uma atuação mais próxima e efetiva da Secretaria de Educação e demais órgãos do sistema de segurança social voltados à questão da criança e do adolescente em apoio às escolas e, principalmente, na convocação das famílias à responsabilidade, aos cuidados e à proteção dos jovens.

Nesse cenário muitas vezes os gestores e professores encontram o apoio e a orientação da Ronda que se faz presente em muito dos conflitos recorrentes no espaço escolar. Contudo, sua presença e atuação dos policiais nesse ambiente não é um consenso. As resistências existem por parte dos demais segmentos e por vezes, o gestor sofre represália por parte dos estudantes, principalmente aqueles envolvidos com o tráfico de drogas, quando do acionamento da RE. O Gráfico 14 reflete a aceitação do policiamento escolar na percepção dos policiais que atuam na Operação por parte dos demais atores da comunidade escolar.

**Gráfico 14 – Percepção da aceitação da Op. RE pelos atores da comunidade escolar**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

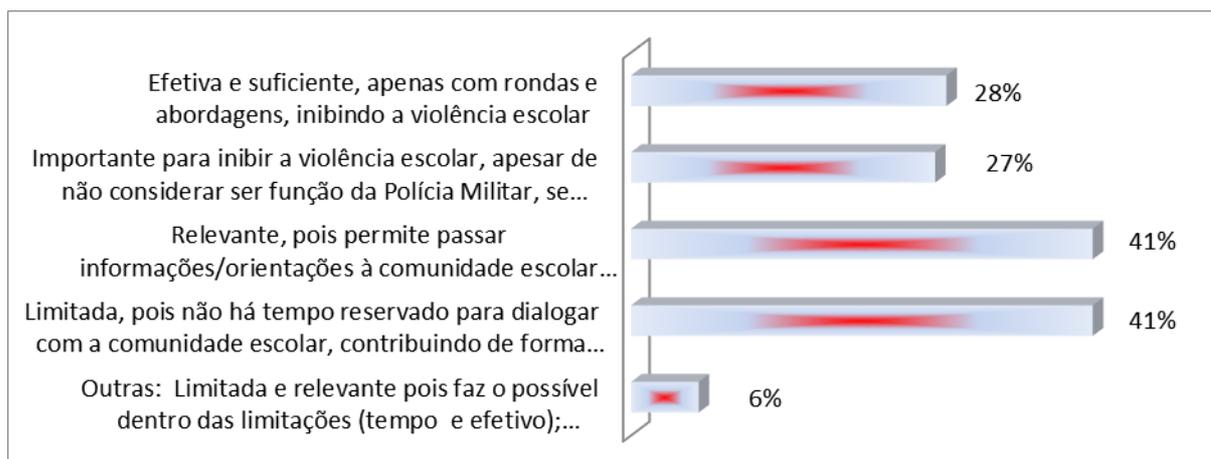
Observa-se que 93% dos policiais respondentes consideram ótima ou boa a receptividade da Op. Ronda Escolar pelos gestores, 92% de aceitação pelos professores e 95% pelos funcionários. Quanto à receptividade pelos estudantes 56% consideram ótima ou boa, mas 43% percebem como ruim ou indiferente. Em relação aos pais ou responsáveis 64% reportam como ótima ou boa, sendo que 26% pontuam como ruim ou indiferente. Outra observação

sinaliza o menor contato e aproximação dos estudantes e seus pais da Ronda Escolar ao ser pontuada em 11% a alternativa ‘não tem contato’.

Contudo, as impressões dos policiais sinalizam que a comunidade escolar é receptiva à atuação da Ronda e, portanto, um canal de diálogo que pode favorecer a maior aproximação e conhecimento acerca do Policiamento Comunitário e principalmente do trabalho preventivo e protetivo da Ronda Escolar, visto que a desinformação e a indiferença acirram as resistências, acentuando os preconceitos e a intolerância, que também ensejam as várias formas de violências. Acerca da aceitação, conforme exposto no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007), ela tende a aumentar a partir da percepção do caráter preventivo e protetivo da RE pela comunidade.

A presença da Ronda Escolar quer pela necessidade da ação repressiva ante os atos de violência e a sensação de insegurança nas escolas quer na ação preventiva através das visitas às unidades de ensino tem acontecido na capital baiana ao longo dos dezessete anos, a partir da formalização do convênio com a SEC no ano de 1999, de modo ininterrupto com certa regularidade. Nesse sentido buscou-se verificar a efetividade e percepção da atuação preventiva da Op. Ronda Escolar junto aos seus agentes, conforme gráfico 15.

**Gráfico 15 – Percepção das contribuições da Op. RE na redução da violência escolar**



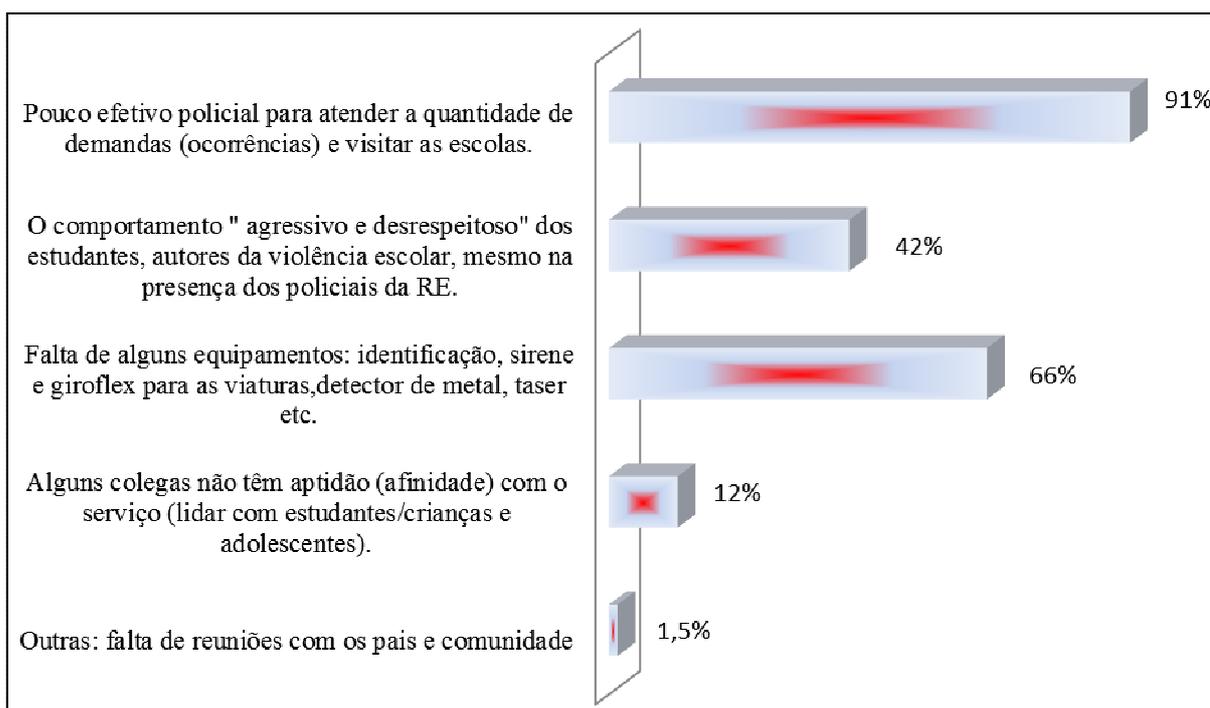
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Verifica-se que a maioria dos policiais (82%) atribui como relevante (41%) a contribuição da Ronda Escolar junto àquela comunidade, porém limitada (41%), na atuação preventiva em prol da paz social, reconhecendo o comprometimento da sua efetividade, a despeito do tempo

e do efetivo insuficientes, levando a menor permanência em determinada unidade de ensino a fim de garantir a presença em outras.

Por certo, não são poucas as dificuldades encontradas pela Polícia Militar para atuar preventivamente e/ou repressivamente no enfrentamento da criminalidade e na proteção da sociedade baiana, nos mais diversos espaços e situações, ante a imprevisibilidade e as formas que a violência vem se manifestando. Estando sob sua batuta prioritariamente e reconhecidamente pela sociedade, cabe-lhe resposta imediata às menores manifestações de desordem ou atentado à segurança pública. Tais dificuldades reverberam também na Operação Ronda Escolar, sendo relacionadas, conforme Gráfico 16, pelos seus agentes as principais dificuldades que comprometem a maior efetividade dessa atuação.

**Gráfico 16 – Dificuldades que comprometem o serviço da Ronda Escolar**



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O pouco efetivo (91%) é considerada a principal dificuldade para o policiamento escolar. Contudo, como dito anteriormente essa é uma questão macro que atinge toda a Polícia Militar e talvez não só da Bahia, a se considerar as dificuldades e situações veiculadas nos canais de comunicação, dado o agravamento da violência no país e ineficiência das políticas de segurança pública. No caso da Operação Ronda Escolar por trata-se de um serviço extraordinário, o contingenciamento financeiro do Estado atinge diversas áreas e secretarias.

Contudo, essa situação reforça a necessidade de uma atuação preventiva por parte das escolas quanto à questão da violência e da insegurança, de modo a otimizar o efetivo existente a ser direcionada às unidades de ensino mais críticas e ao mesmo tempo favorecendo o engajamento e a mudança de atitudes da comunidade escolar quanto a responsabilidade pela sua segurança.

Observa-se acerca dos resultados quanto à efetividade e o comprometimento à melhoria do serviço da Ronda Escolar que os operadores reconhecem a relevância para a promoção da paz mediante a aproximação e interação com a comunidade, sendo pontuada também a ambiguidade quanto à atuação da polícia no ambiente escolar, além das limitações, principalmente quanto ao efetivo empregado, reflexos da inobservância das demandas e da ausência da participação dos atores envolvidos na formulação das políticas, referenciada por Secchi (2013), bem como, a desatenção à fase da implementação, considerada de baixa complexidade conforme Rua (2012), levando ao comprometimento do Policiamento Comunitário Escolar, segundo as argumentações de Muniz e outros (1997) e Oliveira (2008).

Na tentativa de superação de parte das dificuldades acima elencadas, de modo a garantir a segurança no ambiente escolar em face da redução da capacidade de atendimento pela Operação Ronda Escolar, algumas unidades policiais desta Capital, independente do efetivo de serviço nessa operação, têm realizado rondas e visitas e desenvolvido ações socioeducativas nas unidades de ensino existentes em sua área de responsabilidade territorial, contando com efetivo próprio, durante o serviço ordinário (rotineiro), sob as orientações e supervisão pela Coordenação da Op. RE. O que tem favorecido, além da otimização do efetivo da Operação Ronda às escolas mais críticas, a aproximação dos policiais que atuam nos bairros com a sua comunidade escolar, estimulando parcerias e a ressignificação das relações PM e comunidade, ao que aduz Balestreri (1997) e Silva (2014).

Por certo, alguns gestores PM já despertaram para a estratégia de aproximação, prevenção e ressignificação do serviço policial militar através do policiamento comunitário escolar junto aquela comunidade e seu desdobramento à comunidade local. Contudo, vale ressaltar que essa forma de atuação da Ronda Escolar foi anteriormente realizada, inclusive, a atividade de policiamento escolar na Bahia surgiu nesses moldes, vindo a apresentar problemas quanto à descontinuidade quando da troca dos gestores, o desvio da guarnição para a realização de outros serviços e quanto ao atendimento e a qualificação dos prepostos para a atividade ante

as especificidades do público e as nuances do espaço escolar. Requerendo, portanto monitoramento e investimentos no capital humano quanto a preparação e qualificação dos agentes de segurança, além da participação dos demais atores das unidades escolares atendidas para o êxito da ação, conforme referenciam Rua (2012), Secchi (2013) e Silva (2014), além do *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária* (BRASIL, 2007).

Diante das dificuldades elencadas pelos policiais da Op. RE buscou-se ainda suas sugestões para a melhoria do serviço prestado à comunidade escolar, expostas no Quadro 23, agrupadas nas categorias gerencial, operacional e sociopedagógicas para fins de uma apresentação mais didática, sendo que algumas delas indicam relativa sobreposição tendo sido destacada na categoria que melhor se ajusta.

**Quadro 23** – Sugestões dos policiais para melhorias do serviço da Ronda Escolar

GERENCIAL	%
- Capacitação para os integrantes da RE (presencial – troca de experiências, informações e orientações)	7%
- Qualidade das condições de trabalho (remuneração, aumento da CH; prioridade para os PMs que atuem na área da educação)	9%
- Reuniões entre SEC, RE e gestores escolares, evitando ruídos; reuniões periódicas da RE com a comunidade escolar	9%
- Melhor tratamento com os policiais para melhor tratar a comunidade escolar	2%
- Mais rigor com os alunos infratores	2%
- Conciliar as atividades preventivas da PM/RE com as demandas escolares para a paz social e o desenvolvimento das atividades educacionais.	2%
OPERACIONAL/INFRAESTRUTURA	%
- Aumento do efetivo/viaturas (melhor e mais rápido atendimento às demandas)	65%
- Giroflex e sirene	16%
- Armamento não letal; retorno das motocicletas; identificação específica para os PMs da RE; intensificação das rondas externas; detector de metal no acesso às escolas.	7%
SOCIOPEDAGÓGICO	%
- Mais palestras; agregar a RE com atividades educativas esportivas; programa de socialização com os alunos; mostrar a importância do serviço da RE/PMBA.	21%
- Articulação e efetiva interação e atuação dos órgãos de apoio e proteção aos jovens (MP, DERCCA, DAÍ, Juizado de Menores, Conselhos Tutelares, SEC, gestores escolares e RE; chamamento e apoio/orientação aos pais para maior e melhor acompanhamentos dos jovens.	9%
- Conciliar as atividades preventivas da PM/RE com as demandas escolares para a paz social e o desenvolvimento das atividades educacionais.	2%

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O resultado referente à percepção dos policiais atuantes na Operação Ronda Escolar são relevantes enquanto reflexo do atendimento às diversas unidades de ensino da capital baiana

sejam no âmbito municipal, estadual e federal, públicas ou privadas, e atualmente nos diversos níveis de ensino, a exemplo de faculdades e outros institutos que demandam sua presença. As experiências desses profissionais e as trocas de conhecimentos ao longo da existência e atuação da Ronda Escolar suscitam uma expertise que não pode ser desprezada ao se pensar em políticas públicas de prevenção e controle à violência e criminalidade em ambiente escolar.

Para tanto, requer a maior interação e o compartilhamento de conhecimentos, orientações e responsabilidades que resultem em ações exitosas na construção da cultura para a paz e no controle do problema da insegurança nas escolas, quiçá na sociedade. Essa reflexão coaduna com as argumentações de Silva (2014) quanto ao aumento do potencial de resolutividade, com Rua (2012) quanto à desconexão entre a oferta e as demandas, e nesse sentido a tomada de decisões a partir da oferta, e a necessidade de articulação e integração das instituições e órgãos envolvidos, além do planejamento participativo conforme Secchi (2013).

Por conseguinte a análise das impressões do Gestor PM acerca do serviço realizado pela Op. Ronda Escolar e os possíveis direcionamentos.

#### 4.8 A VISÃO DO GESTOR PM – COMANDANTE GERAL DA PMBA

Das palavras do Comandante Geral da PMBA, o Cel QOPM Anselmo Alves Brandão, pode-se verificar o reconhecimento da importância do Policiamento Comunitário Escolar enquanto extensão do Policiamento Comunitário e seu potencial de aproximação e de ressignificação da relação PM e comunidade. Avalia que o serviço prestado à comunidade escolar tem resultados exitosos na redução da violência e favorecido a integração dos policiais com os demais atores envolvidos.

Dentre as dificuldades para as melhorias do serviço da Ronda Escolar o entrevistado aborda a falta de conscientização da sociedade acerca da atividade policial e as resistências dela proveniente, a partir das distorções ao considerar a presença do policiamento enquanto uma intervenção. Contudo, devido à violência em meio escolar o policiamento se faz necessário, favorecendo a quebra de paradigma e minorando os possíveis desconfortos.

No momento não considera viável a criação de um batalhão escolar na estrutura da PMBA. Acredita que o policiamento escolar deva ocorrer a responsabilidade das Unidades Policiais

em atendimento as instituições de ensino das suas respectivas áreas territoriais, vez que há policiamento em todas as áreas onde estão as escolas. Requerendo para tanto, a melhor preparação dos policiais, sem tirar a Ronda Escolar como Operação, mas incrementando o serviço com policiais dos bairros realizando também o policiamento comunitário escolar.

Argumenta ainda que a especialização decorrente da existência de um batalhão escolar geraria dificuldades porque nessa realidade as pessoas se limitam a espaços, o que poderia comprometer o atendimento, visto que, na cultura da Corporação, em havendo uma unidade especializada as demais se sentem descomprometidas com a questão, não sendo, portanto, recomendado criar rotulações e especializar um batalhão em unidade de policiamento escolar. Nesse contexto, considera a Operação Ronda Escolar um suporte ao policiamento escolar a ser desenvolvido pelas Companhias PM desta Capital, em reforço, dispondo de policiais mais experientes nessa lida, apoiando os policiais dos bairros em atenção às escolas.

Quanto à possibilidade de uma atuação mais próxima e integrada dos prepostos da Ronda com a comunidade, afirma ser esse o caminho, constituindo uma rede constante e permanente de ações transversais em que a Ronda Escolar funcionaria como elemento facilitador das relações de aproximação entre a polícia e a comunidade. A Ronda Escolar atuaria num primeiro momento, na chegada da polícia à escola; e o Proerd viria no segundo momento, com a capacitação e a melhor conscientização dos jovens com relação às ações voltadas para a cidadania.

Assim, nos direcionamentos da Ronda Escolar pelo Comandante Geral da PMBA, verifica-se a pretensão quanto a descentralização operacional do policiamento comunitário escolar mediante a gestão administrativa centralizada pela Coordenação da Operação RE, atribuindo às unidades de policiamento dos bairros a responsabilidade no atendimento às escolas das suas respectivas áreas territoriais.

Nesse contexto, chega-se ao final da análise dos resultados da pesquisa de campo, sendo a partir de então registradas as considerações finais e perspectivas propositivas que compõem a conclusão desse estudo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de analisar as contribuições da Ronda Escolar à redução da violência nas Unidades Escolares de Salvador na percepção de diferentes atores, este estudo buscou analisar também as percepções desses atores acerca da satisfação e da presença de demandas não atendidas, no tocante ao serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades estaduais de ensino da cidade de Salvador – Bahia. Para tanto foram mapeadas as principais demandas das unidades escolares à Operação, identificadas as percepções dos gestores escolares e da PMBA, professores, funcionários, estudantes e seus pais sobre o atendimento pela Ronda Escolar, bem como dos policiais que nela atuam acerca do potencial preventivo do serviço para a segurança nas escolas, explicitando ainda as similaridades e divergências observadas nessas percepções, culminando em proposições voltadas à maior efetividade do serviço de policiamento comunitário escolar.

Foi reconhecida a importância do serviço de policiamento comunitário escolar realizado pela Operação Ronda ao longo dos mais de dezessete anos de atuação na capital baiana na percepção dos diferentes atores ouvidos neste estudo e envolvidos no processo de enfrentamento da violência em meio escolar. Contudo, os achados demonstram pouca efetividade das ações implementadas diante da redução da capacidade de atendimento das unidades escolares pelo diminuto efetivo empregado na Operação, considerando-se a quantidade de unidades de ensino e ainda o agravamento da violência social, o que inegavelmente repercute no espaço escolar, além da falta de programas e projetos nas escolas voltados a discussão do tema e a adoção de medidas para mitigar a violência pela comunidade escolar.

Observa-se que a Operação Ronda Escolar, apesar de padecer com as dificuldades inerentes a implementação das políticas públicas e de segurança quanto à fragmentação, a falta de articulação horizontal e setorial, a descontinuidade das políticas governamentais, a discreta participação social entre outras, tem sido a ação pública mais constante e efetiva realizada no intuito de garantir a proteção e a sensação de segurança para o desenvolvimento das atividades no espaço escolar. Quer realizada pelos prepostos policiais durante o serviço ordinário (rotineiro), quer durante o serviço extraordinário mediante o recebimento de horas extras, não foi verificada a interrupção dessa política. Contudo, são descritos aspectos

significativos quanto à qualidade do atendimento, a subutilização do potencial preventivo e o seu alcance dentro das prescrições de aproximação, parceria e ressignificação previstas no policiamento comunitário, enquanto alternativa de enfrentamento da criminalidade e violência no país.

Evidencia-se, portanto, que o modelo *top down* (de cima para baixo) de política pública de segurança adotada no país não têm sido o mais adequado às crescentes demandas sociais, inclusive no ambiente escolar, apresentando limitações à participação social, imprescindível à legitimidade, justiça e eficácia das políticas públicas (FUNG, 2006 apud SECCHI, 2013), comprometendo desde o nascedouro o adequado delineamento do problema, pela inobservância das informações e conhecimentos dos atores envolvidos e aos quais se destina. Considerando a elaboração e as decisões tomadas na esfera política, separadas e praticamente estanques, da implementação pela esfera administrativa, a quem compete superar toda ordem de dificuldades e obstáculos, sequer suscitados na elaboração, contudo, recaindo sobre essas agências implementadoras todas as falhas e conseqüente fracasso da política pública, configurando um “lavar as mãos” no dizer de Secchi (2013) e conhecido na literatura política como “deslocamento da culpa”.

No contexto nacional, em face do histórico político e cultural, apesar dos avanços após o processo de democratização, percebe-se que as políticas de segurança pública ainda são impostas e fracassam no atendimento às demandas por segurança pública, conforme dados do *Mapa da Violência 2015*, cuja carga de violência atinge letalmente a juventude brasileira, ensejando políticas voltadas à segurança desse público também no ambiente escolar. Assim, nesse estudo são evidenciadas pelos diferentes atores barreiras ideológicas reforçadas pelos recorrentes questionamentos quanto à função da polícia e a pertinência de sua atuação junto às escolas dificultando a maior aproximação e a realização de um trabalho mais articulado, integrado e eminentemente preventivo junto à comunidade escolar. Reflexos do passado histórico e os resquícios do período ditatorial essa miopia social decorrente ainda da presente e constante atuação repressiva imediata da Polícia Militar, prevista dentre suas atribuições legais, ante o agravamento da criminalidade e violência. Outra barreira diz respeito à percepção por grande parte da sociedade e de certas autoridades da questão da segurança pública enquanto problema exclusivo das polícias, cabendo-lhes o enfrentamento e soluções.

Contudo, a Ronda Escolar acontece e tem superado algumas barreiras como a desinformação,

o isolamento e os estigmas acerca da atuação meramente repressiva e descomprometida do contexto social, mais atinente ao modelo de policiamento tradicional ainda presente no contexto institucional, repercutindo na sociedade e gerando desconfiança e outras violências. Os avanços, apesar de discretos e de efeitos a médio e longo prazo, tem possibilitado o acesso à informação e a percepção da atuação preventiva e protetiva da Ronda pela comunidade escolar, superando as resistências e ensejando a maior demanda pela presença e permanência dos prepostos policiais nas unidades de ensino.

O potencial preventivo do serviço da Ronda, assim como a própria existência da Operação e seu papel protetivo e preventivo junto à comunidade escolar, ainda é desconhecido pela maioria dos estudantes e seus pais/responsáveis, quer pela desinformação dessa possibilidade quer pelas resistências, desconfianças e conveniências de alguns atores. Contudo, ao ser suscitada a participação e maior interação através de atividades socioeducacionais em apoio às realizadas pela escola e voltadas às informações e orientações de segurança, cidadania e direitos humanos, a ideia é bem acolhida ressaltadas as melhores condições de capacitação e qualificação dos agentes de segurança, a integração e maior envolvimento dos demais atores.

Entende-se que a maior contribuição desse trabalho reside na sistematização de informações e conhecimentos acerca do policiamento comunitário realizado pela Operação Ronda Escolar, junto às unidades de ensino de Salvador – Bahia, especialmente explicitando seu inexplorado potencial preventivo, enquanto estratégia de (re)aproximação e ressignificação da atuação policial e da percepção da sociedade do papel social e das atribuições da Polícia Militar para sua proteção e a segurança. Observa-se que as barreiras ideológicas e a desinformação, além da falta de diagnósticos e índices confiáveis, vez que não estão claramente estabelecidos, além da ausência de participação e envolvimento dos atores sociais com a questão da segurança no ambiente escolar estão entre as limitações a esse estudo, e por certo, às melhorias das ações voltadas ao restabelecimento da sensação de segurança nas escolas e à paz social.

Assim, sugerem-se estudos futuros voltados à participação social quanto à escuta qualificada e oportuna da comunidade escolar no estabelecimento das políticas públicas a ela direcionada, assim como do policiamento comunitário escolar realizado a partir das Bases Comunitárias de Segurança Pública, considerando as significativas contribuições da Operação Ronda Escolar à redução e ao controle da violência nas unidades de ensino dessa capital e a possibilidade de uma mudança de cultura na prática policial à luz do policiamento comunitário.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas Escolas**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2002.

ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea**. 1996. 282 p. Tese (Concurso de Livre-Docência em Ciências Humanas) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

ALVES, Iron Pedreira. Uma possibilidade contra a violência: a educação para a paz como tema transversal. **Revista da FAEEBA**, Salvador, v. 9, n. 14, p. 21-28, jul./dez. 2000.

AMORIM, Antônio. **Escola: uma organização social complexa e plural**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2007.

ANJOS, Dolmar dos; SOUZA, Robson de Oliveira. **Institucionalização da Operação Ronda Escolar em Batalhão de Policiamento Escolar na PMBA**. Monografia (Especialização) – Universidade do Estado da Bahia/Academia de Polícia Militar, Salvador, 2012.

BAHIA. Casa Civil. Decreto n.º 11.216, de 18 de setembro de 2008. Cria o Programa de Melhoria da Segurança nas Escolas. Salvador, 2008. Disponível em: <<http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75326/decreto-11216-08>>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Segurança Pública. Lei n.º 12.357, de 26 de setembro de 2011. **Pacto Pela Vida**. Disponível em: <[www.pactopelavida.ba.gov.br/](http://www.pactopelavida.ba.gov.br/)>. Acesso em: 23 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Segurança Pública. **Ronda Escolar**. Salvador, 2003. Disponível em: <[www.ssp.ba.gov.br/programas/](http://www.ssp.ba.gov.br/programas/)>. Acesso em: 22 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação. **Plano de Trabalho**. 3º Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica, n.º 001/2009. Salvador, 2008.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos humanos: coisa de polícia**. Edição Capec. Passo Fundo: Paster, 1998.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 3. ed. Passo Fundo: Capec, 2003.

\_\_\_\_\_. **Polícia e Direitos Humanos: do antagonismo ao protagonismo: um Guia para as ONGs sobre parcerias educacionais**. Porto Alegre: Pallotti, 1994.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2003. (Série Polícia e Sociedade; n. 8)

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, Alberto. **Polícia Comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. 2. ed. Curitiba: Comunicare, 2004.

BORGES, Alberto Salles Paraíso; BOAVENTURA, Pedro Nascimento. **Sistema de Policiamento Integrado**. Salvador: PMBA, 2009.

BORGES, Alberto Salles Paraíso. **Histórico da Polícia Comunitária no Brasil e na Bahia**. Salvador, 19 abr. 2013. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2667&Itemid=998](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2667&Itemid=998)>. Acesso em: 20 out. 2016.

BRASIL. Casa Civil. Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal n.º 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Policiamento Comunitário Escolar**. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso de Políticas Públicas de Segurança Pública**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária**. Brasília: Ministério da Justiça, 2007.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**. 5. ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CAMPOS, Artur Sérgio Araújo de. **Policiamento Comunitário Escolar na RMS**: uma análise diagnóstica. Trabalho Técnico Profissional apresentado para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia de Polícia Militar, Salvador: 1999a.

\_\_\_\_\_. **Policiamento Comunitário Escolar na RMS**: uma Proposta. Trabalho Técnico Final apresentado para aprovação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Academia de Polícia Militar, Salvador, 1999b.

CARVALHO, Ana Amélia Xavier de; SANTOS, Eduardo da Costa. **Operação Ronda Escolar na PMBA**: análise das atribuições e contribuições na perspectiva do policial militar na cidade do Salvador-Ba. 2014. Monografia (Especialização) – Universidade do Estado da Bahia/Academia de Polícia Militar, Salvador, 2014.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan/jun. 2011.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1999. (Coleção polícia amanhã; textos fundamentais de polícia; 2)

COSTA, Ivone Freire; BALESTRERI, Ricardo Brisolla (Org.). **Segurança no Brasil**: um campo de desafios. Salvador: EDUFBA, 2010.

CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves; BARBOSA, Allan Claudius Queiroz. Modelos de policiamento para a gestão de segurança pública. In: ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26., 2002, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2002, p. 1-11.

DRUCKER, P. Civilizando a cidade. In: HESSELBEIN, F. **A comunidade do futuro**. São Paulo: Futura, 1998.

DUARTE, M. **A escola como espaço simbólico das representações sociais: o cultural, o político e o social em uma escola pública de Belém do Pará**. São Paulo: PUC-SP, 1998.

FIGUEIREDO, M. Z. A.; CHIARI, B. M.; GOULART, B. N. G. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualiquantitativa. **Distúrbios de Comunicação**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 129-136, abr. 2013.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos dias atuais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, ano 3, edição 5, p. 110-114, ago./set. 2009.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas da EAESP/FGV**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995.

IBGE. **Infográficos: Escolas, docentes e matrículas por nível**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <[www.ibge.com.br/cidadesat/painel/educacao.php?Lang=\\_PT&codmun=292740&search=bahia%7Csalvador%7Cinfograficos:-escolasdocentes-e-matriculas-por-nivel](http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/educacao.php?Lang=_PT&codmun=292740&search=bahia%7Csalvador%7Cinfograficos:-escolasdocentes-e-matriculas-por-nivel)>. Acesso em: 20 nov. 2014.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. **Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social**. Brasília: Liber, 2005.

\_\_\_\_\_. O sujeito coletivo que fala. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, São Paulo, v. 10, p. 517-524, 2006.

NEV/USP. **Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança**. São Paulo: NEV/USP, 2009.

MAGALHÃES, Ana Paula de Cerqueira Virgens; LIMA, Edleusa José Britto Araújo. **Ronda Escolar – Limites e Possibilidades: Elaboração de Protocolo para a Atuação Qualitativa da Polícia Militar em Ambiente Escolar de Salvador**. 2016. 96 f. Monografia TCC (Especialização em Segurança Pública) – Polícia Militar do Estado da Bahia, Academia de Polícia Militar, Salvador, 2016.

MARCINEIRO, Nazareno. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MEDEIROS, Alexsandro M. Políticas Públicas. **Consciência Política**, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.portalconscienciapolitica.com.br/ci%C3%A9ncia-politica/politicas-publicas/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: vozes, 1994.

MUNIZ, Jaqueline. A crise de identidade das polícias militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. **Security and Defense Studies Review**, Washington DC, v. 1, p. 22-25, 2001.

MUNIZ, Jacqueline; LARVIE, Sean Patrick; MUSUMECI, Leonarda; FREIRE, Bianca. Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 197-213, maio 1997.

OLIVEIRA, Windson Jeferson Mendes de. **A policialização da violência em meio escolar**. 2008. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ORNELLAS, Maria de Lourdes Soares; RADEL, Daniela Chaves (Coord.). **Violência na escola: grito e silêncio**. Prefácio Ivany Pinto Nascimento. Salvador: EDUFBA, 2010.

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA. **Proerd**. Salvador, 21 jun. 2010. Disponível em: <[http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=290:proerd&catid=47:institucional&Itemid=173](http://www.pm.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=290:proerd&catid=47:institucional&Itemid=173)>. Acesso em: 22 set. 2015.

ROCHA, Antonio Sebastião dos Santos. **Base Comunitária de Segurança: dimensão da subjetividade no desempenho do Policiamento Comunitário**. 2015. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança) – Universidade do Estado da Bahia/Academia de Polícia Militar, Salvador, 2015.

RUA, Maria das Graças. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADÃO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

SALLA, F. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Revista Lusotopie**, Paris, v. 10, p. 419-435, 2003.

SANTOS, Ubiracy Vieira dos. **Ronda Escolar como operação fundamental para o funcionamento de escolas públicas em bairros de elevado índice de criminalidade: uma análise crítica**. Monografia (Especialização). Universidade do Estado da Bahia/Academia de Polícia Militar. Salvador, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SECCHI, L.; PLEBANI, F. The level of participation in deliberative arenas. In: ENCONTRO DA ANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2006.

SILVA, André Ricardo Guimarães da. **Uma análise da Portaria 106-CG/12 e do policiamento comunitário desenvolvido nas bases comunitárias instaladas no Nordeste de Amaralina, em confronto com os critérios identificadores do Sistema Koban**. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policiamento comunitário**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002. (Série Polícia e Sociedade; n. 6)

SOUZA, Celine. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez 2006.

SOUZA, Mônica do Prado de. **Segurança Pública e Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar**: o papel da Ronda Escolar em duas escolas públicas do município de Salvador, Bahia, no período de 2002 a 2012. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013.

TORRES, Douglas Dias. Polícia Comunitária e a prevenção e investigação criminal. **DireitoNet**, Sorocaba, 20 dez. 2001. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/536/PoliciaComunitaria-e-aprevencao-e-investigacao-criminal>>. Acesso em: 11 out. 2014.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

VASCONCELLOS, A. T. de M. Violência e Educação. In: LEVISKY, D. L. (Org.). **Adolescência e violência**: consequências da realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 136-143.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Métodos de coleta de dados de campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015**: Mortes Matadas por Arma de Fogo. Brasília: FLACSO/CEBELA, 2015. Disponível em: <[www.juventude.gov.br/juventudeviva](http://www.juventude.gov.br/juventudeviva)>. Acesso em: 20 out. 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução Ana Thorell; Revisão técnica Claudia Damacena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com os gestores escolares e do grupo focal com os professores e funcionários**

1. Qual a sua opinião sobre os motivos para os atos de violência no ambiente escolar?
2. Qual a sua opinião sobre o serviço prestado pela Operação Ronda Escolar?
3. Quais as situações que motivam chamar a Ronda Escolar à essa Escola?
4. Quais as suas sugestões para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades Escolares?

## **APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com o Comandante Geral da PMBA**

1. Qual a importância do policiamento comunitário escolar desenvolvido pela Op. RE para a PMBA?
2. Como avalia o serviço prestado pela Operação Ronda Escolar?
3. Quais as situações que comprometem a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar?
4. A Ronda Escolar já foi realizada em regime ordinário pelo efetivo das unidades operacionais nas suas respectivas áreas de atuação; atualmente é realizada através de uma Operação, em regime de horas extras. Como avalia a possibilidade de criação de um Batalhão de Policiamento Escolar na PMBA?
5. Quais seriam as contribuições adicionais desse modelo (Batalhão) ao atual?
6. O Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP 2012/2015 tinha como ação/projeto de nº 22, a implantação de uma Companhia Independente de Polícia de Proteção Escolar, que não se concretizou. Nessa situação o projeto é abortado definitivamente ou poderá constar como ação/projeto para o PLANESP do próximo triênio?
7. Qual a possibilidade de uma atuação mais próxima e integrada dos prepostos da Ronda com a comunidade escolar, especialmente, professores e estudantes, através de projetos (a exemplo do Proerd), tratando de temas como trânsito, ECA, noções de segurança etc?

## APÊNDICE C – Modelo de questionário para os estudantes

1. Assinalar e/ou responder os itens abaixo:

a.  Masculino       Feminino

b. Faixa de idade: \_\_\_\_\_

c. Ano/série: 6º       7º       8º       9º       E. Médio

d. Turno que estuda:  Matutino       Vespertino       Noturno

e. Você já foi atendido (a) pela Ronda Escolar?  Sim       Não

<b>2.</b> <b>Frequência</b> <b>Atividades observadas</b> <b>realizadas pela Ronda Escolar</b>	nunca	raramente	às vezes	frequentemente	sempre
Visitas (contato com os Gestores Escolares)					
Ronda no interior da Unidade Escolar					
Ronda no entorno da Unidade Escolar					
Abordagem (contato verbal)					
Busca pessoal/revista (contato físico em busca de objetos ilícitos/proibidos)					
Palestras/Orientações socioeducacionais					
Orientações e sugestões de mudanças ambientais, estruturais (instalações físicas) e/ou de procedimentos, para a melhoria das condições de segurança na Escola.					
Participação em reunião com os pais, professores e/ou estudantes.					
Participação em atividades desportivas e/ou culturais na Unidade Escolar.					
Mediação de conflitos oferecendo uma solução, preferencialmente, amigável.					
Condução a Delegacia especializada; Conselho Tutelar e/ou Juizado Menores					
Participação em Projeto(s) na Unidade Escolar					
Outra (s):					

3. <b>Frequência</b>	nunca	raramente	às vezes	frequentemente	sempre
<b>Ocorrências mais comuns em sua escola?</b>					
Agressão física/lesão corporal/vias de fato					
Agressão verbal/desacato					
Dano/vandalismo					
Porte de arma de fogo/arma branca					
Uso/tráfico de entorpecente					
Invasão à escola					
Furto consumado ou tentativa					
Roubo consumado ou tentativa					
Embriaguez					
Ameaça					
Outra(s):					

4. Quando os policiais da Ronda Escolar estão na sua Escola você se sente?

( ) seguro      ( ) preocupado      ( ) tranquilo      ( ) angustiado

( ) indiferente      ( ) \_\_\_\_\_

5. Se já foi atendido pela Ronda Escolar, como você se sentiu:

( ) bem tratado      ( ) mal tratado      ( ) respeitado      ( ) humilhado

Por quê? \_\_\_\_\_

6. Em sua opinião o que poderia ser modificado na forma de atuação da Ronda Escolar?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Muito obrigada!

**APÊNDICE D – Modelo de questionário para os pais dos estudantes**

1. Assinalar e/ou responder os itens abaixo:

a.  Masculino       Feminino

b. Faixa de idade: \_\_\_\_\_

c. Seu/sua filho(a) já sofreu algum tipo de violência na escola?

Sim       Não

Qual? \_\_\_\_\_

d. Você conhece ou já ouviu falar no serviço da Ronda Escolar prestado pela Polícia Militar?

Sim       Não

e. Você e/ou seu/sua filho(a) já foram atendidos pela Ronda Escolar?  Sim       Não

f. Se já foi atendido pela Ronda Escolar, como você (ele ou ela) se sentiu:

bem tratado       mal tratado       respeitado       humilhado

Por quê? \_\_\_\_\_

g. Qual a sua opinião sobre a participação dos policiais da Ronda Escolar nas aulas e projetos da Escola?

concordo       não concordo

Por quê? \_\_\_\_\_

2. Em sua opinião o que poderia ser modificado na forma de atuação da Ronda Escolar?

---

---

---

Muito obrigada!

**APÊNDICE E – Modelo de questionário aplicado aos policiais militares integrantes da Operação Ronda Escolar**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL  
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

**QUESTIONÁRIO**

Este questionário tem por objetivo a coleta de dados e informações para a elaboração da Dissertação exigida como requisito necessário para a conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, tendo como pesquisadora a mestranda Ana Amélia Xavier de Carvalho, constando como tema de pesquisa: Ronda Escolar para além-muros: Percepções, práticas, possibilidades e ressignificação.

**A identidade dos participantes será preservada.**

1. Assinalar e/ou responder os itens abaixo:

a.  Masculino       Feminino      Sua faixa etária? \_\_\_\_\_

b.  Sd PM       Cb PM       Sgt PM       Sub Ten PM

c. Tempo na PMBA? \_\_\_\_\_ Tempo na Op. Ronda Escolar? \_\_\_\_\_

d. Grau de instrução:

Ensino Médio/Técnico     Curso Superior     Especialização     Mestrado     Doutorado

e. Área de formação/curso? \_\_\_\_\_

f. Cursos SENASP/PMBA:

<input type="checkbox"/> Direitos Humanos	<input type="checkbox"/> Polícia Comunitária/Cidadã
<input type="checkbox"/> Gerenciamento de Crises	<input type="checkbox"/> Policiamento Comunitário Escolar
<input type="checkbox"/> Uso diferenciado da força	<input type="checkbox"/> Mediação de conflitos
<input type="checkbox"/> ECA	<input type="checkbox"/> Outro(s): _____

g. Se fosse criado um Batalhão Escolar na estrutura da PMBA (serviço ordinário com atuação mais próxima e efetiva junto às crianças, adolescentes e adultos nas escolas, através de palestras, aulas, reuniões, projetos socioeducacionais etc), você se sentiria motivado(a) a servir nessa Unidade?     **Sim**       **Não**

**Por quê?** \_\_\_\_\_

2. Quais são as atividades desenvolvidas durante o seu serviço na Operação Ronda Escolar:

- Visitas às Unidades Escolares(contato com os gestores)
- Ronda no interior da Unidade Escolar
- Ronda no entorno da Unidade Escolar
- Abordagem(contato verbal)
- Busca pessoal/revista(contato físico em busca de objetos ilícitos/proibidos)
- Palestras/Orientações socioeducacionais
- Orientações/sugestões de mudanças ambientais, estruturais (instalações físicas) e/ou de procedimentos aos gestores escolares, em prol da melhoria das condições de segurança na Unidade Escolar.
- Participação em reunião com os pais, professores e estudantes.
- Participação em atividades desportivas e/ou culturais na Unidade Escolar
- Mediação de conflitos oferecendo uma solução, preferencialmente, amigável.
- Condução a DERCCA, DAI, Conselho Tutelar, Juizado de Menores etc
- Participação em Projeto(s) na Unidade Escolar. Qual? \_\_\_\_\_
- Outras: \_\_\_\_\_

3. Quais as principais ocorrências atendidas durante o seu serviço na Operação Ronda Escolar?

- agressão física/lesão corporal/vias de fato
- agressão verbal/desacato
- invasão a Escola
- porte de arma de fogo/arma branca
- furto consumado ou tentativa
- outra(s): \_\_\_\_\_
- embriaguez
- dano/vandalismo
- uso/tráfico de entorpecente
- ameaça
- roubo ou tentativa

4. Pela sua experiência na Operação Ronda Escolar, quais os motivos que contribuem para a ocorrência de conflitos, atos de violência e insegurança nas Unidades Escolares?

- A falta de educação doméstica dos estudantes.
- Receio/medo dos gestores e professores em atuar com mais firmeza no dia-a-dia da Escola.
- Desconhecimento da comunidade escolar das leis, e principalmente, do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Falta de cumprimento e/ou da existência de um Regimento Disciplinar nas Unidades Escolares.
- Os gestores e professores se sentem vulneráveis quando a situação de violência ocorre na Unidade Escolar.
- Falta de estrutura física e de equipamentos adequados (carteiras escolares, câmeras de vigilância etc)
- Necessidade de maior integração entre a Secretaria de Educação (Unidades Escolares) e os órgãos de defesa social (Ministério Público, Conselho Tutelar, Polícia Civil – DERCCA e DAI, Juizado de Menores etc)
- Falta de acompanhamento e participação dos pais na vida escolar dos filhos.
- Outra(s): \_\_\_\_\_

5. Considera a aceitação da Operação Ronda Escolar pelos Diretores/Gestores Escolares?

Ótima  Boa  Ruim  Indiferente  Não tem contato

E pelos professores?  Ótima  Boa  Ruim  Indiferente  Não tem contato

Pelos funcionários?  Ótima  Boa  Ruim  Indiferente  Não tem contato

Pelos estudantes?  Ótima  Boa  Ruim  Indiferente  Não tem contato

E pais dos alunos?  Ótima  Boa  Ruim  Indiferente  Não tem contato

6. Você considera sua atuação no serviço da Operação Ronda Escolar:

Efetiva e suficiente, com as rondas e abordagens, inibindo a violência escolar.

Limitada, pois não há tempo reservado para dialogar com a comunidade escolar.

Relevante, pois permite passar informações/orientações à comunidade escolar, contribuindo para a paz social.

Importante apesar de não considerar ser função da Polícia Militar, se afastando da natureza do serviço PM.

Outra(s): \_\_\_\_\_

7. Quais as dificuldades encontradas durante o serviço na Operação Ronda Escolar?

Pouco efetivo policial para atender a quantidade de demandas(ocorrências) e visitar as Escolas.

Alguns colegas não têm aptidão (afinidade) com o serviço (lidar com os estudantes/crianças e adolescentes).

Falta de alguns equipamentos: identificação, sirene e giroflex para as viaturas; detector de metal; taser etc

O comportamento (agressivo e desrespeitoso) dos estudantes autores da violência escolar, mesmo na presença dos policiais da Ronda Escolar.

Outra(s): \_\_\_\_\_

8. Quais as suas sugestões/contribuições para a melhoria do serviço prestado pela Ronda Escolar às Unidades Escolares?

---



---



---

**Gratidão!**